

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA – PPGLL
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

**“NEGÓCIOS... NEGÓCIOS. AMORES, À PARTE!”:
MEMÓRIAS E SILENCIAMENTOS NO(S) DISCURSO(S) DE OFICIALIZAÇÃO DE
UMA LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL.**

Dirce Jaeger

Maceió, março de 2009

Dirce Jaeger

**“NEGÓCIOS... NEGÓCIOS. AMORES, À PARTE!”:
MEMÓRIAS E SILENCIAMENTOS NO(S) DISCURSO(S) DE
OFICIALIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Mestranda: Dirce Jaeger

Orientadora: Profa. Dra. Maria Virgínia B. do Amaral

Linha de Pesquisa: *Discurso: Sujeito, História e Ideologia*

Maceió, março de 2009

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

J22n Jaeger, Dirce.
 “Negócios... negócios. Amores, à parte!” : memórias e silenciamentos no(s)
 discursos (s) de oficialização de uma língua espanhola no Brasil / Dirce Jaeger,
 2009.
 111 f.

Orientadora: Maria Virgínia B. do Amaral.
Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade
Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em
Letras e Linguística. Maceió, 2009.

Bibliografia: f. 107-111.
Inclui anexos.

1. Língua espanhola. 2. Análise do discurso. 3. Política linguística. 4. Integração
ibero-americana. 5. Discurso fundacional. I. Título.

CDU: 800.732

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dirce Jaeger

**“NEGÓCIOS... NEGÓCIOS. AMORES, À PARTE!”:
MEMÓRIAS E SILENCIAMENTOS NO(S) DISCURSO(S) DE OFICIALIZAÇÃO DE
UMA LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como requisito para obtenção do título de mestre em Linguística.

Aprovada em 4 de março de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Zoppi-Fontana - UNICAMP

Marcia Rosetti de Oliveira Albuquerque
Profa. Dra. Márcia Rosetti de Oliveira Albuquerque - UFAL

Maria Virginia Borges Amaral
Profa. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral (orientadora) - UFAL

AGRADECIMENTOS

A Deus, sobre todas as coisas...

Aos meus queridos: Raquel, Júlia, Paula, Denise e Paulo.

A Vanda pelo cuidado nas minhas ausências.

À professora Virgínia Amaral pelo suporte e orientação.

À compreensão de todos do Colégio XV de Novembro de Garanhuns.

A todos os docentes da pós que, com seu trabalho e sugestões,
proporcionaram crescimento...

Àquela que me acolheu como aluna especial: Profa. Ana Gama

Aos amigos, familiares e colegas pela torcida e apoio.

A seu Judson Leão de Mello, Inês e Alexandre pela paciência e atenção...

Aos professores e pesquisadores José del Valle (CUNY-EUA) e Gilvan Müller (IPOL) pelo
incentivo preciso nas horas críticas!

À eficiente Ouvidoria da Câmara dos Deputados - DF

Palavras e silêncios que jamais se encontrarão...

Zeca Baleiro e Fausto Nilo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: Da língua ao discurso: fundamentos teóricos	18
1.1 A Análise do Discurso francesa	18
1.2 Língua, sujeito e discurso	22
1.3 Ideologia(s), Interdiscurso, Formações Ideológicas, Formações Discursivas: <i>o percurso da construção de evidências de sujeito e sentidos</i>	25
1.3.1 Ideologia Lingüística, política e planificação lingüística.....	29
1.4 Memória e Silenciamento	34
CAPÍTULO II: Integração: o “discurso nosso” de todas as épocas	38
2.1 A América como reflexo do continente europeu.....	38
2.1.1 As declarações de independência e a Doutrina Monroe.....	39
2.2 A “Operação Pan-americanista” de Juscelino Kubitschek e a língua espanhola ...	41
2.3 De Juscelino Kubitschek à globalização: integração e língua espanhola.....	52
2.3.1 A Globalização	60
2.3.2 O Mercosul e a questão lingüística.....	62
2.3.3 Desterritorializar <i>versus</i> unificar: um paradoxo da globalização.....	65
CAPÍTULO III: A língua de encontro, a pátria comum, o sonho: o discurso fundador/ fundacional na construção de uma unidade ibero-americana	75
3.1 Integração ibero-americana: política lingüística para o século XXI	81
3.1.1 A promoção internacional da língua espanhola	85
3.1.2 O valor econômico da língua espanhola: “nosso petróleo”.....	90
3.2 A grande guinada: aprovação da Lei 11161/2005	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	107
ANEXOS	112

RESUMO

Esta investigação trata da introdução da oferta obrigatória da Língua Espanhola nas escolas brasileiras e das explicações, já naturalizadas em nosso meio, que consideram o ensino do *castelhano* em todo o território nacional (Lei 11161/05) uma consequência *natural* do processo de integração do Brasil no MERCOSUL. Propomo-nos, dentro do dispositivo teórico e analítico da Análise do Discurso francesa, a problematizar a questão lançando novos gestos de leitura sobre o *acontecimento*. Nesse sentido, o processo de análise do *corpus* se faz acompanhar de um profícuo e constante diálogo com a História e das reflexões sobre políticas lingüísticas desenvolvidas, sobretudo, por del Valle. O *corpus* está constituído de leis, protocolos e projetos de leis apresentados entre 1958 e 2005; seqüências discursivas oriundas de artigos de jornais espanhóis, pronunciamentos presidenciais e da Casa Real espanhola, bem como declarações proferidas durante eventos internacionais de promoção da Língua Espanhola. A análise evidencia a existência do discurso *integrador* que atravessa todos os projetos que, por quase meio século, visaram a obrigatoriedade do estudo da Língua Espanhola no Brasil, tal como sugerem as re-significações contidas em suas (re)apresentações: *integração* pan-americana; latino-americana; dos países do Cone Sul e ibero-americana. Esta última, a *integração ibero-americana* sugere, ao mesmo tempo, a existência de um discurso de caráter fundacional- seguindo as reflexões de Zoppi-Fontana e Orlandi- através do qual se dá a instalação de novas memórias para a relação colonizador/colonizado e a produção de novos sentidos para a oferta obrigatória da Língua Espanhola em toda a rede de ensino brasileira. É a *integração ibero-americana*, peça-chave da atual política lingüística da Espanha para o Brasil, que nos permite redimensionar discursivamente o *acontecimento* da Lei 11161/2005, tal como nos propomos inicialmente.

PALAVRAS-CHAVE:

Língua Espanhola – política lingüística – discurso da integração – discurso fundacional – integração ibero-americana

RESUMEN

Esta investigación trata de la introducción de la oferta obligatoria de Lengua Española en las escuelas brasileñas y de las explicaciones, ya naturalizadas entre todos, que consideran la enseñanza del *castellano* en todo territorio nacional (Ley 11161/05) una consecuencia *natural* del proceso de integración de Brasil en el MERCOSUR. Nos proponemos, dentro del dispositivo teórico y analítico del Análisis del Discurso francés, a problematizar la cuestión al lanzar nuevos gestos de lectura sobre el *acontecimiento*. En este sentido, el proceso de análisis del *corpus* está acompañado de un proficuo y constante diálogo con la Historia y de reflexiones sobre políticas lingüísticas desarrolladas, principalmente, por José del Valle. El *corpus* está constituido por leyes, protocolos y proyectos de leyes presentados entre 1958 y 2005; secuencias discursivas originarias de artículos de periódicos españoles, pronunciamientos presidenciales y de la Casa Real española así como declaraciones proferidas durante eventos internacionales de promoción de la lengua española. El análisis revela la existencia del *discurso integrador* que atraviesa todos los proyectos que, por casi medio siglo, visaron la obligatoriedad del estudio de la lengua española en Brasil, tal como sugieren las re-significaciones presentes en sus (re) presentaciones: integración panamericana; latinoamericana; de los países del Cono Sur e iberoamericana. Esta última, la integración iberoamericana, sugiere, a la vez, la existencia de un discurso de carácter fundacional - siguiendo las reflexiones de Zoppi-Fontana y Orlandi - a través del cual se da la instauración de nuevas memorias para la relación colonizador/colonizado y la producción de nuevos sentidos para la oferta obligatoria de Lengua Española en toda la red de enseñanza brasileña. Es la integración iberoamericana, pieza clave de la actual política lingüística de España para Brasil, la que nos posibilita redimensionar discursivamente el *acontecimiento* de la Ley 11161/05, tal como nos propusimos al principio.

Palabras-clave:

Lengua española – política lingüística - discurso de la integración - discurso fundacional - integración iberoamericana

Dedico este trabalho a minha amada família; muito especialmente a minha mãe (em memória); e a todos os professores de Língua Espanhola deste país.

INTRODUÇÃO

Questões para muitos desinteressantes por encerrar respostas óbvias e consensuais, para nós inauguram uma apaixonante e reveladora investigação. Consideramos, desde nossa perspectiva analítica, o fato da aprovação da Lei 11161¹ de 2005, que institui a obrigatoriedade da oferta de Língua Espanhola no Ensino Médio das escolas públicas em todo o território nacional, um verdadeiro divisor de águas nos sentidos atribuídos à língua espanhola entre nós.

Os documentos oficiais que inauguram, por assim dizer, o bloco econômico dos países do cone sul constituem importante acontecimento. Em 1991, o Tratado de Assunção e, em 1994, a Declaração de Ouro Preto, selam as intenções dos países membros na criação de um mercado comum abrangendo meio ambiente, relações trabalhistas, segurança, cultura, saúde, educação, ciência, propriedade intelectual e migrações, segundo resume Fanjul (2002, p.23). A união econômica prevista não alcançou, até o momento, o nível de integração e desenvolvimento desejado pelos Estados membros² (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile). Não nos propomos, dentro do presente trabalho, a investigar o teor geral dos tratados ou as causas de eventuais fracassos no desenho e/ou na condução das políticas conjuntas adotadas pelos países membros do mercado comum do sul – o MERCOSUL. Interessa-nos, desde o princípio, estabelecer as condições de produção e os eventuais sentidos atribuídos à mudança de *status* da língua espanhola no sistema educativo brasileiro, dentro dos discursos que atravessam a materialidade dos documentos constituintes do *corpus* e que estejam relacionados em suas bases ao acontecimento da Lei 11.161/05.

Desde os primeiros movimentos no sentido de estabelecer-se um mercado comum entre os países vizinhos, alguns segmentos educacionais no Brasil iniciaram esforços para ofertar a língua espanhola em suas grades curriculares. Já circulava a compreensão de que a integração econômica implicaria uma integração lingüística e que esta se daria mediante uma espécie de bilingüismo³ inevitável. Redes de cursos de idiomas que até então ofereciam de forma hegemônica a língua inglesa, moveram-se no sentido de oferecer o castelhano . Iniciou-

¹ O texto da Lei 11161/05 encontra-se entre os documentos anexados a esta dissertação.

² PEÑA, Félix. *O Mercosul e seu futuro: uma visão argentina (2005)*

³ O uso deste termo para caracterizar a nova situação do português/espanhol nos países do MERCOSUL suscita divergências e polêmicas. Discute-se, por exemplo, se o crescimento no uso da língua espanhola no Brasil chegará algum dia a constituir bilingüismo. Para uma definição, citamos Dubois et al (2007, p.87): “O *bilingüismo* é a situação lingüística na qual os falantes são levados a utilizar alternativamente, segundo os meios ou as situações, duas línguas diferentes. É o caso mais corrente de plurilingüismo.”

se uma “caça” aos professores de língua espanhola, o que, dada à escassez de oferta especializada, inaugurou um verdadeiro vale-tudo na docência do novo idioma. Sem condições para impor critérios e requisitos, passaram a ensinar espanhol no Brasil todos aqueles que se ofereciam para as vagas. Entre estes, encontravam-se pessoas que haviam feito um curso de qualquer duração; os que simplesmente gostavam do idioma ou haviam feito alguma viagem ao exterior; nativos dos mais diferentes países hispânicos com experiências profissionais as mais diversas. Inicia-se o “boom” comercial para algumas academias de línguas e cursos pré-vestibulares. Inaugurava-se um novo filão dentro do mercado de idiomas.

À medida que o bloco experimentava alguns abalos e retrocessos, os negócios em torno da língua também se ressentiam. Mas, grosso modo, pode-se afirmar que o campo de ensino da língua espanhola, desde a criação do Mercosul, tem se desenvolvido ascendentemente. Dentro deste panorama, a aprovação, em julho de 2005, do projeto de lei que introduziu a oferta obrigatória de espanhol na grade regular de ensino público em todo o território nacional, consolidou a oferta do idioma nos mais diferentes segmentos da educação formal e informal em nosso país, além de promover as mais diversas iniciativas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para a formação e atualização de docentes. Segundo a lei, o prazo para suprir as escolas com docentes de espanhol, expira em 2010. Serão necessários mais de 200 mil professores para atender os mais de nove milhões de alunos da rede pública que aguardam o cumprimento da lei. (*El País*, 20/08/2000)

Por que estudar espanhol em *todo* o território nacional? A resposta a esta pergunta encontra, no senso comum, resposta imediata, unívoca e inequívoca: porque o Brasil toma parte no Mercosul, onde todos os vizinhos falam este idioma. Propomo-nos, dentro dos objetivos acadêmicos que assumimos, a possibilitar outros gestos de leitura, parafraseando Orlandi, para os acontecimentos relevados no *corpus* da investigação. Em movimentos de interpretação que nos possibilitem perceber como e quais sentidos produzem os discursos analisados e perceber os movimentos ideológicos que perpassam e imbricam os discursos relacionados aos acontecimentos. É o funcionamento do(s) discursos(s) que nos possibilita perceber o trabalho ideológico, “o processo de produção de um imaginário, isto é, a produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos [evidentes e transparentes] às palavras em um contexto histórico dado.” (ORLANDI, 2006, p. 25)

Há, como sugere o *corpus*, sentidos cristalizados em torno da oferta obrigatória de Língua Espanhola nas escolas brasileiras que serão problematizados a partir do olhar analítico. A investigação busca encontrar tais sentidos e “visualizar” processos discursivos

que os revelam em discursos. Por outro lado, perceber os deslizes inerentes aos sentidos estabelecidos, as rupturas constitutivas destes discursos, os silenciamentos que possibilitam a produção de certos sentidos. Muito especialmente, deparamo-nos com o discurso da integração que atravessa todo o *corpus* e as re-apresentações daquele ao longo da análise. Voltada para o acontecimento⁴ da Lei 11161/05, a análise busca aprofundar-se no(s) sentido(s) produzidos pela integração *ibero-americana* por acreditar que este processo discursivo está na base da produção dos sentidos cristalizados em torno da aprovação do projeto de lei que prevê a implantação da língua espanhola em caráter diferenciado nos currículos de todo o país. Dentro dos esforços de análise do *corpus* propomos a existência de um discurso fundacional, que estaria na base da construção de uma nova memória discursiva para o que constitui o objeto de nossa investigação: a mudança de *status* da língua espanhola no Brasil a partir do acontecimento da lei 11161/05.

A hipótese central da investigação, portanto, desenvolve-se a partir de uma dupla consideração. Supomos, por um lado, que as demandas oriundas da participação do Brasil no Mercosul não constituem a única e nem a principal razão para a aprovação da Lei 11161/05, apesar dos sentidos já naturalizados em torno das necessidades/desejos de integração do Brasil e seus vizinhos do cone sul; sentidos que remetem à memória discursiva, historicamente reiterada, da integração regional. Por outro lado, sinalizamos uma modificação, de caráter fundante, nos sentidos de “integração” a partir da introdução da chamada integração ibero-americana, o que estaria na base da construção de novos sentidos veiculados / silenciados.

Partindo-se de seqüências discursivas, da materialidade lingüística representada pelos documentos e pronunciamentos oficiais e não oficiais que constituem o *corpus*, buscamos alcançar os discursos que os conformam, deformam e re-conformam contínua e ininterruptamente. Temos a consciência, até onde nos é permitido tê-la, de que as conclusões a que porventura chegemos ao longo da investigação, não coincidiriam, muito provavelmente, àquelas de outro (s) analista(s), dada a constante reconfiguração da territorialidade discursiva e ao caráter simbólico do material que se nos oferece à análise.

⁴ O termo “acontecimento”, dentro de nossa investigação, reveste-se de um duplo sentido: refere-se à categoria de análise que visa situar o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2002, p.17); e traduz-se como “fato importante”, sentido de uso corrente que, via de regra, traz implícitos um certo nível de retomada, de descontinuidade e re-significação. Entendemos, portanto, que ainda que “acontecimento” sugira certo caráter polissêmico, o termo encontra-se, invariavelmente, atravessado pelas duas leituras. Por esta razão, não cremos que se faça necessária uma permanente distinção entre os usos que o termo terá dentro desta investigação.

Para a Análise de Discurso, importa a língua(gem) enquanto trabalho simbólico, enquanto maneiras de significação, mediação necessária entre o homem e a realidade social e natural. A história tem seu real afetado pelo simbólico: “os fatos reclamam sentidos” (ORLANDI, 2005, p.19). Segundo a mesma autora, é o discurso que “torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (2005, p.15). O trabalho simbólico do discurso está na base da produção humana, a qual se dá em relação permanente com a exterioridade da língua, sob constante interpelação da ideologia, dentro de um enfoque que diferencia a Análise do Discurso de outras tendências da Lingüística. Portanto, a Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua *no* mundo, considerando as maneiras de significação e as condições de produção de sentido, muito embora não desconsidere, para fins de análise, os aspectos léxicos e morfossintáticos constitutivos da materialidade lingüística dos enunciados.

Nesse sentido, o discurso constitui-se socialmente por meio de sua materialidade específica: a língua, entendida não como sistema de signos, composta de significado e significante cuja relação é arbitrária, mas de uma estrutura que permite a percepção real da história – o acontecimento – o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2002, p. 17). Para que a língua faça sentido, “é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante”, aportando sentidos já-ditos [e esquecidos], estratificados, sedimentados pelas relações de força que determinam ideologicamente o discurso (ORLANDI, 2005, p.32). Para Pêcheux, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (...); é linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (2002, p.53)

A tarefa do analista de discurso, portanto, consiste em “remeter o dizer a uma Formação Discursiva⁵ (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito” (ORLANDI, 2005, p. 39). Esta remissão se faz possível a partir da observação das condições de produção e da verificação do funcionamento da memória discursiva. Cabe ao processo de análise, portanto, identificar o confronto que se dá entre o simbólico e o político, em processos que ligam discursos e instituições. Ao mesmo tempo, o analista não pode

⁵ As *formações discursivas* são regionalizações do interdiscurso que, numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito. (PÊCHEUX, 1988, p.160; ORLANDI, 2005, p.43). Retomamos este ponto dentro do capítulo 1.

desconsiderar os riscos inerentes ao processo de interpretação. Sobre isto, assim escreve Pêcheux :

(...) o gesto que consiste em inscrever tal discurso em tal série, a incorporá-lo a um 'corpus', corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão. (...) Esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora (2002, p.56)

Em um primeiro momento, o analista tem a ilusão de conhecer o sujeito e o que ele de fato diz. É o que Orlandi (2005, p.45) denomina de *evidências*. A evidência de sentido é em realidade o efeito ideológico que impede a percepção da materialidade histórica que impregna o discurso e do sujeito ideologicamente interpelado. Dentro de outra reflexão teórica, poderíamos incorrer no pensamento de que estivéssemos diante de “idéias fora do lugar” (SCHWARZ, 1992), o que, segundo Orlandi (2003, p.7) revela-se incoerente com uma premissa básica da Análise do Discurso: a de que as idéias/os discursos, por sua essência, não pertencem a lugar algum, mas têm sua existência marcada pela constante configuração e reconfiguração dentro dos limites imprecisos e heterogêneos das diferentes Formações Discursivas, entre as múltiplas possibilidades de afiliações discursivas.

Neste sentido, e voltando a nosso objeto de pesquisa, vivemos a prevalência das interpretações ideologicamente produzidas sobre a razão e a importância de se estudar espanhol neste momento: as demandas inauguradas pelo Mercosul. Cabe ao analista do discurso desconstruir a materialidade discursiva e identificar os funcionamentos discursivos que promovem a instauração desta ilusão. Interessa ao analista desnaturalizar as leituras, romper com o senso comum e permitir-se lançar um olhar sobre o que não está escrito ou o que se silencia no discurso. Em outras palavras, estando ausente a atitude de análise, o interlocutor tende a considerar somente o intradiscurso, aquilo que está sendo dito, o eixo da formulação, seguindo a imagem proposta por Courtine (citado por ORLANDI, 2006, p.21) aquilo que se diz em um momento dado, em condições dadas, sem levar em consideração o já-dito, o eixo da constituição e da memória, -o *interdiscurso*- e o componente ideológico que o atravessa.

No que concerne a nosso objeto de análise, o interdiscurso está constituído, usando idéias simplificadas, por tudo o que *já se disse* sobre língua espanhola; sobre o colonizador ibérico e os povos colonizados; sobre o mundo globalizado e suas tendências; sobre a relação do Brasil e seus vizinhos; sobre qualquer tema que “atravesse”, de algum modo, a

materialidade discursiva. É através do interdiscurso que chegamos a identificar as re-apresentações do discurso da integração - verdadeiro matusalém do discurso capitalista - e as vozes do colonizador e do colonizado que atravessam os discursos como enunciações já ditas e esquecidas.

O objetivo de lançar-se a novos gestos de interpretação implica, inevitavelmente, o esforço de conhecimento das condições de produção dos discursos analisados. O processo de produção do discurso torna-se complexo porque há uma inter-relação entre o sujeito e o meio social que sustentam posições determinadas pelas formações ideológicas. (AMARAL, 2005, p.28). A autora reforça essa noção quando declara que as formações ideológicas “intervêm nas relações sociais como uma força em confronto com outras forças no interior de uma dada sociedade”. Para a Análise do Discurso, fazendo uso das palavras de Orlandi :

a ideologia não se define como conjunto de representações, nem como ocultação da realidade. Ela é uma prática significativa. Necessidade da interpretação, a ideologia não é consciente: ela é o efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que signifique. (2004, p.48)

Para Orlandi, “o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (2005, p.20). Segundo a autora, a ideologia é uma espécie de equívoco e a relação com o inconsciente apresenta-se como uma das dimensões do equívoco que constituem o sujeito.

São precisamente as condições de produção, relacionadas à situação, ao sujeito e à memória, considerados em seus atravessamentos históricos e ideológicos, que constituem o discurso. Não nos referimos aqui aos sujeitos físicos ou a seus lugares empíricos, sociologicamente descritos. Interessam-nos as posições discursivas e não os lugares. São essas posições que significam em um discurso. Elas significam em relação ao contexto sócio-histórico (o saber discursivo) e à memória (o já-dito). São as posições discursivas e suas alternâncias, entre outros indicativos, que nos permitirão uma aproximação às categorias de análise inicialmente propostas.

Dentro das eleições teóricas para o desenvolvimento de nossa investigação, desempenha fundamental importância a constituição do *corpus* que, segundo Courtine, (1981, p.24), encontra-se intimamente articulado à delimitação dos objetivos e hipóteses da uma investigação. Para Orlandi (2005, p.62), a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos. Não se almeja a exaustiva análise horizontal das seqüências discursivas, dada a sua inesgotabilidade. São múltiplas, portanto, as possibilidades de recortes e análises da materialidade discursiva que, uma vez organizados em seus objetivos, métodos e procedimentos, visam a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentido.

Segundo Marcellesi e Gardin (citados por Courtine, 1981, p.26), a constituição de um *corpus* em Análise do Discurso deve responder às exigências de exaustividade, representatividade e homogeneidade, a fim de satisfazer os objetivos da investigação. Por exaustividade, entende-se a não exclusão de qualquer fato discursivo pertencente ao *corpus*, enquanto a representatividade pressupõe que não se extraiam leis gerais a partir de fatos irrepetidos. Ficam assim salvaguardadas as tentativas de generalizações indevidamente desenvolvidas. O princípio da homogeneidade, para o autor, mostra-se paradoxal, uma vez que os estudos dos contrastes discursivos excluem a homogeneidade. Para Courtine (1981), isso pode representar um obstáculo para o desenvolvimento de novas perspectivas na constituição do *corpus*.

Quanto à caracterização formal do *corpus*, o autor relaciona um conjunto mínimo de combinações simples ou complexas, representadas através de oposições. *Corpus* constituído por (COURTINE, 1981, p. 27):

- _ uma ou várias seqüências discursivas;
- _ seqüências discursivas produzidas por um ou vários locutores;
- _ seqüências discursivas produzidas a partir de posições ideológicas homogêneas ou heterogêneas, pertencentes a uma ou várias formações discursivas;
- _ seqüências discursivas produzidas em sincronia ou diacronia;
- _ arquivo ou *corpus* experimental.

Estabelece-se, portanto, um percurso para a formação do *corpus* que parte da delimitação do campo referencial e abrange etapas de segmentação até definir-se por maneiras de reagrupamento, segundo critérios de categorização formal, espontânea ou contrastiva, de acordo com os objetivos e hipóteses da investigação.

O analista interroga-se permanentemente sobre a heterogeneidade, a dispersão e a fragmentação de seu arquivo, mantendo seu olhar voltado para a pluralidade dos encadeamentos, dos contrastes, contradições e silêncios constitutivos do *corpus*, não aceitando “dogmas”. Este *corpus*, dentro de nossa investigação, está representado por um conjunto de seqüências discursivas oriundas de documentos oficiais; leis e projetos de lei; artigos jornalísticos; pronunciamentos presidenciais e enunciados proferidos pela Coroa espanhola situados cronologicamente entre os anos 1958 e 2008 e que têm como objeto a língua espanhola e sua implantação no Brasil.

O percurso que adotamos para a apresentação deste trabalho encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro deles reúne os principais aspectos teóricos que norteiam o processo de análise do *corpus*, como o são a concepção de ideologia(s) (incluindo ideologia

lingüística), língua e sujeito; formações discursivas e ideológicas; discurso, memória e silenciamento, centrais em nossa investigação. Os dispositivos teóricos e analíticos sobre os quais se desenvolveu o trabalho remetem às reflexões e conceituações oportunizadas pela Análise do Discurso de linha francesa, através de seus principais teóricos: Althusser e Pêcheux (em suas origens); Orlandi, Zoppi-Fontana, Amaral, entre outros (em leituras contemporâneas). O primeiro capítulo inclui ainda uma breve retrospectiva histórica da disciplina que, em 2008/2009, comemora 40 anos de uma trajetória de valor incalculável e de crescente reconhecimento por parte das demais ciências: a Análise do Discurso (a AD) francesa.

O segundo capítulo, ao mesclar pesquisa teórica e análise de seqüências discursivas, propõe-se a desvelar os sentidos produzidos em torno da oferta de Língua Espanhola no sistema de ensino brasileiro a partir do “discurso da integração” que, ainda que resignificado, mantém-se como um *continuum* ao longo dos 50 anos que separam os dois extremos representados no *corpus*. Nesse sentido, o capítulo traz importantes aportes históricos sobre o período das grandes navegações dos séculos XV e XVI; o movimento pan-americanista; a Doutrina Monroe; a formação dos blocos econômicos regionais e a globalização (mundialização).

O terceiro capítulo trata da (re)introdução, no discurso da integração, do elemento ibérico/colonizador e dos discursos em torno do desfecho de aprovação da Lei 11161/05. Em um primeiro momento, apresenta o conceito de discurso fundador/fundacional (a partir das reflexões de Orlandi e Zoppi-Fontana) aplicando-o à análise do *corpus*, o que confere novos rumos à análise e possibilita novas leituras para o conceito de “integração ibero-americana”. O último capítulo reúne ainda a análise de seqüências discursivas oriundas de documentos contemporâneos à votação da lei 11161/05, o que contribui significativamente para a verificação das hipóteses levantadas no início de nossa investigação.

CAPÍTULO I

DA LÍNGUA AO DISCURSO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1 A Análise do Discurso Francesa

Parece-nos oportuno, ainda que não imprescindível, abrir este capítulo destinado à exposição dos conceitos e categorias com uma breve reconstituição histórica da Análise do Discurso dita francesa. Recordar nomes, fatos e rumos epistemológicos que acabaram por constituir a história desta disciplina, a partir da qual construímos o referencial teórico e analítico desta investigação.

Ainda que não se queira falar em aniversário, a Análise do Discurso francesa está completando 40 anos de uma trajetória (1968/69 - 2008/09) que merece ser periodicamente revisitada. Daí a razão para iniciarmos este capítulo de explicitação das bases teóricas com uma breve retrospectiva histórica desta disciplina.

Para Courtine, a Análise do Discurso “é uma prática disciplinar que se pode resumir por três proposições: i) ela realiza o fechamento de um espaço discursivo; ii) supõe um procedimento lingüístico de determinação das relações inerentes ao texto; iii) produz no discurso uma relação do lingüístico com o exterior da língua.” (citado por Malidier, 1994, p.23)

A Análise do Discurso (doravante AD) nasce na França, através de uma dupla fundação por Jean Dubois e Michel Pêcheux. Seu surgimento se dá no final da década de sessenta e abre um novo campo de estudo, pesquisa e abordagem dentro da conjuntura teórico-política deste período. A AD, portanto, nasce do encontro entre um lingüista e um filósofo, referência às figuras de Dubois e Pêcheux. As diferenças entre ambos, segundo Malidier, marcam a instalação desta nova disciplina:

Jean Dubois, lingüista, é um universitário. Seu trajeto é o de numerosos lingüistas franceses da época: estudos literários, gramática, depois passagem para a lingüística. É já um grande nome da lingüística francesa, um lexicólogo conhecido. Ele participa de todos os empreendimentos que, na década de 60, manifestam o espírito de conquista da lingüística: da elaboração de dicionários à criação de revistas (assim é criada a *Langages*, em março de 1966). Michel Pêcheux, por sua vez, é filósofo. Desde o meio do decênio, ele se encontra envolvido nos debates teóricos que se desenvolvem na rua Ulm, em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia (...). Ele situa-se, de início, no terreno da história das ciências. (1994, p. 16)

Apesar das diferenças, surge entre eles, como denominador comum, o interesse pelo marxismo e a política (incluindo sua adesão ao Partido Comunista francês). Ambos compartilham idéias sobre a luta de classes, a história e os movimentos sociais.

Os anos sessenta são marcantes para a história da lingüística, como aparece escrito na primeira edição da *Langages*: “A lingüística chegou a esse momento feliz, em que já é uma ciência bem fundada, sem deixar, no entanto, de ser uma pesquisa viva, que enfrenta os problemas ainda sem solução” (citado por Maldidier, 1994, p. 17). A lingüística deste período adquirira *status* de ciência piloto.

O período também está marcado pela chegada à França da gramática gerativa de Chomsky e pelo gradual enfraquecimento do estruturalismo enquanto principal paradigma para o tratamento das questões lingüísticas. Neste contexto, a Análise do Discurso emerge como “modo de leitura”; como um novo meio de abordar a política, usando para isso “a arma científica da lingüística” (MALDIDIER, 1994, p. 18). Dubois e Pêcheux, continua a autora, “despendem um ímpeto militante em suas empreitadas (...), são tomados pelo sentimento de uma urgência teórico-política”, o que, na prática das teorizações que se seguiram, evidenciaram posições teóricas diferenciadas entre ambos :

[para Dubois], a instituição da AD é pensada dentro de um *continuum*: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso) é “natural”, é uma extensão, um progresso permitido pela lingüística. A AD, em suma, não terá sido senão um lance de seu caminho científico. Do lado de Pêcheux, ao contrário, a análise do discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia). O objeto discurso, que reformula a fala saussuriana na sua relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. Mais globalmente, é a maneira de teorizar a relação da lingüística com um exterior, que diferencia as duas AD. (1994, p. 19)

J. Dubois concebe, portanto, a possibilidade de relacionar o modelo lingüístico com o modelo de análise sociológico (ou histórico) ou ainda ao psicológico (ou psicanalítico); enquanto Pêcheux reivindica uma teoria do discurso a partir de uma teoria do sujeito e da ideologia baseada no materialismo histórico (visão althusseriana). A Análise do Discurso francesa, portanto, nasce marcada por uma articulação entre a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise.

As atuais pesquisas acadêmicas que elegem o instrumental teórico-analítico da Análise do Discurso francesa recebem a contribuição de diversos teóricos, os quais, ainda que pratiquem olhares teóricos particulares sobre o objeto discursivo, reconhecem o protagonismo

de Dubois e Pêcheux na gênese da Análise do Discurso. Mas são, em nossa opinião, principalmente os escritos de Pêcheux que estabelecem os diálogos mais intensos no interior da AD, interlocuções muitas vezes enriquecidas por profícuos embates teóricos, mas sempre intensas como o são as perspectivas teórico-analíticas de tratamento das questões discursivas propostas por seus fundadores.

Pêcheux, graduado em filosofia em 1963, teve uma educação interdisciplinar que lhe possibilitou conhecer Althusser, Lacan, entre outros, além de participar efetivamente dos Círculos marxista-leninista e de epistemologia. Na revista publicada por este último, *Cahiers pour l'analyse*, é que Pêcheux, sob o nome Thomas Hebert, publica seu primeiro artigo em 1966. Althusser o influencia a entrar na vida política, enquanto Canguilhem o orienta para a história das ciências e a epistemologia. Através de Canguilhem, Pêcheux se aproxima do domínio da psicologia social, onde encontra Paul Henry, formado em matemática e lingüística, e Michel Plon. É na crítica da análise do conteúdo e da psicologia social que os três passam a pensar e a trabalhar juntos.

No final da década de sessenta, duas obras poderiam ser consideradas “marco” do surgimento da AD. Em abril de 1968, Jean Dubois, em sua participação no Colóquio de Lexicologia Política de Saint Cloud, trata de explicar sobre “Lexicologia e análise do enunciado”, o que lhe rendeu o papel de “manifesto da Análise do Discurso”, segundo relata Maldidier (1994, p. 20). Em 1969, da parte de Pêcheux, surge outra que é considerada obra-marco inaugural da Análise do Discurso na França: A “Análise Automática do Discurso” (referida como AAD 69). Maldidier assim se expressa sobre a importância da obra:

Que nós mesmos, depois, só possamos ler este livro como um esboço, como um laboratório de uma teoria do discurso ainda por vir, que sejamos surpreendidos por algumas de suas ingenuidades ou ambigüidades, não muda nada ao essencial: *Análise Automática do Discurso* é um livro original que chocou lançando, a sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido. (2003, p. 19)

Para Maldidier, AAD 69 é a proposta do “primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade” (op cit, p.21). Já nesta primeira obra, continua a autora, Pêcheux deixava entrever o lugar da Tríplice Entente (como ironicamente resumia Pêcheux) o que significaria o diálogo permanente da AD: Saussure, Freud e Marx.

A AD, apesar das diferenças constitutivas a partir das visões de seus dois fundadores, Dubois e Pêcheux, mostra-se como uma disciplina preocupada em pensar simultaneamente seu objeto, o discurso, e a construção de seu dispositivo de análise. Em torno de Dubois,

reúnem-se lingüistas; enquanto Pêcheux atrai pesquisadores em ciências humanas e sociais (MALDIDIER, 1994, p.23)

Durante sua trajetória acadêmica e profissional, Pêcheux conhece e se une a alguns nomes até hoje reconhecidos dentro das referências teóricas da AD (além do encontro com Dubois, do qual já nos ocupamos anteriormente): antes de 68 conhece Antoine Culioli e Catherine Fuchs, com quem adentra mais na Lingüística; participa de seminários que o aproximam à nova ciência informática e entra em contato com Claude Del Vigna, Alain Lecomte e Jean-Jacques Courtine. Estes dois últimos fundarão mais tarde o Grupo de pesquisas em Análise do Discurso (GRAD) de Grenoble-II, que lhe assegurará a ligação com Achour Ouamara (MALDIDIER, 2003, p.26). Pêcheux está ligado à formação do grupo “Língua, discurso, ideologia” (LDI) que desde 1971, funciona no Laboratório de psicologia social de Paris VII (op cit, p. 25).

Sobre a produção escrita de Michel Pêcheux, algumas considerações reunidas por Maldidier (2003) mostram os bastidores da formação de seu livro *Les Vérités de la Palice*, de 1975, obra traduzida ao português como “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”:

(...) a idéia das *formações discursivas* submetidas a determinações não lingüísticas; um comentário da oposição culioliana entre modulação retórica e modulação estilística, em que se inscreve já a distinção entre o efeito de sentido produzido, ao nível do “isso fala”, pela existência do *inter-discurso*, e o que deriva da estratégia consciente de um enunciador: uma pré-figuração daquilo que, no número 37 da revista *Langages*, se chamará a “teoria dos esquecimentos”! Enfim, o começo de uma reflexão sobre o apagamento do sujeito da enunciação, que, de imediato, toma a direção diametralmente oposta de todas as tipologias a vir, sugerindo a aptidão dos discursos ideológicos a simular o discurso científico, tema retomado mais tarde em *Semântica e Discurso [Les Vérités de la Palice]*. (p. 27)

Em artigo escrito (em colaboração com Henry e Haroche) para o nº 24 (1971) da revista *Langages: A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*; Pêcheux entra de fato no círculo das reflexões lingüísticas de sua época. Outro número da revista, constantemente referido pelos pesquisadores, vem a ser o nº 37, intitulado: *Análise de discurso, língua e ideologias*. Este número foi lançado em março e maio de 1975, dando a impressão de haver sido escrito muito próximo de “Semântica e discurso”. Entretanto, Maldidier esclarece que a coincidência de datas oculta o fato de o artigo ter sido escrito muito antes que o livro e que “entre os dois textos seu pensamento amadureceu. *Semântica e discurso* é o grande livro de Michel Pêcheux. Ele apresenta o estado mais acabado da teoria. O artigo de *Langages*, apesar de seu interesse, é um texto de transição.” (op cit, p.37)

A partir daí, a reformulação e a ampliação de conceitos segue o rumo que conhecemos, com clara influência de nomes como Ducrot, Culioli, Henry, Plon, Gadet, entre outros. Para Malidier, a história da Análise do Discurso francesa, a partir de 1970, encontra-se marcada por reiteradas desconstruções-reconfigurações, tanto devido a bloqueios internos (relativas às próprias condições do *corpus*), quanto às críticas oriundas da lingüística e às interrogações advindas da história e dos historiadores. Também foram significativos os impactos da crise da lingüística formal; da chegada da pragmática e seus desdobramentos, das idéias de Bakhtin e demais elementos que contribuem para uma reviravolta da conjuntura teórica e política que caracteriza a França na metade dos anos setenta (MALDIDIER, 1994, p 24-25).

1.2 Língua, sujeito e discurso

Começamos com a definição de língua que, em certo sentido, inaugura oficialmente os estudos da Lingüística (1916):

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (...) A língua não constitui uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação. (...) é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contato estabelecido entre os membros da comunidade. (...) a língua é de natureza homogênea [a linguagem, heterogênea] (SAUSSURE, 2003, p. 21-23)

Saussure, interlocutor imprescindível nas posteriores e contemporâneas discussões sobre a língua (e, por conseguinte, sobre o sujeito), estabelece os parâmetros sobre os quais se (des)constrói e reconstrói permanentemente o referencial de língua e sujeito. Para Saussure, a lingüística deve ocupar-se do sistema lingüístico, a *langue* (língua), e não do comportamento lingüístico, a *parole* (fala), por entender que esta traz consideráveis obstáculos epistemológicos para o estabelecimento de um *status* científico aos estudos lingüísticos. Nessa perspectiva, interessa o estudo da língua em si mesma. Um sistema da língua que, como escreve Pêcheux, “é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o

revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento.” (1988, p. 91). Por outro lado, não se pode dizer, continuando o pensamento de Pêcheux, que estes mesmos personagens tenham o mesmo discurso: “a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados.” (1988, p. 91). Para o autor, há uma relação entre sistema lingüístico e processo discursivo que pode auxiliar na compreensão do papel da língua na produção de discursos:

Ao opor *base lingüística e processo discursivo*, inicialmente estamos pretendendo destacar que, como foi apontado recentemente por P. Henry, todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística. (...) É, pois, *sobre a base dessas leis que se desenvolvem os processos discursivos*, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria “acidentalmente” os sistemas lingüísticos. (1988,p. 91)

A Análise do Discurso, portanto, não coloca a dicotomia língua/fala no centro dos estudos. À Análise do Discurso interessa, sobretudo, a relação não-dicotômica língua/discurso. Incorpora ao enfoque discursivo o próprio da língua e a exterioridade que a determina; o que é passível de “regularidade” e o assistemático e desordenado; o social e o histórico.

A Análise do Discurso considera o discurso efeito de sentidos entre interlocutores, desvinculando-o da idéia de transmissão de informação; instrumento de comunicação. Não há, para a Análise do Discurso, uma relação linear entre enunciador – mensagem – destinatário, como se houvesse uma correspondência direta entre pensamento, mundo e língua. Ambos, enunciador e interlocutor, encontram-se afetados pelo simbólico. O mesmo pode-se dizer do discurso: encontra-se atravessado pelo interdiscurso, pela memória discursiva. Os sentidos são sempre passíveis de se tornarem outros porque encontram-se sob efeito das formações discursivas e ideológicas que os regem. O discurso é a materialidade específica da ideologia, enquanto a língua é a materialidade do discurso (ORLANDI, 2006, p.17)

O sujeito, por sua vez, apresenta-se em sua forma-sujeito. Segundo Althusser (citado por Orlandi, 2006, p.18), a forma-sujeito é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo. O sujeito, em Pêcheux (1988, p. 156) surge da interpelação do indivíduo pela ideologia, pelo simbólico. Interpelação esta que se dá através do complexo das formações ideológicas que criam a ilusão do sujeito e no sujeito. Este tem a ilusão de ser a fonte do seu dizer (esquecimento nº 1) e de que tem controle sobre os sentidos de seu dizer (esquecimento nº 2) (PÊCHEUX, 1988, p. 173)

É com esta forma-sujeito-histórica que nos deparamos no discurso, não com o sujeito dono de sua palavra, origem do seu discurso. Há uma identificação da forma-sujeito com a formação ideológica que o domina. Citando Orlandi, “se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeitos se não houver assujeitamento à língua.” (2006, p.19). O termo assujeitamento, polêmico e provocante, encontra-se duplamente articulado: refere-se à submissão da língua às “leis internas”, na base dos processos discursivos, bem como ao assujeitamento do sujeito à ideologia. Os discursos, uma vez “encarnados” através da materialidade da língua, encontram-se sujeitos às suas limitações e tentativas de regulação. Estabelece-se, portanto, uma relação *sui generis* entre língua e discurso a partir mesmo de suas materialidades. O processo discursivo “utiliza” os elementos da língua, mas não se limita a conferir-lhes os sentidos e implicações intralingüísticos. Nesse sentido, escreve Pêcheux: “A expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada.” (1988, p. 161). Onde “formação discursiva” se refere a:

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).(PÊCHEUX, 1988, p. 160)

Por esse motivo, diz-se que o discurso é o lugar onde é possível observar a relação entre língua e ideologia. É o processo discursivo que nos “revela” como a língua produz sentidos e também que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir esta tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1988, p. 160)

A noção de discurso, portanto, dentro da Análise do Discurso, não coincide com sua significação dentro do esquema de comunicação, onde desempenha o papel de “mensagem”. Não há “informação” no discurso. Para a Análise do Discurso, citando Orlandi, “o discurso é efeito de sentidos entre locutores.” (2005, p. 21)

1.3 Ideologia(s), Interdiscurso, Formações Ideológicas, Formações Discursivas: o percurso da construção de evidências de sujeito e sentidos

Como introdução ao tema, faz-se necessária uma conceituação de ideologia, não tomada aqui como falseamento da realidade; como uma instância misteriosa superior ou mesmo um ente do mundo das idéias; mas como algo determinado no processo histórico-social de uma dada formação social, o que na sociedade capitalista se dá nas relações sociais de produção, ou seja, na prática humana. (AMARAL, 2005, p. 42).

Para Pêcheux, a ideologia está relacionada às condições de reprodução e transformação das condições de produção, ainda que não deva ser considerada o único elemento capaz de promovê-las. Baseando-se em Althusser, afirma Pêcheux: “são as determinações econômicas que condicionam ‘em última instância’ essa reprodução /transformação, no próprio interior da produção econômica.” (1988, p. 143). Sendo assim, tanto a reprodução quanto a transformação se fazem presentes em todo modo de produção baseado em divisão de classes. A ideologia, que Pêcheux passará a escrever com “I” maiúscula, inscreve-se na própria dinâmica da vida do homem em sociedade, a partir do momento em que este se vê imerso no mundo do trabalho, obrigado a satisfazer as exigências do processo de produção, manutenção e reprodução dos meios de sobrevivência. Em outras palavras, a ideologia surge no momento em que se fazem necessários e “se instituem ‘mecanismos de orientação’ para as relações entre os homens no processo de produção e reprodução da vida.” (AMARAL, 2005, p. 41).

A concepção apresentada anteriormente, sugere que a ideologia não é inerente ao homem, mas à prática entre os homens. Em um primeiro momento, são os meios de sobrevivência e domínio da natureza para a manutenção da vida e a perpetuação da espécie que ocupam o ser humano. Uma vez satisfeito com o resultado desta etapa de adaptação e conservação da vida, complexificam-se as interações do homem com o entorno natural e humano; diversificam-se as ambições e criam-se novas necessidades, não mais relativas à sobrevivência imediata ou ao conhecimento e domínio das forças da natureza, mas relacionadas ao controle dos meios de produção no interior de uma sociedade de classes. Nesse estágio, afirma Amaral, “os homens precisam organizar sua processualidade, intervir no comportamento dos outros homens, provocar mudanças e responder às exigências postas pela complexidade com que o ser social vai se estruturando” (2005, p.40). Retomando

Pêcheux, as ideologias não nascem nas idéias dos homens, mas constituem-se na própria práxis humana.

Acreditamos que através da “introdução” da ideologia como “mecanismos de orientação” desta nova ordem, é possível estabelecer-se uma conexão com o que Althusser (retomado por Pêcheux) quis dizer com “A Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Estaríamos diante do efeito ideológico do ser-sujeito? Utilizando as palavras de Althusser (citado por Pêcheux, 1988, p. 133): “(...) o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão ...”. A interpelação estaria, para Althusser, no interior do “processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”. Os princípios apresentados sugerem a existência de uma ilusão de autonomia constitutiva do sujeito e propõem uma teoria não-subjetivista da subjetividade, o que abre caminho para a constituição de uma teoria materialista dos processos discursivos. É através dos discursos (“encarnados” na materialidade da língua) que chegaremos a vislumbrar não só os sujeitos ideologicamente constituídos mediante interpelação ideológica, mas também as evidências de sentidos, ancoradas na ilusão da transparência da língua.

Pêcheux, ampliando o inicialmente proposto, menciona uma distinção entre Ideologia em geral (com I maiúscula) e ideologia(s). A primeira não deve ser confundida com formação ideológica historicamente concreta e nem com a ideologia dominante. Estas, segundo a distinção que faz Pêcheux, serão escritas com “i” minúscula e comportam plural. A Ideologia, portanto, vem a ser a-histórica, omni-histórica, imutável em toda a história e coloca o homem em seu estado “natural-humano”, enquanto parte da natureza, desprovido da possibilidade de ser sujeito da história. As ideologias, por sua vez, “têm uma história própria, têm uma existência histórica concreta caracterizada por relações de desigualdade-contradição-subordinação⁶. (1988, p.152)

Seguindo esse raciocínio, Pêcheux sugere ainda um caráter “eterno” à Ideologia, tal qual Freud atribuiu ao inconsciente. Daí depreende-se que as ideologias seriam da ordem do transitório, o que traz à tona algumas importantes questões que não nos encontramos em condições de aprofundar neste momento, como aquelas que dizem respeito à luta de classes e

⁶ É difícil não pensar em um esquema simplificado que emerge desta distinção entre Ideologia e ideologias; entre o homem pré e pós-interpelação em sujeito. Um esquema que situe a Ideologia no período pré-sujeito e as ideologias no pós-interpelação de indivíduos em sujeitos. As ideologias emergiriam como construções a partir das relações entre sujeitos, ainda que constituintes de uma práxis ilusória, fruto do trabalho ideológico.

à factibilidade da superação/transformação de condições sócio-econômicas ideologicamente impostas / mantidas /reproduzidas.

Voltando à questão que nos ocupa neste momento, trataremos de explicitar melhor a relação entre ideologia, formações ideológicas, formações discursivas e a evidência de sujeito e sentido que permeia a análise dos discursos que constituem o *corpus* de nossa investigação.

O sentido, segundo se depreende, não existe em si mesmo, mas “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).” (Pêcheux, 1988, p.160).

A materialidade discursiva, *a priori*, tende a apresenta-se como um todo dotado de sentido, evidência que, para a Análise do Discurso, já constitui efeito ideológico. Este princípio, entre outros, diferencia a postura teórica e analítica do analista do discurso das demais possibilidades de abordagem da materialidade discursiva. O material lingüístico, representado por palavras, constitui-se na materialidade do discurso, o qual conforma o objeto de interesse da análise. É no discurso que as palavras incorporam sentido, como se depreende das palavras de Pêcheux:

(...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, às formações ideológicas nas quais estas posições se inscrevem. (1988, p. 160)

Uma vez assumido que o sentido das palavras não pertence a elas mesmas, mas está em relação íntima com o conjunto de forças que caracteriza o momento sócio-histórico de sua apresentação nos discursos é que nos lançamos ao encontro do processo discursivo, buscando a compreensão de *como* o discurso produz sentidos dentro das diferentes Formações Discursivas a que se filia. Por Formação Discursiva (FD), entendemos:

(...) aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1988, p. 160)

Depreende-se, portanto, que as FDs tomadas isoladamente não dão conta de explicar as afiliações ideológicas dos discursos a elas associados. As Formações Discursivas “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes”, como explica Pêcheux (op cit, p.161).

Esta relação complexa entre sentidos e formações discursivas e ideológicas constitui o *processo discursivo* que Pêcheux resume como: “sistema de relações de substituição,

paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada.” Portanto, é de dentro da formação discursiva que surgem os sentidos, como uma “matriz de sentidos” (PÊCHEUX, 1988, p. 162). Portanto, é possível afirmar que há sentidos que retornam sob a forma de pré-construídos, os já-ditos, que formam o saber discursivo e que constituem o “todo complexo com dominante”, de que fala Pêcheux (1988, p.162) e ao qual também nos referimos como interdiscurso / memória discursiva⁷. O interdiscurso “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. (ORLANDI, 2005, p. 31). É nesse jogo de construção de sentidos que chegamos a identificar processos de re-significação e deslizes de sentido dentro dos discursos analisados. O processo de constituição de sentidos encerra, em si, um processo paradoxal:

As formações ideológicas cumprem sua função na determinação dos sentidos das palavras porque as inscrevem nos processos discursivos das formações discursivas que as representam. (...) Assim, a noção de determinação, para nós, tanto expressa a fixação dos limites do sentido das palavras, estabelecendo as fronteiras entre os processos discursivos de uma formação discursiva e de outra; como permite a polêmica, o debate, com a exterioridade do discurso (interdiscurso). (AMARAL, 2005, p. 32-34)

A Formação Discursiva, através do efeito de transparência da língua, tenta dissimular o caráter de sua relação com o interdiscurso (esse todo complexo com dominante), o qual também remete, invariavelmente, ao complexo das formações ideológicas que as determinam. O analista, portanto, trabalha com a objetividade material contraditória do discurso que se encontra sob uma aparente transparência da língua e do sujeito, meio e fim do trabalho ideológico.

⁷ Interdiscurso e memória discursiva aparecem na literatura, sobretudo a partir do pensamento de Orlandi, como termos sinônimos. Entretanto, dentro desta abordagem, preferimos não tomá-los nesta perspectiva. Optamos por utilizar memória discursiva quando estamos em presença (até mesmo pela ausência) de conteúdos do interdiscurso que dizem respeito aos discursos em análise. Em outras palavras, interdiscurso parece-nos um ente mais amplo, o qual comportaria diferentes memórias, inclusive aquelas que não atravessam o objeto de nossa análise.

O termo interdiscurso, não obstante, não deixará de ser empregado. Seu uso será reservado para o conjunto de memórias que conformam o eixo da constituição que atravessa o eixo da formulação, da atualidade materializada no intradiscurso, tal como o proposto por Courtine (citado por Orlandi, 2005, p.32).

1.3.1 Ideologia lingüística, política e planificação lingüística

Considerados os objetivos deste trabalho e as características do *corpus*, pareceu-nos oportuna a incorporação à análise do termo ideologia lingüística. Para isso, apropriamo-nos, sobretudo, dos esforços de conceituação realizados por Orlandi, Hamel, entre outros; bem como as reflexões de del Valle, Pêcheux e Gadet sobre a temática.

Para Pêcheux e Gadet (2004, p. 36), há um momento histórico que marca, por assim dizer, a descoberta do lingüístico pelo político: “Em vez do dispositivo feudal de distanciamento, destinado a manter regularmente ordens separadas, a classe dominante burguesa desenvolve procedimentos de interpenetração com as classes dominadas. Nascimento político da questão lingüística.”. Para situar melhor as reflexões de Pêcheux e Gadet sobre o “tratamento político” que as variedades lingüísticas receberam ao longo dos processos de cristianização/colonização, cabe reproduzir o fragmento que situa o nascimento da questão no seio da mentalidade burguesa :

O feudalismo mantinha a ordem dominante [o mosaico dos falares e dos dialetos] “traduzindo-a” em formas específicas de representações e imagens próprias às diversas classes dominadas. A particularidade das revoluções burguesas é de tender a absorver essas diferenças para universalizar as relações jurídicas, no momento em que se universaliza a circulação do dinheiro, das mercadorias ... e dos trabalhadores “livres”. Para se tornarem cidadãos, os sujeitos devem portanto se liberar dos particularismos históricos que os entravam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus “preconceitos” ... e sua língua materna. (...) A questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente. (op. cit, p. 37)

As palavras de Pêcheux e Gadet sinalizam para o estratégico papel que joga a questão lingüística dentro dos processos de globalização de mercados, o que se constitui em elemento vital de nossa investigação. As tensões, paradoxos e contradições subjacentes às funções do lingüístico na execução de políticas econômicas constituem aspecto relevante em nossa análise do *corpus*. Entendemos, portanto, a impossibilidade de se abordar a introdução da língua espanhola no Brasil, em tempos de Mercosul, à margem de uma política lingüística, ainda que para constatar seu caráter difuso e impreciso.

Tratar de política lingüística implica ir além do reconhecimento da prática política inerente a todo ato comunicativo, ou melhor dito, a toda atividade humana. Para Orlandi são vários os sentidos a dar à noção de política lingüística:

E esses sentidos vão desde a tematização mais formal do planejamento de uma política lingüística explícita assumida claramente como institucional, até a observação de processos institucionais, menos evidentes, inscritos de forma implícita nos usos diferenciados (e diferenciadores) da linguagem (1988, p.7)

Sobre o caráter intervencionista de tais planejamentos, escreve Hamel:

A política lingüística funciona sempre como intervenção que transforma a experiência coletiva e individual de uma comunidade, experiência que se cristaliza em um complexo sistema de símbolos lingüísticos e extralingüísticos. Nesse sentido, a política lingüística forma parte da história social e lingüística de um povo.” (1988, p. 44) (tradução nossa)⁸

A língua e as questões lingüísticas produzem, desde sempre, muitos e variados discursos. Um bom exemplo da complexidade de significações e valores que giram em torno da língua são suas múltiplas apresentações discursivas: língua; linguagem; idioma; interlíngua; língua materna, oficial, nacional, franca, estrangeira, etc, com relevantes implicações semânticas. É inquestionável o fato de que a temática da língua pertence ao âmbito do político, do sócio-histórico, do ideológico. Ainda ressoa, como epígrafe das viagens dos colonizadores espanhóis do século XV, a sentença de Nebrija: “a língua sempre foi companheira do Império” (1492).

Retomando algumas questões sobre o que se poderia chamar política lingüística, reproduzimos as palavras de Orlandi (1988, p.7):

Falar é, em si, uma prática política. No sentido largo do político, que considera as relações históricas e sociais do *poder*. Paralelamente a essa presença geral do político na linguagem, podemos falar de algo mais circunstanciado e, de certa forma, “administrativo”: a política da linguagem ou política lingüística. Certamente haverá muitos sentidos a dar à noção de política lingüística.

Este caráter “administrativo” mencionado por Orlandi está relacionado, desde nossa leitura, ao conjunto de iniciativas oficiais e extra-oficiais que visam ordenar as questões relativas ao uso e aos valores da língua (e da linguagem) em uma determinada conjuntura.

⁸ No original: “la política del lenguaje funciona siempre como intervención que transforma la experiencia colectiva e individual de una comunidad, experiencia que se cristaliza en un complejo sistema de símbolos lingüísticos y extra-lingüísticos. En este sentido, la política del lenguaje forma parte de la historia social y lingüística de un pueblo.”

Trata-se de um conjunto de princípios e normas que apresentam alguns elementos comuns como sugerem as palavras de del Valle:

(...) sua *contextualidade*, ou seja, sua vinculação com uma ordem cultural, política e social; (...) sua *função naturalizadora*, ou seja seu efeito normatizador de uma ordem extralingüística que fica registrado no senso comum; (...) sua *institucionalidade*, ou seja, sua produção e reprodução em práticas institucionalmente organizadas em benefício de formas concretas de poder e autoridade. (DEL VALLE, 2007, p. 20) (tradução nossa⁹)

Considerada dentro do processo de análise do *corpus* de nossa investigação, a *contextualidade* deve ser considerada no marco da globalização, dos movimentos geopolíticos contemporâneos e das particularidades sócio-econômicas da atual fase do capitalismo. As políticas lingüísticas que se encontram na base da expansão do estudo da língua espanhola no Brasil, neste início de século XXI, não se desenvolvem à margem dos movimentos das (grandes) economias mundiais. Outrossim, as políticas lingüísticas também se encarregam de conferir um caráter natural (e *naturalizador*) a mudanças como as que tratamos no interior de nossa análise.

Considerando-se o último aspecto referido por del Valle – a *institucionalidade* – passamos a incorporar, no leque de abrangência das políticas lingüísticas, o papel da escola e do currículo escolar na execução das ações desenhadas pelas políticas em questão. Na construção ou na alteração intencional do *status* simbólico de uma língua, portanto, reconhecemos a ação de políticas lingüísticas. Uma presença e ação que podem ser detectadas tanto na gênese das mudanças propostas quanto nos mecanismos e meios de sua implementação. São mudanças que podem chegar através de pressões políticas junto ao Congresso Nacional, como no caso da aprovação da Lei 11161/05. Na base comum às diferentes realizações das políticas lingüísticas encontram-se as razões econômicas e a lógica mercantil que, ainda que não sejam as únicas, configuram o fundo hegemônico sobre o qual se desenvolve a dinâmica de uma sociedade capitalista.

Os discursos que tomamos como objeto de análise ao longo de nosso trabalho indicam, entre outros aspectos, o que del Valle sintetiza como

a confirmação, por um lado, do extraordinário destaque que recebe a concepção do espanhol como recurso econômico, mas também o modo como tal concepção adquire um caráter ideológico não só por estar ligado a um coletivo de organizações e a uma ordem extra-lingüística (cultural, econômico, político e social) senão por naturalizá-las e normatizá-las frente

⁹ No original: “ su *contextualizad*, es decir, su vinculación con un orden cultural, político y/o social; (...) su *función naturalizadora*, es decir su efecto normalizador de un orden extralingüístico que queda apuntalado en el sentido común; (...) su *institucionalidad*, es decir, su producción y reproducción en prácticas institucionalmente organizadas en beneficio de formas concretas de poder y autoridad.”

a instituições ou políticas alternativas que pudessem aspirar a organizar o recurso em questão (a língua, em nosso caso) de outra maneira. (2007, p.101) (Tradução nossa¹⁰)

Estas reflexões sugerem que a maneira como são conduzidas as questões referentes à escolha e ao estudo de línguas estrangeiras em um contexto institucionalizado, como o é o sistema oficial de ensino do país, silencia, em certo modo, as outras maneiras de conduzir-se a questão da escolha da língua estrangeira (ou de suas variedades). A isso nos referimos, principalmente, na parte final de nosso trabalho, quando nos dedicamos a conhecer a relação entre oferta obrigatória da língua espanhola no Brasil (Lei 11161/05), a atual política lingüística espanhola e os interesses do governo brasileiro na aprovação da lei de 2005.

Buscando definir planificação e política lingüística, reproduzimos ainda as palavras de Kaplan e Baldauf :

A planificação lingüística inclui um conjunto de idéias, leis e regulamentos (política lingüística), regras de mudança, crenças e práticas que têm como objetivo implementar uma mudança previamente planejada (ou impedir que uma possível mudança se produza) no uso da linguagem em uma ou mais comunidades. (citados por DEL VALLE, op cit, p. 23) (tradução nossa¹¹)

Ricento (citado por DEL VALLE, 2007, p.23) pondera que esta definição traduz uma fase da disciplina de planificação lingüística caracterizada por uma dependência epistemológica do estruturalismo e do positivismo, voltada principalmente para a solução de problemas lingüísticos e como resposta às condições de um contexto histórico concreto: os processos pós-coloniais de construção nacional e as teorias do desenvolvimento. Por outro lado, reconhecemos a atualidade na definição de Ricento na medida em que a introdução de uma língua estrangeira no sistema de ensino, tema de nossa investigação, implica sempre múltiplas decisões, nenhuma delas isenta de carga ideológica: a origem do material didático; a escolha e a conseqüente exclusão de variedades lingüísticas; tratamento das questões sócio-culturais e lingüísticas; a formação dos professores; o *status* da língua e da cultura estrangeiras frente à língua e cultura nacionais; entre outras.

Estas “decisões”, mencionadas no parágrafo anterior, são medidas de planificação necessárias à implementação de políticas lingüísticas. Uma das marcas das políticas e

¹⁰ No original: “nos confirmará, por un lado, la extraordinaria prominencia que tiene la concepción del español como recurso económico, pero también el modo en que tal concepción adquiere un carácter ideológico no sólo por estar ligada a un colectivo de instituciones y a un orden extralingüístico (cultural, económico, político y social) sino por naturalizarlos y normalizarlos frente a instituciones o políticas alternativas que pudieran aspirar a organizar el recurso en cuestión (la lengua, en nuestro caso) de otra manera.”

¹¹ No original: “La planificación lingüística incluye un conjunto de ideas, leyes y reglamentos(política lingüística), reglas de cambio, creencias y prácticas que tienen como objeto implementar un cambio previamente planeado (o impedir que un posible cambio se produzca) en el uso del lenguaje en una o más comunidades.”

planificação lingüística (doravante PPL) vem a ser a estandarização, constituindo-se, talvez, na face mais conhecida das políticas lingüísticas. Sobre ela, assim se dirige Einar Haugen (citado por DEL VALLE, 2007, p. 23): “Por planificação lingüística entendo a atividade de preparar uma ortografia, gramática e dicionário normativos para guiar os escritores e falantes de uma comunidade de fala não homogênea”. Na mesma direção, seguem Kaplan e Baldauf:

A implementação de um plano lingüístico se centra na adoção e difusão de uma variedade lingüística que já foi selecionada e codificada. Isto se faz com freqüência através do sistema educativo e de outras leis e normas legais que incentivam e/ou exigem o uso da forma *standar* e talvez desincentivem o uso de outras línguas ou dialetos. (citados por DEL VALLE, 2007, p. 24) (Tradução nossa¹²)

Ainda que, *a priori*, as definições pareçam referir-se exclusivamente a situações internas das comunidades lingüísticas, aspectos relativos à planificação do *status* simbólico de uma língua estrangeira encontram-se atravessados por todas as etapas mencionadas nas citações. Neste trabalho, consideradas as características do *corpus*, a questão das PPL será tratada dentro da constante tensão que caracteriza a coexistência do nacionalismo e da globalização. Tal como observa del Valle, citando Heller:

Ainda que persistam as ideologias lingüísticas associadas com o Estado-nação, convivem necessariamente com novas formas de valorar a linguagem – como estratégia de negociação de identidades complexas, como signo de distinção e autenticidade local, como chave que dá acesso às rotas de peregrinação global, como produto de mercado cuja qualidade deve estar institucionalmente garantida. (2007, p. 28) (tradução nossa¹³)

Some-se a isso, agrega del Valle, o que nos traz o panorama atual:

(...) discursos metalingüísticos onde se incorporam e se escondem complexos sistemas lingüístico-ideológicos; alguns, reflexo ainda das operações e dos interesses do Estado-nação; outros; expressão de novas realidades criadas pela globalização que não excluem nem a reivindicação do interesse local nem complexos processos de integração regional. (2007, p.28) (tradução nossa¹⁴)

¹² No original: “La implementación de un plan lingüístico se centra en la adopción y difusión de una variedad lingüística que ya ha sido seleccionada y codificada. Esto se hace con frecuencia a través del sistema educativo y de otras leyes y normativas legales que incentivan y/o exigen el uso del estándar y quizás desincentivan el uso de otras lenguas o dialectos.”

¹³ No original: “aunque persisten las ideologías lingüísticas asociadas con el Estado-nación, conviven necesariamente con nuevas formas de valorar el lenguaje – como estrategia de negociación de identidades complejas, como signo de distinción y autenticidad local, como llave que da acceso a las rutas de peregrinación global, como producto de mercado cuya calidad debe estar institucionalmente garantizada-.”

¹⁴ No original: “discursos metalingüísticos donde se asoman y se esconden complejos sistemas lingüístico-ideológicos; unos, reflejo aún de las operaciones y los intereses del Estado-nación; otros, expresión de unas nuevas realidades creadas por la globalización que no excluyen ni la reivindicación del interés local ni complejos procesos de integración regional.”

A situação que apresentamos nesta abordagem reúne, sem lugar a dúvidas, realidades um tanto quanto paradoxais. Uma língua (a espanhola) que se oferece como língua internacional ao mesmo tempo em que recebe, no contexto da globalização de mercados, uma forte carga de ibericidade. Estes sentidos, enfatizamos, revelam o trabalho ideológico dos discursos que tratam de produzir (efeitos e novos efeitos de) sentidos para a língua de Cervantes no contexto de sua introdução no Brasil. Os paradoxos sugeridos por Heller e del Valle, aqui apenas superficialmente sugeridos, são devidamente retomados ao longo das análises dos recortes selecionados do *corpus*¹⁵.

1.4 Memória e Silenciamento

A memória a que nos referimos como categoria de análise não é, ainda que esta não se faça de todo ausente, a memória da reconstituição dos fatos mediante o acionamento e a evocação de “conteúdos” armazenados em algum reservatório de lembranças ou dados e fatos registrados/documentados/arquivados por historiadores. Tomando em consideração a análise do *corpus*, não são os fatos históricos presentes nas seqüências discursivas que representam a memória de que tratamos, mas os efeitos metafóricos e parafrásticos que constituem a discursividade da materialidade oferecida à análise e que permitem a remissão às Formações Discursivas e Ideológicas.

Nas palavras de Orlandi (2007, p.20), “o dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores”. Subjacentes à FD encontram-se as Formações Ideológicas que as sustentam.

Não estamos diante de formas, ainda que o termo “formação” possa sugerir algo de delimitado e preciso, não devemos esquecer que as instâncias às quais nos referimos como “formações” carregam em si, como fundantes, a incompletude, a heterogeneidade e a fluidez de suas fronteiras.

¹⁵ Referimo-nos, entre outras, às reflexões em torno do fenômeno da *desterritorialização* (cf. 2.3.3. desta dissertação) e os discursos que conferem *naturalidade e legitimidade* à presença ibérica no Continente Americano a partir de um processo de re-significação para o elemento europeu e o processo colonizatório dos séculos XV e XVI (cf. capítulo 3 desta dissertação).

Pêcheux problematiza assim a questão da memória:

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (...) A questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão “ausentes por sua presença” na leitura da seqüência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto? (1999, p.52)

Pêcheux não responde as questões que levanta e prefere dar espaço ao pensamento de P. Achard que diz que tais implícitos jamais serão encontrados. O que haveria seria, sob a forma de repetição, “a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ (termo introduzido por Achard) se iniciaria, e seriam nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase.” (1999, p.52)

Pêcheux conclui:

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede de implícitos. (1999, p.53)

As palavras de Pêcheux chamam a atenção para o perigo de considerar-se a memória como um ente de contornos delimitáveis, como materialidade estável e previsível. A memória que porventura se presentifique durante as análises, enfatizamos, estará constituída a partir de efeitos metafóricos e parafrásticos que remetem aos “já-ditos” em relação a nosso objeto, e sempre “face a um texto que surge como acontecimento a ler” (PÊCHEUX, op. cit., p.52) .

O fato de havermos proposto, desde o princípio de nossa investigação, uma abordagem dos “silenciamentos” nos discursos constituintes do *corpus*, lança-nos em uma tentativa de delimitação teórica do conceito. Para isso, basear-nos-emos, fundamentalmente, nas reflexões de Orlandi.

O silêncio reveste-se de significados diversos segundo o prisma de nossa mirada teórica. Por um lado, o silêncio é constitutivo da palavra, as próprias palavras transpiram silêncio, como escreve Orlandi (2007, p.11). O silêncio, continuando as reflexões da autora, remete ao caráter de incompletude da linguagem no sentido de que todo dito remete ao não dito e este passa a significar a partir de sua relação com a história e a ideologia.

O silenciamento, por sua vez, atrai outra sorte de reflexões sobre o silêncio. Referimo-nos, agora, ao “pôr em silêncio”, àquilo que é calado no discurso por veicular conteúdo “inapropriado” aos propósitos discursivos.¹⁶

O silenciamento ao qual nos referimos e ao qual referiremos muitas vezes ao longo das análises, não deve ser confundido com o “implícito” que, em Ducrot (1987), aparece como conteúdo apreensível por parte do ouvinte/leitor; que se presentifica pela vontade do enunciador, ainda que não explicitamente posto no discurso. Os conteúdos implícitos se oferecem ao ouvinte/leitor sem que o enunciador assuma a responsabilidade de tê-los enunciado. A matéria significativa do silêncio a que se refere Orlandi não coincide com aquela que constitui o implícito. Esta última é verbalmente acessada, enquanto o conteúdo silenciado só “deixará pistas” discursivas.

A própria noção de censura re-significa-se e amplia-se à luz do conceito de silenciamento. O conteúdo censurado deixa de ser um ato da consciência humana voltado à coerção de atitudes ou conteúdos proibidos e assume seu lugar no contexto histórico-ideológico de sua aparição. Há uma ampliação da noção de censura, quando interpretada dentro do escopo da(s) função(ões) do silêncio.

Orlandi refere-se assim ao caráter “fundante” do silêncio:

Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é “fundante”.(...) Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam. (2007, p. 14)

A materialidade do silêncio não está nas palavras, entes lingüísticos. É na “relação do imaginário com o real que podemos apreender a especificidade da materialidade do silêncio, sua opacidade, seu trabalho no processo de significação”, afirma Orlandi (2007, p.16). Paradoxalmente, o processo discursivo apóia-se sobre os movimentos da língua. É precisamente da contradição entre o uno e o múltiplo; a paráfrase e a polissemia; que emergem os sentidos do silêncio e dos silenciamentos¹⁷.

¹⁶ Nesse aspecto, abre-se uma brecha para o papel do inconsciente. Ainda que não adentraremos, neste trabalho, às especificidades do inconsciente, supomos que o(s) silenciamento(s) ao(s) que sejam submetidos alguns conteúdos discursivos possam apresentar em sua gênese diferentes níveis de consciência. Supomos, inclusive, que não só o silêncio seja constitutivo do discurso, senão o próprio silenciamento, uma vez que o “que *pode* ser dito” implica censura e seleção prévia dos conteúdos veiculados pelos discursos. Tal processo seletivo inicia-se, forçosamente, na escolha dos elementos lingüísticos que representam a materialidade discursiva.

¹⁷ Foucault também pondera sobre os sentidos que o discurso quer/precisa calar. O autor escreve: “suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída

As categorias “memória” e “silenciamento”, centrais em nossa dissertação, sinalizam que os discursos de implantação do espanhol no Brasil, além dos (efeitos de) sentidos naturalizados que veiculam, carregam possibilidades de novas leituras, conteúdos silenciados, ainda que nem sempre interditados; e memórias que, se por um lado se dedicam a estabilizar e homogeneizar, por outro, provocam deslizos e rupturas significativas. Dentre os discursos recorrentes no *corpus*, o discurso da integração é o que sugere maior grau de polissemia, se é que se pode falar em gradação. Daí a importância de conhecer-se um pouco mais sobre o período das grandes navegações dos séculos XV e XVI e algumas disputas hegemônicas que marcaram a história. Cabe re-visitare alguns fatos relacionados ao surgimento de modelos de relacionamento entre os países do continente americano, políticas as mais diversas que, em seu intradiscurso, não se esquivaram (e não se esquivam) de utilizar o termo “integração”. Modelos de relacionamento e geopolíticas que se apresentam intimamente relacionadas às tentativas de implantação do estudo da língua espanhola no Brasil nas últimas cinco décadas. O segundo capítulo desta dissertação, portanto, trata de fornecer subsídios históricos mínimos para a reconstrução das condições de produção em que foram apresentados os projetos de lei relacionados à mudança de *status* da língua espanhola no sistema de ensino brasileiro, objeto de nosso estudo.

por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (2006, p.9)

CAPÍTULO II

INTEGRAÇÃO: O “DISCURSO NOSSO” DE TODAS AS ÉPOCAS

2.1 A América como reflexo do continente europeu

A porção global denominada (pelo próprio colonizador) de América tem sua história marcada, entre outras coisas, pelo extermínio de suas populações indígenas provocado pela ambição e a mentalidade dos conquistadores europeus. Na América, desdobravam-se a rivalidade e as lutas religiosas entre os países europeus deflagradas pelo movimento reformista de 1517. Nessa disputa, afirma Dozer (1966, p.89), “os domínios ultramarinos vieram a constituir os despojos do imperialismo religioso”. As disputas decorrentes do domínio do Novo Mundo, continua o autor, “foram decorrências secundárias das grandes guerras dinásticas e imperialistas da Europa”(op. cit). Sustentamos, portanto, que não se faz possível compreender os desdobramentos históricos e políticos que integram as condições de produção analisadas pela presente investigação, sem um conhecimento, ainda que breve, do “clima” reinante entre os países europeus e suas (ex)colônias americanas no período que se refere às grandes navegações e seus desdobramentos.

Espanha e Portugal disputavam não só territórios, mas também possessões marítimas. A hegemonia mundial conseguida por Espanha e Portugal durante os séculos XVI e XVII despertou a cobiça de seus vizinhos europeus. Isso explica os constantes ataques e práticas corsárias levadas a cabo por franceses, ingleses e holandeses à medida que crescia a hegemonia ibérica no Novo Mundo. Enquanto os espanhóis eram obrigados a defender suas possessões das investidas holandesas, ingleses aproveitavam para estabelecer suas primeiras colônias na região norte do novo continente. Espanha, sem sombra de dúvidas, entrou para a história como o grande vitorioso entre os países europeus no que se refere à efetiva conquista de territórios americanos.

2.1.1 As declarações de independência e a Doutrina Monroe

Um segundo momento significativo na história da formação dos Estados nacionais em território americano vem a ser as sucessivas lutas pela independência. A Espanha persistia no não-reconhecimento da independência de suas colônias, o que acarretou o declínio de suas relações comerciais com a América e a pronta aproximação comercial de suas rivais – Holanda, Inglaterra e França – com as ex-colônias espanholas da América, como se depreende das palavras de Dozer:

Só depois da morte de Fernando VII, em 1833, e do advento de um regime mais liberal, foi que a Espanha começou a considerar seriamente a questão do reconhecimento político e o reatamento das relações comerciais com as novas nações da América espanhola. Entrementes, essas nações estavam cada vez mais atraídas para a órbita comercial das potências rivais da Espanha. (1966, p.290)

Nesse momento, os ingleses tiveram um papel importante. Foram fundamentais o comércio com a Grã-Bretanha e a cooperação dos ingleses à causa da independência hispano-americana, como os voluntários combatentes da legião anglo-irlandesa no exército de Bolívar e Lord Cochrane na expedição de San Martín no Peru, ainda que o governo britânico permanecesse oficialmente neutro ante os movimentos de independência.

Sobre a posição dos Estados Unidos ante as lutas de independência das colônias espanholas escreve Dozer:

Nos Estados Unidos, por outro lado, onde a resistência a uma metrópole européia opressora tinha foros de respeitabilidade, a opinião pública, desde o começo, olhou com simpatia os revolucionários hispano-americanos. Além disso, a perspectiva da expansão do comércio com eles era tão atraente para os americanos do Norte como para os ingleses. (1966, p. 292)

Assim, os Estados Unidos inauguram uma série de ações de apoio às colônias revoltadas, o que incluía, até mesmo, auxílio econômico emergencial, como o envio de 50.000 dólares para socorrer as vítimas do terremoto da Venezuela, em 1812. Nos portos norte-americanos eram armados navios corsários que se lançavam em operações navais contra as forças espanholas empenhadas na reconquista (op. cit., p.292). Paralelamente ao apoio às lutas de independência, os Estados Unidos se esforçavam para aparentar neutralidade:

A política oficial dos governos Madison e Monroe, à semelhança da política adotada pela Grã-Bretanha, foi a de explorar o comércio recém-aberto com os hispano-americanos revoltados e manter a neutralidade até que eles houvessem estabelecido de maneira inequívoca a sua independência. A intervenção oficial em favor dos revolucionários, ou mesmo um

reconhecimento prematuro, poderiam atrair sobre os Estados Unidos a cólera da Europa. (DOZER, 1966, p. 293)

Notícias freqüentes sobre eventuais esforços de retomada das antigas colônias americanas por parte das potências européias organizadas na Santa Aliança¹⁸ preocupavam tanto a Inglaterra como os Estados Unidos, os quais viam ameaçado o livre comércio com as ex-colônias espanholas. A situação era particularmente delicada para os Estados Unidos que já havia reconhecido a independência destes países, o que os levou a proferir uma advertência à Europa em que diziam que “não podiam concordar nem conformar-se com qualquer intervenção no sentido de restaurar, ainda que parcialmente, a supremacia espanhola em qualquer das Províncias Sul-Americanas”, nas palavras do Secretário de Estado John Quincy Adams (citado por DOZER, 1966, p. 293). Dada a persistência das ameaças da Santa Aliança, a Inglaterra decide também por manifestar-se contrária a quaisquer planos de retomada das ex-colônias americanas por parte das potências européias. Os Estados Unidos, por sua vez, decide não unir-se à Inglaterra na emissão de uma declaração conjunta de advertência unilateral.

Para Dozer, a nação norte-americana “receava que uma declaração conjunta impedisse a futura aquisição de territórios no Hemisfério Ocidental – possivelmente Cuba.” (op. cit, p. 294), além de, continua o autor, marcar uma “doutrina de duas esferas, isto é, que o sistema americano era diferente do sistema europeu e devia manter-se separado dele.” Essa postura, precisamente, leva os Estados Unidos, a apresentar, sozinhos, a famosa Doutrina Monroe. A mensagem foi apresentada pelo Presidente Monroe ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823 e afirmava, em uma de suas partes que, “os continentes americanos, pela condição livre e independente que assumiram e mantêm, não deverão ser considerados doravante como objeto de futura colonização por parte de quaisquer potências européias”.

Este manifesto gerou, entre as ex-colônias, uma certa expectativa de proteção por parte da potência norte-americana. Tal esperança, entretanto, não se concretizou, o que termina por gerar certa insegurança entre os países recém saídos de suas lutas de independência além de criar um afastamento e esfriamento das relações dos Estados Unidos com as novas nações do

¹⁸ A Santa Aliança, organização criada no início do século XIX, reuniu as grandes potências européias ante as ameaças dos movimentos revolucionários e os ataques à fé cristã. “Seus signatários comprometiam-se mutuamente a prestar ‘em toda ocasião e em todo lugar, assistência, ajuda e socorro’; a seguir os princípios da moralidade cristã; e a adotar entre si o comportamento de irmãos e, em relação a seus povos, o de pais (...). Em dezembro de 1822 (após a declaração de independência do Brasil), a Santa Aliança propôs ao Congresso de Verona a re-colonização dos países americanos que já haviam alcançado a emancipação política.” (BARSA, vol. 13, 2001, p.81).

continente. As décadas que se seguiram foram marcadas pelo empobrecimento de grande parte dos novos Estados e pela frieza de suas relações com os Estados Unidos.

2.2 A “Operação Pan-americanista” de Juscelino Kubitschek e a língua espanhola

O período que se seguiu às declarações de independência das colônias européias na América inaugura para estas novas nações um conturbado tempo de soerguimento econômico e busca de uma estabilidade/identidade política. Como as relações com os Estados Unidos encontravam-se algo inseguras, países como o Brasil tentam tomar posição no cenário político econômico do hemisfério.

É precisamente dentro deste cenário que surge o projeto de lei 4606/58 que propõe mudanças ao Decreto-Lei 4244/42 no que se refere ao aprendizado do idioma espanhol nos dois ciclos do ensino secundário. Trataremos de analisar algumas seqüências discursivas oriundas de documentos associados a este período do governo de Juscelino Kubitschek, sobretudo aquelas que tratam de relacionar as mudanças curriculares ao processo de implantação da política pan-americanista¹⁹.

O projeto de lei encaminhado ao Legislativo pelo então presidente Juscelino Kubitschek propondo alterações no *status* da língua espanhola no currículo escolar brasileiro é o primeiro de uma série de projetos semelhantes. Ainda que tenham sido quinze os projetos de Lei que reivindicaram alterações no *status* da Língua Espanhola na rede de ensino brasileira, lançaremos um olhar pontual sobre os dois extremos desta seqüência. O primeiro

¹⁹ O pan-americanismo é uma evolução da chamada Doutrina Monroe lançada pelos Estados Unidos em 1823. A partir desta, e por sugestão dos Estados Unidos, o pan-americanismo surge como um modelo de relacionamento para o continente americano voltado ao tratamento de assuntos político-jurídicos comuns. “Entretanto”, escreve Lacerda, “ele surgiu com objetivos comerciais, sob a clara liderança dos Estados Unidos, que promoveram os encontros, na década de 1890, que resultaram na constituição da União Pan-americana, de caráter comercial. Face à primazia estadunidense no continente, as relações estabelecidas com os outros países eram em geral bilaterais. A idéia de um continente novo, à parte da realidade mundial, onde o novo homem é passível de realizar-se, serviu como visão de mundo e justificativa para numerosas intervenções dos EUA no seu imediato entorno, especialmente o sulino – na América Central e no Caribe -, visto simultaneamente como zona doméstica e zona de segurança – e, portanto, como ‘naturalmente’ suscetível de policiamento (preventivo ou não, de caráter político ou econômico).”(2007). Com o tempo, tornaram-se evidentes as diferenças entre as necessidades/interesses dos Estados Unidos e dos demais países com quem conformava a União Pan-americana. Neste contexto, Juscelino Kubitschek lança a Operação Pan-americana que, continua Lacerda, “foi lançada após a constatação da hostilidade latino-americana aos Estados Unidos, em um período em que a superpotência ocidental largara o subcontinente à própria sorte; além disso, o Brasil em particular implementava um ambiciosíssimo projeto de desenvolvimento econômico, necessitando de apoio externo para sua consecução.” (2007)

deles se refere ao contexto de apresentação do PL 4606 de 1958, encaminhado ao Legislativo pelo então presidente Juscelino Kubitschek. O segundo momento, já dentro do terceiro capítulo desta dissertação, aborda as condições de apresentação e votação do projeto que, uma vez aprovado, resultou na Lei 11161 de 2005.

Ao analisarem-se os discursos que atravessam documentos como os que integram o *corpus* deste trabalho, é mister reconhecer como e onde os interesses do Estado se fazem presentes nas mudanças pedagógicas, didáticas e curriculares. Como afirma Trevisan: “Desde a elaboração do currículo até o conteúdo ministrado pelo professor, detectamos, na função da Escola, vínculos precisos com o Estado.” (1987, p. 17). Em nosso caso específico, que contextos caracterizaram, nas extremidades destes 47 anos, as sucessivas rejeições, por parte dos deputados, dos cerca de catorze projetos de lei que objetivaram a implantação da obrigatoriedade do ensino de língua espanhola no Brasil? Ainda que a resposta à esta pergunta não corresponda ao objetivo principal de nossa investigação, supomos que as análises sinalizem para possíveis respostas a esta e outras inevitáveis indagações que venham a surgir ao longo da investigação. Algumas respostas tomam parte das condições de produção dos discursos e auxiliam na compreensão do jogo de forças que interagem na construção de (efeitos de) sentido para as propostas de introdução da oferta obrigatória da língua espanhola nos diferentes contextos.

À continuação, segue a análise de algumas seqüências discursivas extraídas do PL 4606/58 enviado à Câmara e da mensagem 337-58 em que o Presidente Juscelino Kubitschek expõe os motivos e argumenta em favor da aprovação do recém encaminhado Projeto de Lei:

SD1: A equiparação do idioma espanhol ao inglês nas diversas séries e cursos do ensino secundário tal como prescreve o projeto anexo, impõe-se como corolário dos novos rumos dados ao pan-americanismo, em consequência da política adotada pelo Governo, eis que se trata do idioma falado pela maioria dos povos americanos. (Juscelino Kubitschek, 1958)

A justificativa de Juscelino Kubitschek ao Congresso faz referência às conseqüências dos rumos da política externa do Brasil naquele momento, aos quais atribui o caráter de “novos rumos” (SD1). Estabelece uma relação estreita entre o estudo da língua espanhola no ensino secundário e os “novos rumos” (SD1) da política continental conhecida como pan-americanismo. Relação esta que se apresenta, no discurso, como “conseqüência natural,

dedução”, segundo definição²⁰ para o termo “corolário” (SD1), ainda que paradoxalmente acompanhada de uma “imposição”. Ao decretar que “a equiparação ... impõe-se” (SD1), reforça-se, a partir de nossa leitura, que “os novos rumos” (SD1) incluíam mais do que “falar o idioma da maioria dos povos americanos” (SD1); queria ser um ato de reação ante a insatisfação que caracterizava, naquele momento, o relacionamento dos países do Continente com os Estados Unidos.

A partir desta leitura, sugere-se que a atribuição de “conseqüência natural” para a “equiparação do idioma espanhol ao inglês” silencie outros sentidos. A análise aponta para um outro sentido, silenciado sob a proposta de alteração curricular²¹. Tal medida, entendida dentro do contexto dos “novos rumos”, sugere um redimensionamento não só do idioma inglês, mas da própria presença dos Estados Unidos que, dentro de um novo jogo de forças continental, ver-se-ia “equiparado” (SD1) ao conjunto dos demais países hispânicos, aos quais se unia o Brasil através de um importante signo: uma língua comum. Neste contexto, a introdução da língua espanhola no Brasil cumpriria o papel de desestabilizar a relação de forças, uma vez que metaforicamente introduziria a memória do “a união faz a força” presente no interdiscurso. Nesta seqüência, especificamente, a língua espanhola não significa apenas a “equiparação” (SD1) de duas disciplinas curriculares, mas representa, no discurso, a possibilidade de “equiparação” de forças entre o poder hegemônico no continente, os Estados Unidos, e as demais nações do Continente. Idéia que se prolonga na seguinte seqüência:

SD2: *Na verdade, [a equiparação entre inglês e espanhol no ensino secundário] é uma resultante inafastável das amplas perspectivas que se abriram ao entrelaçamento das relações pan-americanas através da atual política continental, de mais íntima aproximação dos países deste hemisfério. (Juscelino Kubitschek, 1958)*

Nesta seqüência, como SD1 integrante da mensagem do presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso, chama a atenção a ordem dos acontecimentos. Primeiro se dá “a íntima aproximação dos países deste hemisfério” (SD2) - implícita aqui a exclusão dos Estados Unidos quando se refere a “deste hemisfério”- para só depois incluir-se a proposta de mudança de *status* para a língua espanhola na rede de ensino brasileira: “é uma resultante”

²⁰ Dicionário Houaiss, 2004, p.193.

²¹ O Decreto-Lei 4244, de 9 de abril de 1942, ao qual Juscelino Kubitschek propunha modificações, definia as bases de organização do ensino para os dois ciclos do ensino secundário (Ginásio, Clássico/Científico): no tocante às línguas, português, latim, francês e inglês eram estudados no Curso Ginásial (Cap I, Art. 10); enquanto português, latim, grego, francês, inglês e espanhol encontravam-se distribuídos, com desigual carga horária, nas três séries dos Cursos Clássico e Científico (Cap I, Art. 12).

(SD2). Mais uma vez, a análise sugere uma tentativa de estabelecimento de um contraponto ante a hegemonia e a ingerência norte-americanas no continente.

Este “enfrentamento metafóricamente constituído”, por outro lado, sugere que as posições ideologicamente marcadas não são de fato abaladas “no” discurso. Ainda que a mudança se insinue “pelo” discurso, este não rompe totalmente com o jogo de forças entre o poderoso país do norte e o processo, que nas palavras de Juscelino Kubitschek, apresenta-se como “íntima aproximação dos países deste hemisfério” (SD2). O que nos leva a ver aí um deslize significativo é que “a equiparação entre o inglês e o espanhol” deixa de impor-se (SD1) para assumir-se, na seqüência seguinte, como consequência / “resultado inafastável das amplas perspectivas que se abriram” (SD2). Há menos protagonismo na posição “resultado” que na posição “imposição”.

As duas seqüências, portanto, apontam para a polissemia que atravessará, invariavelmente os discursos em análise, reiterando a natureza de nosso objeto, ao mesmo tempo em que representam a ambivalência que caracteriza a relação dominador/dominado; colonizador/colonizado. Uma ambivalência que se traduz entre a reprodução de uma atitude dependente e o desejo de independência. Contradição constitutiva, da ordem do inconsciente, que, sem margem a dúvidas, atravessará os discursos do *corpus*.

Para a compreensão das bases históricas sobre as quais se estabelece a referida “atual política continental” (SD2), faz-se necessário o conhecimento de alguns fatos políticos que marcaram o período que antecede o pronunciamento sobre a Operação Pan-americana de Juscelino Kubitschek, de onde provêm as seqüências em análise. Para esta contextualização, tomamos a iniciativa de re-visitamos algumas páginas da História e resgatar alguns fatos que nos ajudem a compor as condições imediatas relacionadas ao desenho dos “novos rumos do pan-americanismo” propostos por Juscelino Kubitschek. Esta recomposição nos ajuda a conhecer o “clima” reinante entre os Estados Unidos e os demais países do continente naquele momento; conjuntura política que se encontra na base das mudanças propostas ao congresso através do projeto de lei 4606/58.

Em maio de 1958, um evento ocorrido em Caracas funciona como preâmbulo do manifesto pan-americanista de Juscelino Kubitschek e se transforma em peça-chave para compreender as circunstâncias em que foi apresentado o PL 4606/58²². Tenha-se em conta

²² O projeto 4606 de 1958 propunha alterações ao Decreto-Lei 4244 de 9 de abril de 1942, no que se refere ao aprendizado do idioma espanhol nos dois ciclos do ensino secundário, nos seguintes termos:

“Art. 1: O idioma espanhol será ministrado nos dois ciclos do ensino secundário observadas as mesmas bases estabelecidas no Decreto-lei número 4244 de 9 de abril de 1942, para o ensino do idioma inglês inclusive no que tange às séries e cursos em que será lecionado.”

também o clima reinante entre os Estados Unidos e os demais países do continente a partir da “frustração” gerada pela Doutrina Monroe²³.

Em visita à capital venezuelana, o vice-presidente americano Richard Nixon tem seu Cadillac apedrejado por manifestantes enfurecidos. O carro oficial teve que refugiar-se na residência do embaixador americano em Caracas. Para Juscelino Kubitschek, o grave incidente diplomático sinalizava que algo deveria ser feito para sanar as relações entre os Estados Unidos e os demais países e tomou para si a tarefa de reunir a todos em torno de uma nova política para o continente americano, como propõe seu discurso às Forças Armadas, dois meses após o episódio de Caracas:

SD3: *cabe situar certos fatos recentes [de Caracas], que vieram pôr a mostra um elo vulnerável na cadeia ocidental e patentearam a necessidade de que algo se faça para reforçar a nossa capacidade de resistência. Tais fatos tiveram lugar em nosso próprio continente. Constituíram a eclosão de um latente estado de coisas. Foram sintomas, signos aparentes de uma situação larvada.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

Ao episódio seguiram-se conversas e cartas entre Juscelino e o presidente norte-americano Eisenhower. Para os Estados Unidos, os incidentes em Caracas eram obra de militantes comunistas que se proliferavam nestes países graças à conivência de suas autoridades. Juscelino argumentava, por outro lado, que se tratavam de “sintomas”(SD3) de que algo já não vinha caminhando bem no continente. Um “signo” (SD3) de que havia um “elo vulnerável” (SD3) na cadeia ocidental. Juscelino sustenta que o episódio de Caracas representava a “eclosão” (SD3) de uma situação embrionária, larval. A que se referia exatamente o presidente Juscelino Kubitschek? Para os norte-americanos, o episódio revelava, mais do que tudo, o avanço comunista na região, fruto da ineficiência dos governos locais em seu combate. Algo, como mais tarde a História se encarregará de contar, para ser duramente repreendido e reprimido durante a chamada “Guerra Fria”.

Quando Juscelino Kubitschek se refere à “necessidade de que algo se faça para reforçar a nossa capacidade de resistência” (SD3), deixa algumas pistas discursivas que sugerem diferentes rumos de análise e interpretação.

Juscelino faz uma leitura diferenciada dos sintomas, como o que sugerem as seguintes SDs, oriundas do mesmo discurso proferido às Forças Armadas ;

²³ Confira nota de rodapé n. 19, p. 41.

SD4: *A reflexão sobre essas ocorrências [em Caracas], que repercutiram desfavoravelmente na opinião pública mundial, conduziu-me à convicção de que cumpria às nações americanas algo mais que dissipar um simples mal-entendido. Pareceu-me necessário um esforço no sentido de preservarmos e reforçarmos a unidade do continente. Impunha-se para tanto, a meu ver, nada menos que um reexame das bases em que se assentam as relações entre os países desta região, um estudo acurado da fisiologia do sistema pan-americano.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

SD5: *Meu propósito era chamar a atenção para uma atmosfera de insatisfação e propiciar um amplo debate sobre o fortalecimento das relações interamericanas. Esse propósito deve considerar-se alcançado, em vista das reações encorajadoras de numerosos países que compõem a família americana. Posso hoje afirmar, sem sombra de dúvida, que estamos todos convictos da necessidade e da urgência de um detido exame da conjuntura pan-americana.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

Esse chamado a um “reexame das bases” do relacionamento regional, “um estudo acurado da fisiologia do sistema pan-americano e um detido exame da conjuntura pan-americana” é recorrente nos discursos do presidente Juscelino. Neles, o relacionamento político dos países do continente se apresenta como um “organismo doente”: “latente estado” (SD3); “reforçar a nossa capacidade de resistência” (SD3); “sintomas” (SD3); “signos aparentes de uma situação larvada” (SD3); “reexame das bases”(SD4); “estudo acurado da fisiologia do sistema” (SD4); “detido exame” (SD5). Juscelino vale-se deste discurso para lançar mão de diagnósticos e prognósticos para a relação dos países do continente a partir da vigente política pan-americanista.

O discurso do presidente, embora se apresente afiliado ao discurso “integrador”: “Pareceu-me necessário um esforço no sentido de preservarmos e reforçarmos a unidade do continente.” (SD4); traz elementos confrontadores que reforçam o mal-estar ante a condução da política pan-americana pelos Estados Unidos, tal como aparece no recorte: “Meu propósito era chamar a atenção para uma atmosfera de insatisfação e propiciar um amplo debate sobre o fortalecimento das relações interamericanas” (SD5). Juscelino não se referia, neste momento, à ameaça comunista, mas às relações entre “os países desta região” (SD4). Nossa leitura sugere que Juscelino Kubitschek se refere de modo diferenciado aos países do continente americano nos diferentes recortes: “ *Impunha-se para tanto, a meu ver, nada menos que um*

reexame das bases em que se assentam as relações entre os países desta região, um estudo acurado da fisiologia do sistema pan-americano”(SD4), onde a parte grifada chama a atenção para a existência de uma relação insatisfatória entre os países, com a inclusão dos Estados Unidos e as frustrações decorrentes da relação pan-americana sob condução norte-americana.²⁴.

Já em SD5: *“Meu propósito era chamar a atenção para uma atmosfera de insatisfação e propiciar um amplo debate sobre o fortalecimento das relações interamericanas. Esse propósito deve considerar-se alcançado, em vista das reações encorajadoras de numerosos países que compõem a família americana.”*, a parte grifada sugere a existência de um conjunto de países, reunidos discursivamente em torno da imagem de “família americana” (SD5), que estariam “de acordo” com Juscelino em sua iniciativa. Em outras palavras, voltamos a sugerir que a proposta de inclusão da língua espanhola no Brasil, de 1958, funcionaria como um contraponto à hegemonia do inglês no currículo escolar e, metaforicamente, como um fator de empoderamento político dos países do continente frente aos Estados Unidos da América.

Esse apelo reiterado ao “fortalecimento das relações interamericanas” (SD5), ao sentimento de “família americana” (SD5), bem como os esforços de preservar e reforçar a unidade do continente (SD4), recorrentes no discurso integrador, estão presentes também nos discursos que propõem, pela primeira vez, em 1958, a inclusão da Língua Espanhola como disciplina de destaque no currículo das escolas de todo o país:

SD6: *idioma [espanhol] da maioria dos países americanos cujo conhecimento, pela juventude brasileira, constituirá mais um liame com os povos do continente. (Juscelino Kubitschek, 1958)*

SD7: *O maior estreitamento dos povos do continente americano reclama, no entanto, um estudo mais intenso do idioma espanhol. (Juscelino Kubitschek, 1958)*

SD2: *[a equiparação do idioma espanhol ao inglês] é uma resultante inafastável das amplas perspectivas que se abrem ao entrelaçamento das relações pan-americanas, através da atual política continental, de mais íntima aproximação dos países deste hemisfério. (Juscelino Kubitschek, 1958)*

²⁴ Conferir nota de rodapé n. 19, p. 41.

Os apelos à aproximação, ao estreitamento e ao entrelaçamento entre os membros da “família americana” (SD5) estão na base da proposta de lei de 1958. A língua espanhola funcionaria como a catalisadora deste processo. Neste momento, não se fala de integração nos moldes da mundialização nem tampouco se encontram evidências de qualquer participação ibérica na proposta de lei. A Espanha, a estas alturas, estava totalmente voltada para suas sérias questões políticas internas²⁵. Busca-se, antes de mais nada, um fortalecimento regional latino-americano apesar dos adjetivos “pan-americano” e “interamericano” presentes na SD5, como sugere o recorte “íntima aproximação dos países deste hemisfério” constante na SD2.

Mas, a que imperioso “reexame das bases”(SD4) estaria se referindo JK em seu discurso? O que não andava bem no hemisfério e nas relações dos países americanos com os Estados Unidos? Voltemos à fala de JK aos militares, ainda sob efeito do atentado de Caracas:

SD8: *Neste conturbado pós-guerra, encontra-se o mundo sob o signo do gigantesco conflito ideológico, político e econômico travado entre as nações democráticas, defensoras dos princípios de liberdade e respeito à pessoa humana, e as oligarquias que se servem de uma cooperação pseudo-científica da vida em sociedade para subjugar gerações inteiras a uma organização coletivista.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

Nesta fala, em um primeiro momento, o presidente reconhece o embate ideológico que biparte o mundo. Falando aos militares, apóia-se nos extremos: democracia / oligarquia; liberdade / subjugo; pessoa / coletividade ; para marcar uma posição discursiva coerente com a mensagem anti-comunista, solidária à política norte-americana na chamada guerra-fria. Entretanto, outras seqüências sugerem que JK deriva significativamente em seu discurso:

SD9: *Na era da técnica, a preocupação com o bem-estar social, a procura de formas de organização menos imperfeitas, o desejo de igualamento aos mais favorecidos, são constantes que aparecem em cada povo. Daí a facilidade da introdução de ideologias e da sua utilização com propósitos bem definidos de enfraquecimento dos organismos nacionais.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

²⁵ No final dos anos 50, ainda dentro do regime ditatorial do general Francisco Franco, a Espanha encontrava-se às voltas com sérias questões políticas e econômicas internas.

SD10: *Para que logre resistir à infiltração lenta e persistente que o conduziria à impotência final, deve o Ocidente apresentar-se como um conjunto de nações solidamente estruturadas, que assentem em firmes bases de sadia organização política e próspera atividade econômica. Não é este, infelizmente, o quadro que se nos defronta.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

Ao contrapor os signos da prosperidade humana e material: “era da técnica” (SD9); “formas de organização menos imperfeitas” (SD9); “bem-estar social” (SD9); “desejo de igualamento” (SD9); “conjunto de nações solidamente estruturadas” (SD10); “firmes bases de sadia organização política” (SD10); “próspera atividade econômica” (SD10) às condições propícias para a “introdução de ideologias” (SD9), JK introduz, sem abandonar o discurso anti-comunista, críticas ao sistema capitalista, o que evidencia um relevante deslizamento de sentidos dentro da fala do presidente aos militares, como vemos a seguir:

SD11: *Na prática, contudo, os avanços tecnológicos não aproveitam igualmente a toda a humanidade. Antes, acentuam-se de modo alarmante os abismos que separam os povos mais providos daqueles mais carecedores de riquezas e recursos técnicos. Os que levam a dianteira, cada vez mais se distanciam dos que não chegaram ainda a mobilizar os seus recursos naturais e seu potencial econômico e demográfico.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

SD12: *para os países do Ocidente, a solução do problema do subdesenvolvimento interessa vitalmente à segurança coletiva.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

SD13: *O necessitado e o abandonado não podem resignar-se à injustiça de sua sorte, nem ligar-se fraternalmente ao que vive na fartura. As excessivas desigualdades econômicas são geradoras de ressentimento e inquietação. Incontentadas, as massas procuram explicação para seus males em raciocínios simplistas e tornam-se receptivas às propagandas ilusórias. A existência do subdesenvolvimento equivale à “própria presença do adversário em nossa casa”.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

As críticas à política norte-americana para a América Latina estão implícitas no discurso presidencial em todas as SDs recém apresentadas. O tom assume, às vezes, um certo caráter ameaçador, como quando reconhece a impossibilidade de resignação ante a injustiça ou ao inevitável ressentimento e inquietação provocadas pelas “excessivas desigualdades econômicas” (SD13). Não se refere mais à formação bipolar democracia X comunismo,

sugerida a partir de SD8, mas divide o Ocidente entre “povos providos”; “os que levam a dianteira”; “que vivem na fartura” e aqueles “mais carecedores”; os “que cada vez mais se distanciam”; “os necessitados/abandonados”; “as massas incontentadas” (SDs 11 e 13). Ao referir-se às massas descontentes, por sua vez, não mais as reduz a “geração subjugada” (SD8), mas a massas que “procuram explicação” (SD13). Ao condicionar a questão da segurança coletiva à uma política desenvolvimentista (SD12) confronta, em certa medida, a política norte-americana de combate à ameaça comunista baseada na repressão armada e na intimidação. Estaria o discurso, de fato, afiliando-se a outros discursos? A quem falava JK em seu “Discurso sobre a operação pan-americanista” de 1958? JK entrou para a história como um líder popular. O tom de seus pronunciamentos o confirmam.

As páginas da história que tratam do período da guerra-fria e dos antecedentes do golpe militar de 1964 apontam no mesmo sentido: seria ingênuo pensar que o discurso de JK agradasse a todos os segmentos políticos do governo do final da década de 50. Desenhava-se, ainda que dissimuladamente, um relacionamento de cumplicidade entre políticos e militares brasileiros com os interesses norte-americanos para o continente. Os *novos rumos* propostos para a relação com os vizinhos empobrecidos do hemisfério e que cobrava ações “solidárias” dos EUA não conseguiram reverter uma situação que já se consolidava. Supomos que a rejeição do PL 4606/58, a que nos propomos a esclarecer, passe pela compreensão desta conjuntura de, talvez mais velada que aberta, oposição política aos planos de JK para o continente e para seu próprio futuro político. Some-se ao mal-estar provocado pelas “cobranças” referentes ao papel dos EUA no continente, o protagonismo que JK reivindicava ao Brasil (e a si próprio) no cenário político da época, como sugerem as SDs selecionadas do “Discurso sobre o Pan-Americanismo” proferido por JK em 1958, no Rio de Janeiro:

SD14: *Creio que é chegada a hora de um pronunciamento claro e sincero do Brasil em relação a alguns assuntos de política internacional. É a hora de o nosso país dizer, com maior calor e objetividade do que o tem feito até aqui, o que pensa no debate que se vem travando entre as forças que, dividindo o mundo, se defrontam e se ameaçam, e ora se aproximam, ora se afastam, transformando a época em que vivemos num tecido de inquietações e sobressaltos. (Juscelino Kubitschek, 1958)*

SD15: *Não é admissível que uma nação como esta não tenha que opinar com maior autoridade naquilo que põe em permanente perigo a existência das sociedades humanas, uma*

vez que estão em jogo, necessariamente, também os nossos interesses mais vitais. (Juscelino Kubitschek, 1958)

SD16: *Já não é possível continuarmos em atitude próxima ao alheamento, mais como assistentes do que participantes (...)*(Juscelino Kubitschek, 1958)

SD17: *O não compartilharmos, senão simbolicamente, da direção de uma política, o não sermos ouvidos nem consultados.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

O protagonismo reivindicado pelo Brasil, através dos discursos de seu mais alto representante, não se processa livre de suspeitas e desconfianças. Como o perceberam e receberam os países vizinhos? Que papel cumpriria a língua espanhola neste contexto? Muito provavelmente, nem todos viam com bons olhos o discurso de JK sobretudo no que se referia a colocar, em certo sentido, os Estados Unidos “contra a parede”. Sabe-se, também, que o período que antecede ao golpe militar de 1964 já deveria albergar diversos focos de oposição e revolta entre militares, políticos e partidos nacionais.

Interessa-nos, desde o ponto de vista que elegemos, perceber como a língua espanhola, novamente bandeira do discurso integrador, significa durante este período. Vejamos a seguinte SD:

SD18: *O Brasil pretende apenas colaborar, na medida de suas forças, para um entendimento geral e efetivo entre os países irmãos do Continente.* (Juscelino Kubitschek, 1958)

O presidente Juscelino Kubitschek queria e necessitava despertar a simpatia dos povos vizinhos para poder assumir o papel de líder do pan-americanismo no hemisfério. Nada melhor do que dar demonstrações concretas desde “desejo” de aproximação. Incluindo, até como uma demonstração de força ante a política norte-americana, mostras de que o inglês já não seria a língua hegemônica. Por oposições que não conseguimos conhecer em detalhes, sobretudo pela falta de acesso às atas de votação do Congresso, o projeto de lei não conseguiu aprovação e os novos rumos propostos por JK ao pan-americanismo não se concretizaram.

2.3 De Juscelino Kubitschek à globalização: integração e língua espanhola

Subjacente a todas as iniciativas de introdução do ensino da língua espanhola no Brasil está o discurso da integração, o que ficará mais explícito no decorrer das análises. Cabe observar que o mesmo não se aplica à língua inglesa. Em outras palavras, o ensino da língua inglesa no Brasil não se justifica, até onde nossa observação empírica permite ver, por propósitos regionalizantes ou integracionistas.

O primeiro projeto de lei (PL 4606), de 1958, encaminhado ao Legislativo brasileiro com vistas a tornar o ensino de língua espanhola obrigatório no currículo da escola pública, apresentado durante o governo de Juscelino Kubitschek, já atrelava o estudo do idioma espanhol a finalidades integracionistas dentro do Continente. Falava-se então da integração pan-americana²⁶. Na verdade, o projeto propunha mudanças à vigente Lei 4244/1942 que, ainda que contemplasse o ensino de espanhol nas escolas do país, privilegiava o ensino do inglês. Eis um trecho do primeiro artigo do PL 4606/58²⁷, enviado às Comissões de Constituição e Justiça do Serviço Público e de Finanças:

O idioma espanhol será ministrado nos dois ciclos do ensino secundário, observadas as mesmas bases estabelecidas no Decreto-lei número 4244 de 9 de abril de 1942, para o ensino do idioma inglês, inclusive no que tange às séries e cursos em que será lecionado.

Sai das mãos do próprio presidente Juscelino Kubitschek o pedido de modificação à lei. Projeto que, vale a pena recordar, não conseguiu aprovação. Destino semelhante tiveram outros 13 projetos encaminhados entre 1958 e 2005. Que conjuntura política estaria levando o presidente da época a propor pessoalmente ao Congresso a mudança de *status* do idioma espanhol dentro do currículo escolar e, por outro lado, que forças se opunham a sua iniciativa? É certo que não daremos respostas a todas estas indagações, mas trataremos de realizar todos os esforços para sinalizar possíveis respostas para algumas questões relevantes.

Buscando comparar, em certo modo, os dois momentos histórico-políticos que cercam o Pl 4606/58 e a Lei 11161/2005, reunimos fatos e interpretações históricas que marcaram estes períodos com a convicção de que os elementos que a História possa aportar não têm o papel e nem o poder de completar sentidos ou explicar os discursos em análise. Não há

²⁶ O pan-americanismo, escreve Lacerda (2007), foi uma “proposta de integração regional que postulava o desenvolvimento econômico como instrumento de segurança hemisférica (anti-comunismo)”. Para uma melhor compreensão deste modelo de integração, sugerimos a leitura do sub-item 2.2 desta dissertação intitulado: “O discurso pan-americanista de Juscelino e a língua espanhola”.

²⁷ Este documento encontra-se anexado a esta dissertação.

completude possível para o discurso e nem é esta a pretensão do analista. Os fatos e contextualizações trazidas para a análise visam aportar elementos que possibilitem reconhecer a situação imediata da apresentação dos projetos e a composição (não unívoca nem completa) das condições amplas de produção dos discursos; a identificação das posições sujeito no âmbito de suas filiações discursivas; as formações discursivas e ideológicas imbricadas no processo discursivo. Cientes, ainda, de que mesmo transcorridos 47 anos entre os dois fatos, ambos acontecimentos encontram-se atravessados pelo discurso da integração e pela memória da colonização.

Para compreender o acontecimento de 2005 e os sentidos que depreendem deste, é mister conhecer o que ocorreu ao longo deste meio século de história do Brasil e do mundo. Em outras palavras, interessam-nos as condições de produção, tanto em seu contexto restrito – as circunstâncias da enunciação – como em sua amplitude sócio-histórica e ideológica, reveladas através do interdiscurso. Entram em cena os sujeitos e a situação. Análise que parte das seqüências discursivas, em um esforço de de-superficialização da leitura, para os sentidos que produz, a partir de uma dada relação particular, histórica e ideologicamente articulada, entre os sujeitos e a situação enunciativa particular. Deste processo participa a memória, aqui tratada como parte no interdiscurso (ORLANDI, 2005, p.31), como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, como integrante do eixo da formulação, presença constante na análise na forma de atravessamentos, dos “já-ditos”, que *falam* tanto através do dito como, e até principalmente, pelo não-dito.

Ainda que nos seduza a idéia de estudar as condições relativas a cada um destes projetos que passaram pelo Legislativo ao longo das últimas décadas, parece-nos factível adentrarmos nos dois extremos desta seqüência de projetos e conhecer, até onde nos for possível, as condições de produção que circundam a apresentação dos projetos 4.606/58 e 11.161/05. E, a partir daí, compreender os sentidos que se produziram/produzem em torno do acontecimento da Lei que implanta, em caráter obrigatório, a oferta de língua espanhola em todo o território brasileiro.

Como já se expressou ao iniciar-se o capítulo, não encontramos a língua inglesa desempenhando um papel integrador dentro das chamadas políticas lingüísticas levadas a termo no Brasil. Fala-se de intercâmbio, relação econômica e cultural, comunicação, atualização, mas não de integração. Quando o assunto é espanhol, por sua parte, a razão unanimemente aceita e propagada relaciona-se a esforços integracionistas do Brasil em relação a seus vizinhos, em esforços para reunir e reaproximar povos irmanados pela própria

história. Do pan-americanismo à globalização²⁸, o discurso da integração lingüística, no caso específico do Brasil com seus vizinhos latinos, é um denominador comum. São várias as seqüências discursivas, em diferentes documentos, nas diferentes épocas, que se filiam ao discurso integrador, como se observa nas seqüências:

SD19: *considerando que a herança cultural dos povos latino-americanos e, particularmente, dos Estados Membros do Mercosul, é comum (...) que da Educação depende, em grande parte, a capacidade dos povos americanos de se reencontrarem nos valores comuns e na afirmação de sua capacidade ante os desafios do mundo contemporâneo;* (Protocolo de intenções dos ministros de Educação do Mercosul - 1991)

Neste pronunciamento, enunciado no âmbito da inauguração do mercado comum dos países do cone sul, percebe-se, entre outros aspectos igualmente relevantes, a ênfase no “comum”. Termo que já aparece na própria sigla Mercosul (Mercado Comum do Sul) e que, dentro da seqüência 19, reapresenta-se como “herança cultural comum” e “valores comuns”. Os três usos do adjetivo “comum”, ainda que pretendam veicular o mesmo sentido: “relativo a todos os elementos de um conjunto; coletivo”²⁹; não o são em termos discursivos. A integração, ou melhor, o discurso da integração, ressignifica o termo “comum” ao ponto de igualar “herança cultural”, “valores” e “mercado”, produzindo um deslize de sentido para o “comum” que coopera para a construção de novos sentidos para “integração”. Em outras seqüências do *corpus*, colonizador e colonizado re-encontrar-se-ão sob o mesmo signo da “integração”, como fruto do trabalho ideológico de uma nova memória para o processo de colonização e a relação conquistador/conquistado.

Outro aspecto discursivo que merece destaque na SD19 é o “re-encontro” dos povos americanos que traz implícito um afastamento prévio. Não há reencontro sem que antes haja existido um “encontro” e um posterior afastamento. A partir da análise, identifica-se um silenciamento que não se ausentará das seqüências analisadas dentro do *corpus*: silenciam-se as causas do encontro ao mesmo tempo em que silenciam-se as causas do afastamento. Do encontro, porque o que identifica os povos de que trata o recorte é precisamente seu passado indígena e livre da dominação branca européia. Aparecem silenciados no “reencontro” os moldes em que se processaram a separação e o afastamento - a chegada do branco europeu e a

²⁸ Sobre esse tema trataremos mais especificamente no tópico 2.3.1

²⁹ Dicionário Houaiss, p. 174.

imposição de seus paradigmas religiosos, econômicos, políticos e lingüísticos – e, por outro lado, silenciam-se as razões para a promoção deste “reencontro”, bem como seus promotores.

O protagonismo que se reserva à “Educação”, a partir do recorte “da Educação depende, em grande parte, a capacidade dos povos americanos de se reencontrarem nos valores comuns e na afirmação de sua capacidade ante os desafios do mundo contemporâneo;”(SD19), encontra-se intimamente relacionado ao nosso objeto de investigação. A oferta de língua espanhola (Lei 11161/05) se dará pelas mãos do Ministério de Educação brasileiro. A Educação, em letra maiúscula, personifica o Estado e confere-lhe o poder de promover o re-encontro dos povos americanos, dentro de uma relação de “dependência” como sugere o recorte “da Educação depende, em grande parte, a capacidade dos povos americanos (...)” (SD19). Esta “dependência” governamental traz um silenciamento e uma memória (um/uma na função artigo). Silencia-se a determinação de reencontro e de auto-afirmação que possa vir do próprio povo, independentemente de políticas públicas de promoção de um reencontro. E traz a memória da dependência do poder constituído; seja ele metrópole, império, reino ou governo; como um pai que sabe o que é bom para o filho.³⁰

As seqüências que reunimos a seguir, pertencentes a diferentes épocas e contextos, referem-se mais explicitamente ao ensino da língua espanhola no Brasil e serão analisadas conjuntamente, uma vez que todas se encontram atravessadas pelo discurso integrador:

SD6: *idioma [espanhol] da maioria dos países americanos cujo conhecimento, pela juventude brasileira, constituirá mais um liame com os povos do continente* (ministro da Educação de Juscelino Kubitschek - 1958)

SD7: *O maior estreitamento dos povos do continente americano reclama, no entanto, um estudo mais intenso do idioma espanhol* (ministro da Educação de Juscelino Kubitschek-1958)

SD20: *A aprendizagem do espanhol no Brasil e do português nos países de língua espanhola na América é também um meio de fortalecimento da América Latina, pois seus habitantes*

³⁰ Inserimos aqui uma reflexão que julgamos pertinente a essa discussão sobre dependência/paternalismo/memória da colonização: “para manter sua hegemonia é preciso que o colonizado aceite a figura do grande pai colonizador que está sempre presente a fim de proteger a colônia de suas fraquezas intrínsecas. É preciso que o colonizado compreenda a sua necessidade da ajuda paternalista do colonizador (...) porque este vai inclusive defendê-lo do paganismo (cf. a catequese jesuítica no Brasil) ou do comunismo (cf. a América Latina do séc. XX, por exemplo)” (MOITA LOPES, 2005, p.48)

passam a se (re)conhecerem não só como força cultural expressiva e múltipla, mas também política. (Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, 1998)

SD21: [na mensagem de JK de 1958] *havia, como hoje, quarenta e três anos depois, uma forte preocupação regional: antes era o pan-americanismo, hoje é o MERCOSUL* (Documento da Câmara dos Deputados – fevereiro de 2001)

Os recortes reúnem pronunciamentos pertencentes a distintos momentos histórico-políticos do Brasil. No final da década de 50, encontramos o governo de Juscelino Kubitschek e os esforços de instalação de uma integração pan-americanista (SD6 e SD7). Em outra seqüência, (SD20), a voz dos recém-lançados PCNs que evoca o “re-conhecimento” e o “fortalecimento” para os “habitantes da América Latina”. Seguindo a mesma linha discursiva, “a forte preocupação regionalista” com que a Câmara dos Deputados brasileira resume os esforços de implantação da língua espanhola no Brasil desde 58 até os dias atuais (SD21)

O discurso da integração sugere amplo e profundo estudo. No contexto desta investigação, constituir-se-á em pilar das condições amplas de produção, uma vez que revela sujeitos e condições ideológicas dos momentos discursivos analisados. Nesse sentido, consideramos pertinente voltar à SD19 e levantar algumas questões:

SD19: *considerando que a herança cultural dos povos latino-americanos e, particularmente, dos Estados Membros do Mercosul, é comum (...) que da Educação depende, em grande parte, a capacidade dos povos americanos de se reencontrarem nos valores comuns e na afirmação de sua capacidade ante os desafios do mundo contemporâneo;* (Protocolo de intenções dos ministros de Educação do Mercosul - 1991)

Por que se sentiria o Brasil assim tão (des)integrado, tão separado de seus vizinhos? Como se houvesse uma dívida histórica, uma correção retroativa a ser feita, um re-encontro necessário?. As seqüências evidenciam a oportunidade de “reencontro”(SD19); de “(re)conhecimento” (SD20); de “liame” (SD6); de “estreitamento”(SD7); catalisados, ao que tudo indica, pelo estudo da língua espanhola em nosso país. Está implícito, conforme já sugerimos, um afastamento, ou pelo menos, o sentimento de um afastamento do Brasil em relação a seus vizinhos. Silenciam-se, por outro lado, as causas históricas deste suposto afastamento do Brasil de seus vizinhos hispânicos e, por outro, as razões para uma re-aproximação (razões outras que as já naturalizadas).

A história da colonização da América, seus pactos e tratados proporcionaram o surgimento de um país de fala lusitana frente a seus vizinhos hispânicos. Como já foi dito, em uma citação cuja origem se perdeu, o Brasil foi colonizado “de costas” para o continente, o que explicaria em certo modo este sentimento de distanciamento. As seqüências sinalizam, ao nosso ver, outros silenciamentos, como o são: os moldes da colonização ibérica, os caminhos da independência, as disputas territoriais, os conflitos étnicos, todos relacionados aos moldes da colonização européia em nosso continente, que construíram este modelo de relacionamento entre o Brasil e seus vizinhos. As seqüências 6, 7, 20 e 21, por sua vez, trazem novos elementos à análise. O reencontro dos povos do continente nos moldes propostos pelas seqüências discursivas se dá, via de regra, através do elemento europeu-colonizador (SD6, SD7 e SD20). É através da língua daquele que colonizou/dividiu os povos americanos que se propõe uma integração³¹. São as contradições do/no discurso que não devem escapar ao olhar analítico e que por sua vez, revelam a essência do pensamento/discurso colonizador.

Analisar a re-introdução da língua espanhola no continente americano, mais especialmente no Brasil, o maior país de fala lusitana do mundo, requer um olhar diferenciado. Qualquer esforço integracionista, o que inclui a integração lingüística, não se dá alheio a projetos político-econômicos de expansão dos grandes capitais. Os interesses que movem as grandes potências econômicas mundiais acarretam efeitos em todo o mundo. Dentre estes projetos, encontram-se as chamadas políticas lingüísticas³², as quais se ocupam das questões referentes à(s) língua(s) nacional(ais), oficiais ou estrangeiras no interior de uma sociedade.

A busca de uma língua comum, com explícitos interesses integracionistas não se dá, portanto, desvinculada de uma política lingüística levada a termo pelo poder constituído de uma determinada época e dentro das condições de produção do momento histórico em que se dá o acontecimento. Voltando-se, especificamente, para a relação entre a língua espanhola e a reaproximação do Brasil com seus vizinhos latinos, permitamo-nos alguns questionamentos. A re-união, um re-encontro autêntico dos povos deste continente não deveria se dar através de um elemento lingüístico comum, ou seja, a (uma) língua indígena? Não encerra em si uma incômoda incoerência o fato de estabelecer-se um re-encontro através do mesmo elemento

³¹ A palavra integração aparecerá inúmeras vezes em nossa análise. Entretanto, como já anunciamos, há uma constante re-significação do termo, conforme às alterações de enunciador e de contexto da enunciação: temos Integração no contexto do pan-americanismo (anos 50, governo JK); Integração nos documentos do Mercosul (década de 90); Integração no contexto de aprovação da Lei 11161/05, o que remete ao ibero-americanismo. Os sentidos veiculados a partir das re-significações do termo Integração serão dados a conhecer no decorrer da análise.

³² Questões referentes às políticas lingüísticas recebem um tratamento teórico dentro do primeiro capítulo desta dissertação.

divisor: o europeu? Uma tentativa de responder a estas questões implicaria um inevitável confronto de diferentes leituras sobre o passado histórico a partir da memória discursiva que se ativa por ocasião da análise das seqüências 6, 7 e 20³³. Nestas, o estudo/aprendizagem do espanhol aparece diretamente relacionado ao “estreitamento” (SD7) das relações entre os povos do continente e ao “fortalecimento” (SD20) da América Latina. Em outras palavras, o efeito de sentido das três seqüências parece ser o mesmo. Entretanto, sugerimos que existem diferenças significativas entre elas.

As seqüências 6 e 7 colocam em primeiro plano os interesses de aproximação do Brasil com os “povos do continente”. A língua espanhola, dentro destas seqüências, adquire valor na medida em que surge como necessidade sentida a partir de uma predisposição à aproximação dos povos do continente. Isso se evidencia através de “mais um liame” (SD6), com destaque para o modalizador “mais” e “O maior estreitamento dos povos do continente americano reclama, no entanto,” (SD7), que sugerem ser o estudo/conhecimento da língua espanhola um aliado a mais na já-em-marcha aproximação dos povos do continente.

Diferentemente, a SD20 coloca em primeiro plano a aprendizagem do espanhol, visto que esta “é também um meio de fortalecimento da América Latina”. O “também” sugere que a aprendizagem da língua espanhola no contexto de 1998, já dentro da chamada globalização, teria outros papéis a cumprir. Ainda sobre a SD20, no recorte: “pois seus habitantes passam a se (re)conhecerem não só como força cultural expressiva e múltipla, mas também política,” verificamos, por um lado, a ausência da “força” econômica, uma vez que esta não se soma à seqüência força “cultural expressiva e múltipla” e “política”. A exclusão da força econômica dos “habitantes [da América Latina]” significa na seqüência, assim como a preferência pela palavra “habitante”, termo que o dicionário Houaiss refere como “morador, residente”, ao mesmo tempo em que “habitar” significa “ocupar *como* residência” (grifo nosso). São implícitos que, ao mesmo tempo em que propiciam novas leituras para o discurso, não permitem que se “esqueça” a posição do colonizado como “ocupante” das possessões européias no “novo mundo”, segundo a nova ordem jurídica inaugurada pelos colonizadores.

³³ **SD6:** *idioma [espanhol] da maioria dos países americanos cujo conhecimento, pela juventude brasileira, constituirá mais um liame com os povos do continente* (ministro da Educação de Juscelino Kubitschek - 1958)
SD7: *O maior estreitamento dos povos do continente americano reclama, no entanto, um estudo mais intenso do idioma espanhol* (ministro da Educação de Juscelino Kubitschek- 1958)
SD20: *A aprendizagem do espanhol no Brasil e do português nos países de língua espanhola na América é também um meio de fortalecimento da América Latina, pois seus habitantes passam a se (re)conhecerem não só como força cultural expressiva e múltipla, mas também política.* (Parâmetros Curriculares Nacionais -PCNs- 1998)

Este caráter “não-próprio” do espaço que ocupam aparece reforçado pelo adjetivo “Latina “ de América que remete, sempre de novo, ao elemento colonizador europeu que, no interdiscurso surge como o que “inaugura” o “novo mundo”. Por outro lado, temos o “não só..., mas também política” (SD20), cujo “mas também” soa como uma espécie de concessão; como um “extra” do qual os “habitantes” “ainda” não gozam: uma força política no continente.

A língua espanhola cumpriu papel decisivo no período da colonização. Não se apresentava como língua da integração, mas impôs-se sobre as falas locais como língua do conquistador, daquele que ocupara a terra e tratava de re-organizá-la a seu modo desde a economia até a religião. O discurso, que dentro de nossa investigação, recebe o nome de integrador, encontra-se atravessado pelo discurso colonizador, muito embora integração e colonização pareçam emergir de significações diferentes. Integração lingüística pressupõe escolhas lingüísticas. O espanhol não é uno, assim como não o são as línguas em geral. O próprio português encontra-se constituído de múltiplas variedades. A eleição de uma variedade padrão não se dá alheia a consideráveis embates ideológicos. A imposição ou a implantação de uma língua nacional ou estrangeira implica escolhas. Em se tratando da língua espanhola, encontramos tais escolhas (ou imposições) tanto no período colonial como nos dias atuais.

As seqüências discursivas que analisamos encontram-se atravessadas, frequentemente, pelo discurso colonizador europeu e, inevitavelmente, trazem à memória o esforço de homogeneização lingüística comum aos períodos colonizatórios dos séculos XV e XVI. Evocam também o uso e a utilidade de uma língua para fins de catequese, domínio e comércio: interesses do colonizador já amplamente conhecidos e estudados. Entretanto, no decorrer das investigações e análises das seqüências discursivas que compõem o *corpus* desta dissertação, aquilo que *a priori* denominamos genericamente de discurso colonizador europeu vai adquirindo novas roupagens, sem contudo abandonar suas primeiras afiliações discursivas. Trata-se, digamos, dos desdobramentos deste mesmo discurso no âmbito das novas condições de produção coerentes com a abertura de mercados dentro da chamada globalização de mercados.

E o discurso colonizador, por sua vez, experimentou uma espécie de evolução até adquirir sua roupagem de séc. XX: o discurso econômico/capitalista que tem no discurso integrador importante base/aliado como demonstra este trabalho de análise.

2.3.1 A Globalização

O discurso da integração, ao qual a língua espanhola aparece relacionada dentro do *corpus*, não se ausenta de cena, mas re-significa-se ininterruptamente. Temos integração proposta por Juscelino Kubitschek dentro dos “novos rumos dados ao pan-americanismo”:

SD1: A equiparação do idioma espanhol ao inglês nas diversas séries e cursos do ensino secundário tal como prescreve o projeto anexo, impõe-se como corolário dos novos rumos dados ao pan-americanismo, em consequência da política adotada pelo Governo, eis que se trata do idioma falado pela maioria dos povos americanos. (Juscelino Kubitschek, 1958)
(grifo nosso)

Tal discurso não é o mesmo que se reapresenta dentro do atual discurso da globalização. Se tomados dentro das significações construídas pelo senso comum, integração e globalização rimam em todos os aspectos. A formação de blocos econômicos e de mercados comuns suscita a idéia de uma grande comunidade internacional de povos e nações, o que colabora em muito para a cristalização dos sentidos atribuídos à língua espanhola em tempos de Mercosul.

Introduzimos aqui uma breve reflexão sobre este fenômeno que também recebe o nome de mundialização. Cox (citado por IANNI, 2005, p. 22-23) refere-se ao fenômeno da globalização como um processo em marcha e não um fato acabado:

As características da marcha da globalização incluem a internacionalização das finanças e seguros comerciais, a mudança da divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório do sul para o norte e a competição ambiental que acelera esses processos. Elas incluem também mudanças na natureza dos Estados e nos sistemas de Estado. Os Estados estão sendo internacionalizados em suas estruturas internas e funções. Por toda a maior parte deste século, o papel dos Estados era concebido como o de um aparato protetor das economias nacionais, em face das forças externas perturbadoras, de modo a garantir adequados níveis de emprego e bem-estar nacionais. A prioridade do Estado era o bem-estar. Nas últimas décadas, a prioridade modificou-se, no sentido de adaptar as economias nacionais às exigências da economia mundial. O Estado está se tornando uma correia de transmissão da economia mundial à economia nacional.

Nesse sentido, produz-se um deslocamento da atenção dos Estados para a situação econômica mundial em detrimento de outros assuntos. O mundo mudou muito durante o século XX, afirma Ianni (2005, p.35), uma vez que já não se verifica a bipartição mundial

entre “países agrários ou industrializados, pobres ou ricos, colônias ou metrópoles, dependentes ou dominantes, arcaicos ou modernos”. A partir da segunda guerra, a mundialização das relações alcançou “os processos e estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração”, completa Ianni, “aos poucos, todas as esferas da vida social, coletiva e individual são alcançadas pelos problemas e dilemas da globalização”. A globalização não inviabiliza o capitalismo, antes, vem a ser o estágio mais atual deste.

Ianni (2005, p.36) distingue pelo menos três épocas de grande envergadura na história do capitalismo. Três ciclos que, apesar de suas particularidades, aparecem entrecruzados. Em seu primeiro momento, o modo capitalista de produção organiza-se em moldes nacionais:

[o capitalismo] Revoluciona as formas de vida e trabalho locais, regionais, feudais, comunitárias, tribais ou pré-capitalistas. E institui a produção de mercadorias, de valores de troca, compreendendo a dissociação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção, o mercado, a mercantilização crescente das forças produtivas e as relações de produção. A sociedade civil, compreendendo grupos e classes, movimentos sociais e partidos, cultura e hegemonia, parece sintetizar-se no Estado.(...) Nestes termos é que o modo capitalista de produção define-se originariamente em moldes nacionais, em termos de formações sociais nacionais (IANNI, 2005, p.37)

Este capitalismo organizado em bases nacionais dará lugar à expansão. Isso caracterizaria, para Ianni (op cit), uma segunda época. Nesta, verificamos um transbordamento de fronteiras, mares e oceanos:

O comércio, a busca de matérias-primas, a expansão do mercado, o desenvolvimento das forças produtivas, a procura de outras e novas fontes de lucros, tudo isto institui colonialismos, imperialismos, sistemas econômicos, economias-mundo, sistemas mundiais, em geral centralizados em capitais de nações dominantes, metrópoles ou países metropolitanos. Ao mesmo tempo que subsistem e florescem as formações econômicas nacionais, desenvolvem-se e prosperam os sistemas mundiais. Mas sistemas sempre centralizados, metrópoles simbolizando países dominantes e coloniais, dependentes ou associados. (p. 37)

Finalmente, caracterizando uma terceira fase do capitalismo, o autor faz referência a uma escala propriamente global do capitalismo. Ainda que sobrevivam expressões locais, nacionais e blocos econômicos articulando regiões e nações, fortalece-se o perfil global do capitalismo. Nesta fase, “as próprias metrópoles declinam, em benefício de centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados movendo-se por países e continentes, ao acaso dos negócios, movimentos de mercado, exigências da reprodução ampliada do capital”. (IANNI, 2005, p. 38). Este panorama, entretanto, não implica o fim dos regionalismos. Para o autor, dentro desta terceira fase, “os nacionalismos e regionalismos sociais, econômicos políticos,

culturais, étnicos, lingüísticos, religiosos e outros podem até ressurgir, recrudescer.” (2005, p. 39).

2.3.2 O Mercosul e a questão lingüística

O Mercado Comum do Sul vem a ser a União Aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai instituída a partir da assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991. O processo de integração, uma vez consolidado o livre comércio e a política comercial comum na região, pretende evoluir para um Mercado Comum³⁴, o que compreende a União Aduaneira e o livre movimento de fatores produtivos (capital e trabalho).

Além dos quatro países signatários do Tratado de Assunção, atualmente o Mercosul conta com a participação da Bolívia (desde 1997); Chile (1996); Colômbia (2004); Equador (2004); Peru (2003) e Venezuela (2004).

Os objetivos, excedendo a esfera econômica, são também políticos:

O MERCOSUL assenta as bases fundamentais sobre as quais se consolidam definitivamente as relações entre os países envolvidos no empreendimento. Representa, sobretudo, um Acordo Político, o mais importante alcançado na região. A partir deste Acordo, os conceitos de confiabilidade, harmonia, razoabilidade e previsibilidade passam a fazer parte da linguagem e da convivência política, econômica e social de nossas sociedades. A “rede de segurança política” do MERCOSUL gera as regras do jogo necessárias para que as inter-relações econômicas e comerciais existentes sejam desenvolvidas plenamente. O MERCOSUL é um elemento de estabilidade na região, pois, ao gerar uma trama de interesses e relações, aprofunda os vínculos tanto econômicos como políticos e neutraliza as tendências à fragmentação. Os responsáveis políticos, as burocracias estatais e os empresários possuem agora um âmbito de discussão, de múltiplas e complexas facetas, onde podem abordar e resolver assuntos de interesse comum. (...) Com efeito, os avanços na construção do mercado comum implicaram necessariamente a conformação de um “espaço político comum” no qual vigora, implicitamente, uma “política MERCOSUL”.³⁵

Sobre a questão lingüística, os documentos que instituem as bases do Mercosul, a saber, o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto³⁶ só se referem uma única vez:

³⁴ Informações disponíveis no portal oficial do Mercosul:

<http://www.mercosur.int/MSWEB/portal%20intermediario/pt/faqs.html>

³⁵ <http://www.mercosur.int/MSWEB/portal%20intermediario/pt/faqs.html>

³⁶ O texto da lei, com uma pequena diferença na redação (*Mercosul* em lugar de *Mercado Común*), repete-se no Protocolo de Ouro Preto: “Os idiomas oficiais do Mercosul são o espanhol e o português. A versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.” (17/12/1994, Cap. VIII, art. 46)

“Los idiomas oficiales del Mercado Común serán el español y el portugués y la versión oficial de los documentos de trabajo será la del idioma del país sede de cada reunión.”
(Tratado de Asunción, 26/03/1991, Cap. II, art. 17)

Sobre o texto da lei, chama a atenção o fato de serem as línguas portuguesa e espanhola “línguas de mercado” e não línguas para comunicação entre os povos que constituem as comunidades lingüísticas dos Estados membros do bloco econômico.

Preocupados com a condução das questões lingüísticas do Mercosul por parte dos Estados membros, algumas discussões em torno ao tema foram conduzidas pelo Grupo de Trabalho sobre Políticas Lingüísticas do Mercosul (GTPL), com representantes de todos os países signatários do bloco. Durante sua curta existência (somente se reuniu 4 vezes entre 1997 e 2001), o GTPL levantou uma ampla agenda³⁷ de assuntos em torno à temática:

- _ o ensino de português (nos países hispânicos) e espanhol (no Brasil) ante a hegemonia da língua inglesa;
- _ as minorias lingüísticas e as línguas indígenas;
- _ o fortalecimento das línguas maternas;
- _defesa das variedades lingüísticas locais e o desenvolvimento de propostas didáticas próprias de cada região;
- _desenvolvimento de certificados de proficiência de português (CELPE-Bras) e espanhol para a região;
- _ a situação da língua guarani frente ao português e o espanhol como línguas oficiais do Mercosul;
- _ inclusão de matérias comuns aos currículos das escolas da região, como por exemplo: geografia e história da região;
- _criação de materiais didáticos que contemplassem as variedades lingüísticas regionais;
- _ a necessidade de planejamento participativo das políticas lingüísticas para a região, respeitados os interesses das comunidades lingüísticas dos Estados membros.

Esta agenda levanta, principalmente, temas relacionados ao desenvolvimento e relacionamento internos, intrínsecos à realidade dos países do Mercosul. Não trata a língua espanhola como língua ibérica, nem mesmo como idioma ibero-americano. Por outro lado,

³⁷ Dados encontrados nas atas das reuniões do Grupo de Trabalho sobre políticas lingüísticas do Mercosul encontram-se disponíveis no site do Instituto de Políticas Lingüísticas (IPOL): www.ipol.org.br (acesso: 10/05/2007)

traz implícitas preocupações com o futuro das línguas indígenas e maternas da região, bem como a especial situação do guarani que, no Paraguai, já conquistou *status* de língua oficial conjuntamente com o espanhol.

Quando tratamos de política e ideologia lingüísticas (item 1.3.1 desta dissertação), mencionou-se o efeito silenciador que a ideologia lingüística exerce sobre (efeitos de) sentidos inapropriados à consecução das políticas lingüísticas em curso. Nesse sentido, repetimos as palavras de del Valle sobre o sentido econômico do espanhol dentro de sua atual política de expansão da língua espanhola e seu efeito silenciador diante da possibilidade de que se escutem “outras vozes”:

[vemos] a confirmação, por um lado, do extraordinário destaque que recebe a concepção do espanhol como recurso econômico, mas também o modo como tal concepção adquire um caráter ideológico não só por estar ligado a um coletivo de organizações e a uma ordem extra-lingüística (cultural, econômico, político e social) senão por naturalizá-las e normatizá-las frente a instituições ou políticas alternativas que pudessem aspirar a organizar o recurso em questão (a língua, em nosso caso) de outra maneira. (2007, p.101, grifo nosso)

São precisamente estas “instituições ou políticas alternativas que poderiam aspirar a organizar o recurso (a língua espanhola) de outra maneira” que falam através desta agenda do GTPL do Mercosul. Voz e sentidos silenciados dentro do conjunto de discursos que predominam no processo de construção de sentidos (para língua espanhola e o elemento ibérico colonizador) a partir aprovação da Lei 11161/05.

Todas as questões levantadas na agenda do GTPL sinalizam para a possibilidade/necessidade de estabelecer-se uma política lingüística que leve em conta os interesses de autoconhecimento e inter-relação dos povos da região, o que re-significaria a língua espanhola a partir de um processo discursivo articulado desde outra posição: não mais o enunciador ibérico, mas a voz do colonizado.

A língua espanhola como fomento para a integração dos povos do Mercosul não implicaria, em primeira instância, uma (re)aproximação com a Espanha. Por outro lado, o processo de globalização prevê que línguas estrangeiras de reconhecido alcance internacional, como o são o inglês e o espanhol, passarão por um processo de *desterritorialização*. Fenômeno que atingiria também as instâncias econômicas, sociais e culturais dos mais diversos países. Esta é a reflexão que pretendemos ampliar no próximo segmento desta dissertação.

2.3.3 Desterritorializar *versus* unificar: um paradoxo da globalização

Em termos gerais, o estágio de mundialização da economia em que nos encontramos impulsiona uma crescente desterritorialização³⁸. O deslocamento ou dissolução de fronteiras produz um efeito de deslocamento ou dissolução de diferentes níveis da vida social. Abalam-se as referências de cultura e sociedades.

O movimento desterritorializante, para Ianni, traz implícito um processo de desenraizamento, com tudo o que isto implica: “Desenraízam-se gentes, culturas, religiões, línguas, modos de ser, replantados perto e longe, além dos mares e oceanos, em outros continentes.”, o que não se dá alheio a um sentimento de solidão, não-pertencimento e falta de paradigmas que afetam ao homem e à mulher modernos. (2005, p.61).

No que concerne às línguas, reconhece-se que a língua inglesa há muito ocupa o lugar de língua franca³⁹ dentro das mais diversas esferas: economia, política, internet, esportes, etc., o que justifica, em parte, sua presença hegemônica no currículo escolar brasileiro durante quase todo o século XX. O espanhol, por sua vez, busca (re)definir sua posição como sugerem algumas seqüências oriundas da fala do rei espanhol Juan Carlos I durante a abertura do IV Congresso Internacional da Língua Espanhola⁴⁰, celebrado em Cartagena de Índias, Colômbia, em março de 2007:

SD22: *O tempo transcorrido nos permite afirmar que estamos diante de um grande acontecimento que, periodicamente, nos reúne em torno de nossa língua comum.*

(Rei Juan Carlos, 2007) (tradução e grifo nossos⁴¹)

³⁸ O fenômeno da “desterritorialização”, para Ianni (2005, p. 95) constitui “algo novo e surpreendente” dentro do processo de formação da sociedade global. Dentro deste processo, continua o autor, “formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação. Estão presentes em muitos lugares, nações, continentes parecendo flutuar por sobre Estados e fronteiras, moedas e línguas, grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos. (...) A desterritorialização manifesta-se tanto na esfera da economia como na da política e cultura.” (grifo nosso).

³⁹ Dá-se o nome de língua franca à língua que desempenha o papel de língua comum entre pessoas de diferentes comunidades lingüísticas.

⁴⁰ O discurso do rei espanhol Juan Carlos I, na abertura do Congresso de Cartagena de Índias, Colômbia, 2007, está disponível em: www.congresodelalengua.gov.co. Acesso em: 10/07/08

⁴¹ No original: “El tiempo transcurrido nos permite afirmar que estamos ante un gran acontecimiento que, periódicamente, nos reúne en torno a nuestra lengua común.”

SD23: *Sem dúvida, são dois belos exemplos [a sessão conjunta das Academias e o Sistema Internacional de Certificação] de que a língua espanhola, que nos une, deve levar-nos também a implementar empreendimentos comuns em benefício de todos. (Rei Juan Carlos, 2007) (tradução e grifos nossos⁴²)*

SD24:*(...) y esta unidade essencial é a que torna possível que em Cartagena se reúnam centenas de personalidades procedentes de múltiplos países (...) e permite que abordemos em comum a realidade do espanhol como instrumento de integração ibero-americana e como língua de comunicação universal, que exploremos seu papel na ciência, na técnica e na diplomacia e, definitivamente, que se afiance a unidade dentro da diversidade lingüística. (Rei Juan Carlos, 2007) (tradução e grifos nossos⁴³)*

A introdução do sentido de língua espanhola como “língua franca”, tal como sugere o fragmento “espanhol (...) como língua de comunicação universal” (SD24) contrasta com “espanhol como instrumento de integração ibero-americana”(SD24), o qual confere um sentido “regionalizante” para a língua espanhola.

Dentro deste trabalho, tratamos de explicitar alguns esforços para a manutenção de uma realidade conceitual de unidade do idioma espanhol levadas a termo pelo governo espanhol e suas agencias internacionais de fomento e como tais iniciativas se fazem presentes nos discursos em torno da apresentação e aprovação da lei 11161 de 2005. Paralelamente, tratamos de problematizar a questão apontando elementos que sugerem um certo deslocamento de tais políticas no contexto da globalização, especificamente no que concerne à tendência desterritorializante que caracteriza a moderna fase do capitalismo, seguindo o pensamento de Ianni (op. cit).

O contexto da globalização, através do fenômeno da desterritorialização, sugere novos moldes para a presença das chamadas línguas francas nos processos de integração. As análises das seqüências discursivas integrantes do *corpus*, relativas ao processo de implantação da língua espanhola na rede de ensino brasileira, sinalizam para uma certa ênfase na demarcação

⁴² No original: “Sin duda, son dos bellos ejemplos de que la lengua española, que nos une, debe llevarnos también a acometer empresas comunes en beneficio de todos.”

⁴³ No original: “y esta unidad esencial es la que hace posible que en Cartagena se reúnan dos centenares de personalidades procedentes de múltiples países (...) y permite que abordemos en común el cometido del español como instrumento de integración iberoamericana y como lengua de comunicación universal, que exploremos su papel en la ciencia, la técnica y la diplomacia y, en definitiva, que se afiance la unidad dentro de la diversidad lingüística.”

de raízes para a língua espanhola, o que se posiciona na contra-mão da tendência que ora tratamos de abordar.

As línguas estrangeiras, quando tomadas no âmbito das tendências que caracterizam a atual fase do capitalismo, deveriam sofrer elas próprias um processo de desterritorialização. Entretanto, em se tratando dos movimentos significativos que se ligam à língua espanhola no interior do *corpus* de nossa análise, os discursos parecem tratar de (de)marcar cada vez mais seu caráter ibérico, imprimindo-lhe cada vez mais seu selo de procedência e legitimidade castelhana.

Neste momento, não nos referimos às questões que giram em torno da existência de “um” Espanhol (cf. Lipski, Lapesa) frente às demais variedades, às diferentes realizações praticadas pelas diversas comunidades lingüísticas presentes nos territórios conquistados pelos espanhóis durante os séculos XV e XVI. A estes pesquisadores, sobretudo, interessa conhecer os componentes e as implicações sócio-históricas e ideológicas da relação que se estabelece entre o espanhol ibérico (o uso do artigo definido não se dá alheio às discussões que encerra) e suas realizações nas diferentes comunidades americanas. Interessam-nos os sentidos que emergem desta “unidade” proposta.

Nessa direção, prosseguimos com a análise de seqüências oriundas de pronunciamentos do encontro de Cartagena, o qual reuniu as 22 Academias de Língua Espanhola (Espanha e mais vinte e uma academias espalhadas pelas ex-colônias espanholas) sob o lema “Unidade na diversidade”:

SD24:(...) y esta unidade essencial é a que torna possível que em Cartagena se reúnam centenas de personalidades procedentes de múltiplos países (...) e permite que abordemos em comum a realidade do espanhol como instrumento de integração ibero-americana e como língua de comunicação universal, que exploremos seu papel na ciência, na técnica e na diplomacia e, definitivamente, que se afiance a unidade dentro da diversidade lingüística. (Rei Juan Carlos, 2007) (tradução e grifos nossos)

A “unidade essencial” (SD24) refere-se em primeira instância à unidade idiomática dos países que se unem em torno da “língua comum”, a “nossa língua”. Entretanto, assume também o papel de “instrumento de integração ibero-americana”. Neste momento, ao encerrar uma aparente contradição, revela o discurso econômico do qual, segundo sustentamos, nunca se apartou. Contradição porque, segundo as próprias seqüências, a unidade lingüística precede a possibilidade de uma integração ibero-americana. Em outras palavras, a língua auxilia a

(re)aproximação da Espanha com a América. Uma união que já não é lingüística, mas econômica.

A integração ibero-americana, presente no enunciado do Rei Juan Carlos, merece destaque especial. O termo Ibero-americano, segundo del Valle (2007) tem sido presença constante nos discursos oficiais e não-oficiais proferidos pelo governo e a imprensa espanholas. Chama a atenção especialmente porque substitui, de modo quase imperceptível, as expressões pan-americana, hispano-americana e latino-americana presentes em outros documentos do *corpus*, todos constituintes dos discursos integradores e veiculadores de sentidos diferentes, segundo as condições em que aparecem nos discursos analisados ao longo de toda a investigação. Entretanto, ao eleger o prefixo *ibero*, sutilmente introduz (ou re-introduz) o elemento europeu-colonizador no conjunto dos países chamados (pelo mesmo europeu) de americanos. Visto sob outra ótica, *ibero* inclui a Portugal, o que confere ares de uma “grande família” ibero-americana. A designação *ibero-americano*, portanto, redimensiona discursivamente (e pragmaticamente) a integração presente nos discursos em torno da implantação da língua espanhola no Brasil de hoje e dá consistência, uma vez mais, ao argumento de nossa investigação. A este tópico, voltaremos outras vezes dentro do presente trabalho.

A difusão da língua (melhor discutida no terceiro capítulo) desempenha papel fundamental na abertura de novos investimentos, como vemos na seqüência:

SD25 : [o novo sistema de certificação] *constituirá a maior garantia de aprendizagem de nosso idioma para milhões de estudantes de todo o mundo e incrementará o valor acadêmico e profissional dos diplomas que oferecem cada um de nossos países e instituições.* (Rei Juan Carlos, 2007) (Tradução e grifo nossos⁴⁴)

Sobre o valor e a *garantia* que devem ter os diplomas de proficiência da Língua Espanhola, inserimos aqui o cartaz do Instituto Cervantes alusivo ao Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira (DELE):

⁴⁴ No original: “Un sistema que constituirá la mayor garantía de aprendizaje de nuestro idioma para millones de estudiantes de todo el mundo, y que incrementará el valor académico y profesional de los diplomas que ofrecen cada uno de nuestros países e instituciones.”



Garantía, a partir do dicionário Houaiss, constitui “*documento que assegura a autenticidade ou a boa qualidade de um produto ou serviço*”. Subentende-se, como uma forma de implícito, que existam outros espanhóis (e diplomas) que não ofereçam garantias. E, como a memória do “termo de garantia”, em nossa cultura, vem associada à marca e procedência, a análise não poderia deixar de sugerir que o espanhol garantido pelo certificado do Instituto Cervantes refira-se ao castelhano, por tratar-se da variedade padrão da Espanha e, por extensão, do labor das academias de língua espanhola e dos Institutos Cervantes espalhados por todo o mundo.

Em relação ao texto imagético que compõe o cartaz, chama a atenção a posição física do falante em relação ao ouvinte. Vemos o plano inclinado e inferior do falante contrastando com o plano ereto e superior daquele que escuta (e avalia). Estas posições, consideradas no interdiscurso, não deixam de trazer à memória as relações entre dominador/dominado que caracterizaram historicamente as relações colonialistas dos séculos XV e XVI entre a Espanha

e o “novo mundo” e coincidem, segundo se observa na imagem cartográfica a seguir, com a relação espacial que se estabelece entre Espanha e Brasil:



O “ñ” , por sua vez, marca exclusiva do idioma espanhol, reforça o “selo de pureza”, por assim dizer, do produto que ora se oferece com garantias. Produto que passa a apresentar-se como “marca” para toda uma indústria cultural/editorial espanhola a partir da aprovação da lei 11161/05.

Portanto, a preocupação com a fonte, a origem daquilo que se chama língua espanhola e as preocupações do rei espanhol quanto à unidade idiomática, estão em perfeita sintonia com a preservação e expansão de um novo mercado:

SD25 : *Um Sistema [Sistema Internacional de Certificação de Espanhol como Língua Estrangeira] que constituirá uma maior garantia de aprendizagem de nosso idioma por milhares de estudantes de todo o mundo, e que incrementará o valor acadêmico e profissional dos diplomas que oferecem cada um de nossos países e instituições. (Rei Juan Carlos, 2007)*

SD26: *[o Sistema] Permitirá também que as indústrias culturais em espanhol, como a do livro, da música, da televisão ou as tecnologias da informação e da comunicação, percorram*

o caminho aberto à expansão internacional de nossa língua (Rei Juan Carlos, 2007)
(tradução e grifo nosso⁴⁵)

A “garantia” (SD25) encontra-se atravessada pela mesma memória do cartaz do Instituto Cervantes apresentado anteriormente. A comprovação desta garantia virá através de documento (Certificado) aprovado pelo conjunto das Academias de Língua Espanhola e atestará a procedência da “língua espanhola” que, nas seqüências se apresenta como “nosso idioma” (SD25) e “nossa língua” (SD26).

O fragmento sublinhado em SD26, por sua vez, sugere que se abre um caminho à língua e não somente *pela* língua e que este caminho será aproveitado (com permissão) pelas indústrias que vendem seus produtos em espanhol. Produz-se, por outro lado, um interessante deslize de sentido que vem a reiterar o caráter mercadológico da língua espanhola dentro do contexto apresentado. Fala de expansão internacional da língua espanhola. Isso se refere aos países que não têm o espanhol como sua primeira língua, ou seja, “os novos mercados” para o idioma, mas não qualquer modalidade lingüística, trata-se do “nosso idioma” (SD25), aquele que vem com o selo de garantia de procedência o que significa, segundo o contexto maior, a unidade “velada” pelas vinte e duas Academias Reais da Língua Espanhola.

O termo “también”, na SD 26, refere-se às atribuições e conseqüências econômicas que o novo “Sistema Internacional de Certificação de Espanhol como Língua Estrangeira”, aplicado pelo Instituto Cervantes⁴⁶, terá/trará sobre a expansão do espanhol. Um sistema de certificação (de proficiência em uma língua estrangeira) que abre caminho para a indústria cultural (o lucro das empresas). Silencia-se o fato de que um certificado serve, antes de mais nada, para o progresso e o crescimento (também econômicos) de seu portador e não do mercado.

Um pronunciamento do rei de tão somente três páginas, mas que se mostra repleto de referências e apelos à unidade da língua espanhola, apesar das tentativas de concessões à diversidade lingüística. Sobre a unidade conceitual e o surgimento das variedades e sua ameaça sobre a unidade, assim se expressou o rei espanhol na mesma oportunidade :

SD27: *A língua espanhola que chegou à América era um idioma variado nas vozes daqueles que, nas sucessivas expedições, vinham de distintas partes da Espanha. E em pouco tempo,*

⁴⁵ No original: “Permitirá también que las industrias culturales en español, como la del libro, la música, la televisión o las tecnologías de la información y la comunicación, recorran el camino abierto a la expansión internacional de nuestra lengua.”

⁴⁶ Para saber mais sobre o Instituto Cervantes, ver capítulo 3 desta dissertação.

no mútuo contato entre todos, e no contato também com as línguas indígenas, se fez um espanhol fundido, sem que por isso nas distintas regiões deixassem de conservar-se e de acentuar-se variedades de realização que são sentidas como próprias. (Rei Juan Carlos, 2007) (tradução e grifos nossos⁴⁷)

Pode-se depreender, a partir do recorte “era um idioma variado” (SD27), que possa existir um espanhol não-variado ou mesmo um idioma não variado. Nesse ponto, poderiam ser inseridos as interessantes discussões lingüísticas que se mantêm dentro da Espanha com respeito à convivência, o *status* e o tratamento dispensado às diferentes línguas das comunidades autônomas espanholas (Vasco, Catalão, Galego,...) em relação ao Castelhana. Para este trabalho, entretanto, interessa evidenciar que as discussões referentes à unidade, ao espanhol padrão de prestígio, dentro do conjunto das variedades americanas da língua, encontram, em certa medida, correspondência interna. Há, segundo sugere a porção final da seqüência, uma certa ambigüidade sobre as realizações “sentidas como próprias”. Refere-se à conservação da língua pré-colombiana (indígena) por parte de algumas comunidades ou, simplesmente, estaria se referindo às variedades locais do espanhol como “variedades de realização”? Estas suspeitas se revitalizam em outra seqüência discursiva:

SD28 : *Com o tempo, o crescimento das variedades dialetais e os aportes de outras línguas suscitaram, nos espíritos mais atentos, o temor de uma possível fragmentação da unidade do espanhol. Tivemos oportunidade de conhecer em Medelim a eficaz tarefa que nossas vinte e duas Academias da Língua Espanhola desenvolveram , velando por esta unidade.* (Rei Juan Carlos, 2007) (tradução e grifos nossos⁴⁸)

Nesta seqüência explicita-se a defesa da unidade da língua espanhola, como se refere del Valle a esta face da política lingüística espanhola. A seqüência refere-se ao processo de diversificação que acometeu a língua espanhola no período ulterior a sua chegada. A tarefa de zelar pela pureza e integridade do idioma é tarefa ininterrupta (“em vela”) da Real Academia.

⁴⁷ No original: “La lengua española que llegó a América, era un idioma vario en las voces de quienes, en las sucesivas expediciones, venían de distintas partes de España. Y pronto, en el mutuo contacto de todos, y en el contacto también con las lenguas indígenas, se hizo un español fundido, sin que por ello en las distintas regiones dejaran de conservarse y de acentuarse variedades de realización que son sentidas como propias.”

⁴⁸ No original: “Con el tiempo, el crecimiento de las variedades dialectales y los influjos de otras lenguas suscitaron, en los espíritus más atentos, el temor de una posible fragmentación de la unidad del español. Hemos tenido ocasión de reconocer en Medellín la eficaz tarea que nuestras veintidós Academias de la Lengua Española desarrollan, velando por esa unidad.”

Dentro da mesma fala do rei em Medelim, surge, como um aparente deslizamento significativo, a seguinte seqüência:

SD29: *A língua pertence aos falantes, a todos e a cada um deles. Nela está sempre o último reduto de nossa liberdade, pois vivemos, construímos o futuro e os sonhos com palavras.* (Rei Juan Carlos, 2007) (tradução nossa⁴⁹)

Aqui, o rei não se refere ao idioma-unidade, nem àquele que mantém em vela à Real Academia, mas à realização individual dos falantes. Ao aspecto mais “desorganizado” da língua porque, segundo o recorte, seria da ordem dos homens livres e, por isso mesmo, avesso às normas. A língua dos ideais, dos sonhos, daqueles que foram à América nos primeiros navios. Nessa seqüência, atravessa-se a *parole* de Saussure, a qual trata de estabelecer um certo distanciamento entre o caráter da realização individual do falante, de caráter heterogêneo e disperso, da *langue* que representa o elemento sistematizável, científico da atividade languageira humana. Essa leitura se faz possível a partir do conhecimento do próximo pensamento, já antes expresso em outra seqüência:

SD27 : *A língua espanhola que chegou à América, era um idioma variado nas vozes daqueles que, em sucessivas expedições, vinham de distintas partes da Espanha.* (Rei Juan Carlos, 2007; tradução nossa)

Pronunciamentos do séc. XXI que produzem o efeito de sentido pretendido de “unidade na diversidade”⁵⁰. Uma língua que tem sua unidade assegurada pelo trabalho das diversas academias (RAEs) espalhadas pelas ex-colônias espanholas na América para fazer frente ao “temor de uma possível fragmentação” (SD28) presente “nos espíritos mais atentos” (SD28).

No início deste tópico, entretanto, chamávamos a atenção para a tendência à “desterritorialização” que caracteriza a atual fase do capitalismo denominada de globalização ou mundialização. Os esforços da RAE, reiterados nos pronunciamentos da Casa Real, entretanto, sinalizam ações no sentido de não perder de vista a “língua de Cervantes” e as raízes ibéricas da “nossa língua” (SD 26):

⁴⁹ No original: “La lengua pertenece a los hablantes, a todos y cada uno de ellos. En ella está siempre el último reduto de nuestra libertad, pues vivimos, construimos el futuro y los sueños con palabras.”

⁵⁰ Atual lema da *Real Academia Española* (RAE), que veio substituir o anterior: “Limpa, fixa e dá esplendor”. Sobre a RAE, ver capítulo 3 desta dissertação.

Esta demarcação reiterada de uma língua espanhola unificada frente às ameaças de uma desintegração possível tem sido um denominador comum nos esforços de estabelecimento de uma integração ibero-americana:

SD22: *O tempo transcorrido nos permite afirmar que estamos diante de um grande acontecimento que, periodicamente, nos reúne em torno de nossa língua comum.*

(Rei Juan Carlos, 2007) (tradução e grifo nossos⁵¹)

SD23: *Sem dúvida, são dois belos exemplos [a sessão conjunta das Academias e o Sistema Internacional de Certificação] de que a língua espanhola, que nos une, deve levar-nos também a implementar empreendimentos comuns em benefício de todos.* (Rei Juan Carlos, 2007)

(tradução e grifos nossos⁵²)

Não só uma língua comum, mas também raízes e culturas afins, como as de uma “grande família ibero-americana” que, em algumas seqüências, protagonizam um verdadeiro re-encontro (SD22, SD23). Some-se a isso o apelo à legitimidade da presença espanhola no continente americano (frente a outras nacionalidades) e à naturalidade deste vínculo ibero-americano.

Silenciam-se, ao mesmo tempo, os outros sentidos possíveis para a língua espanhola no continente americano; para as memórias que reúnem significados outros para a presença do elemento europeu ibérico nas terras colonizadas; para o que pode ser “comum” desde a perspectiva do colonizado. Surge a necessidade de perceber-se *como* se introduzem estas re-significações para língua espanhola e, por conseguinte, para o elemento europeu colonizador que se re-introduz através de uma integração ibero-americana.

⁵¹ No original: “El tiempo transcurrido nos permite afirmar que estamos ante un gran acontecimiento que, periódicamente, nos reúne en torno a nuestra lengua común.”

⁵² No original: “Sin duda, son dos bellos ejemplos de que la lengua española, que nos une, debe llevarnos también a acometer empresas comunes en beneficio de todos.”

CAPÍTULO III

A LÍNGUA DE ENCONTRO, A PÁTRIA COMUM, O SONHO: o *discurso fundador/fundacional*⁵³ na construção de uma unidade ibero-americana

Os novos sentidos produzidos a partir das re-significações de “integração” e da própria relação possível entre o elemento colonizador ibérico e o colonizado das “novas terras” passa por um processo discursivo que passamos a identificar como o trabalho ideológico de um discurso de ordem fundacional. Interessa-nos, a partir de agora, encontrar elementos discursivos que nos permitam compreender como a língua espanhola língua-do-conquistador-ibérico chega a constituir-se discursivamente como língua-de-(re)encontro-da-comunidade-iberoamericana. Para representar o trabalho do que chamamos discurso fundacional, selecionamos a seqüência discursiva:

SD30: *Nossa língua [espanhola] nunca foi língua de imposição, senão de encontro; nunca se obrigou ninguém a falar em castelhano: foram os mais diversos povos que fizeram seu, por libérrima vontade, o idioma de Cervantes.* (Rei espanhol Juan Carlos, 23/04/2001, Madri, tradução nossa⁵⁴)

Não se trata apenas da introdução de novos significados para o “língua de Cervantes”, a mudança implica rupturas ainda mais significativas. Para que o sentido de língua espanhola

⁵³ Reconhecemos que há uma diferenciação necessária entre *discurso fundador* e o que chamamos *discurso fundacional*. Sobre o primeiro, reproduzimos as palavras de Orlandi: “embora a noção de discurso fundador possa corresponder, no dia-a-dia, a discursos que produzem rupturas localizadas e que são função da atividade discursiva que é em si estrutura e acontecimento, portanto capaz do novo, do deslocamento na filiação da memória – preferimos guardar o nome de discurso fundador para o que se chama, em Foucault (1983), ‘instauração de discursividade’: quando os autores não são apenas autores de suas obras, mas quando ‘produzem alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos’. (...) é o discurso fundador que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade.” (2003, p.24).

Quando nos referimos no interior de nossa análise ao trabalho de um *discurso fundacional* é porque reconhecemos sua natureza fundante e sua capacidade de gerar rupturas e instalação de novas memórias. Paralelamente, reconhecemos que as rupturas sugeridas pelo discurso que designamos *fundacional* não produzem propriamente uma “instauração de discursividade”, nos termos propostos por Orlandi/Foucault. Propiciam, isso sim, o surgimento de novos (efeitos de) sentidos para a língua espanhola; para o elemento ibérico colonizador em sua relação com os povos colonizados e os moldes da colonização iniciada no séc. XV, bem como a instalação de novas memórias para a relação colonizador/colonizado.

⁵⁴ No original: “Nunca fue la nuestra lengua de imposición, sino de encuentro; a nadie se le obligó nunca a hablar en castellano: fueron los pueblos más diversos quienes hicieron suyo por voluntad libérrima, el idioma de Cervantes.” Pronunciamento do rei espanhol Juan Carlos I durante o ato de entrega do prêmio “Miguel de Cervantes” a Francisco Umbral. Disponível em <http://www.casareal.es/noticias/news/640-ides-idweb.html>. Acesso em: 14/07/2008

se “transfigure” (op. cit, p.13), rompendo com os sentidos historicamente construídos: “língua do colonizador”; “língua imposta pelo colonizador aos povos dominados para controle e catequese”; e reapareça em sua nova roupagem, passamos a considerar a existência de “um” discurso de caráter fundacional. É próprio dos discursos fundadores a criação de (novos) espaços de identidade histórica. Para Orlandi (2003,p.13) “o que caracteriza como fundador(...) é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra”. Há, segundo a autora, uma desautorização do sentido anterior, “instala-se outra ‘tradição’ de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova ‘filiação’. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua ‘memória’” (2003, p 13).

A língua espanhola, “companheira do Império”⁵⁵, reapresenta-se como “língua de encontro”⁵⁶. Não há idéias fora do lugar. Há, como diria Orlandi (2003), uma desconfiguração de lugares para as idéias. A organização dos sentidos é trabalho ideológico, ou seja, a ilusão de que as idéias tenham um lugar se dá em função deste trabalho.

No discurso do rei se fazem presentes os elementos básicos para a construção de legitimidade e naturalidade para a presença e expansão da língua espanhola no continente americano. Mas, em primeiro lugar, é necessário apagar, ou melhor, descredenciar imagens negativas historicamente atribuídas aos moldes da colonização⁵⁷. Sem a construção de uma “nova memória” não se faz possível a construção discursiva de uma “integração ibero-americana” sobre os valores de união, de sonho, de cumplicidade. Não é desejável que coexistam, dentro dos efeitos de sentido pretendidos para “ibero-americana”, as significações “língua de encontro” e “língua imposta”. Língua esta que, na fala do rei, apresenta-se referencialmente como “nossa língua”, “castelhano” e “língua de Cervantes”, três denominações que, mais do que licenças anafóricas, remetem à questões de *status* da língua padrão de Castela frente às línguas oficiais praticadas pelas demais comunidades autônomas espanholas⁵⁸. Voltando à seqüência:

SD30: *Nossa língua [espanhola] nunca foi língua de imposição, senão de encontro; nunca se obrigou ninguém a falar em castelhano: foram os mais diversos povos que fizeram seu, por*

⁵⁵ Referência à célebre frase do gramático espanhol Antonio de Nebrija: *La lengua siempre ha sido compañera del Império* (1492)

⁵⁶ Expressão usada pelo Rei espanhol em 23/04/2001 para referir-se à língua espanhola, durante cerimônia de entrega do Prêmio Miguel de Cervantes

⁵⁷ Para conhecer mais sobre o impacto da chegada dos colonizadores europeus ao continente, sugerimos a leitura da obra de Todorov e Galeano, referidas em nossa bibliografia.

⁵⁸ Del Valle (cf. referências) trata deste tema no capítulo: *La lengua, patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico*.

libérrima vontade, o idioma de Cervantes. (Rei espanhol Juan Carlos, 23/04/2001, Madri, tradução nossa)

O recorte “mais diversos povos” (SD30) traz implícitos: as mais diversas culturas, as mais diversas línguas. Esta foi a situação encontrada pelos europeus no “novo mundo”: diversos povos; diversas culturas; diversas línguas. Nenhuma menção às forças e motivos para que estes povos “por libérrima vontade” se apropriassem de uma língua alheia: a “língua de Cervantes”. O efeito de sentido aproxima-se ao que aparece em outras seqüências:

SD31 : *Hoje não existe criança no Brasil “que não deseje estudar espanhol” se tiver essa possibilidade.* (segundo o *El País*, dito durante sessão do Congresso que aprovou a lei 11161/05)

SD32: *O sonho de qualquer brasileiro hoje é visitar a Europa, e, no continente, não escondem sua especial simpatia pela Espanha.* (*El País*, julho de 2005)

Não são os espanhóis que elegeram o Brasil, são os brasileiros que se encontram ávidos por aprender o idioma espanhol e conhecer a Espanha. O sonho e o desejo que, por “libérrima vontade”, são manifestados e exercidos pelos povos colonizados.

Há uma inversão de sentidos sob diferentes aspectos. Uma primeira abordagem permite ver um conquistador que não impõe sua língua, mas antes permite que o conquistado se aproprie desta (“fizeram seu”). A língua do conquistador como lugar de encontro, como promotora e catalisadora da re-união, silenciando “o que ou quem se encontra” sob a língua do conquistador. Os sentidos pretendidos para “encontro”, segundo interpretamos, estão inscritos nas possibilidades “presentes” e “futuras” compreendidas pela “integração ibero-americana”. O “encontro”, precisamente, remete à memória discursiva que se gera em torno do “espanhol pátria-comum”, do espanhol que reivindica “laços familiares” entre a Espanha e o continente americano.

Ainda dentro desta reflexão, acrescentamos algumas seqüências oriundas de artigo escrito pelo então ministro de Assuntos Exteriores espanhol Miguel Ángel Moratinos ao jornal espanhol *El País* (12/10/2005). Na ocasião, o ministro se referia à importância das reuniões de cúpula entre os chefes de governo dos países ibero-americanos:

SD33: *Dentro de uns dias Salamanca acolherá a XV edição da Reunião Ibero-americana de chefes de Estado e de Governo. Não se trata de uma etapa mais do processo que iniciamos em Guadalajara, México, em 1991 e que se confirmou em Madri no ano seguinte, quando recordamos o 500º aniversário do encontro entre Espanha e América (...)* (Ángel Moratinos, ministro de Assuntos Exteriores da Espanha; *El País*, 12-10-2005; tradução e grifos nossos⁵⁹)

Esta “re-leitura” dos acontecimentos de 1492⁶⁰ pretende a produção de novos sentidos, dentro de uma nova memória para o acontecimento já inscrito na história: a colonização espanhola do continente americano. O “encontro” na fala do ministro espanhol funciona como paráfrase do “encontro” da SD 30, quando o rei se refere a “língua (...) de encontro”. Silenciam-se, neste aspecto, os outros sentidos que o “encontro” de 1492 tenha produzido, por exemplo, para o colonizado. O colonizador, desde sua posição ideológica, chama-o de “encontro” a fim de construir uma nova memória e, com ela, respaldar os sentidos veiculados pela “integração ibero-americana”.

Outro aspecto silenciado neste processo de legitimação discursiva de uma integração ibero-americana, a partir dos sentidos atribuídos à Língua Espanhola como “língua de encontro”, vem a ser o papel da Língua Portuguesa. Apesar do adjetivo ibero-americano incluir Portugal e Brasil, os quais pertencem à comunidade de falantes nativos da língua portuguesa que gira em torno de 200 milhões de pessoas, frente aos cerca de 400 milhões de hispânicos da Europa e América, em nenhum momento aparece contemplada a possibilidade de constituir-se uma grande comunidade lingüística ibero-americana de fala portuguesa⁶¹.

A oferta obrigatória de Língua Espanhola em todo o território brasileiro, no marco de constituição de uma comunidade ibero-americana, deveria implicar a recíproca aprendizagem, por parte dos espanhóis, da língua portuguesa no contexto educacional daquele país. A não ocorrência desta correspondência sugere, entre outras coisas, que os sentidos de “integração” incluem movimentos unidirecionais de “aproximação”, o que reforça a tese inicialmente proposta de que o ensino de língua espanhola no Brasil, a partir da Lei 11161/05, obedece sobretudo a interesses ibéricos espanhóis no Brasil, diferindo significativamente daqueles produzidos por ocasião da apresentação da Lei de 1958. Os sentidos gerados a partir da

⁵⁹ No original: “Dentro de unos días Salamanca acogerá la XV edición de la Cumbre Iberoamericana de jefes de Estado y de Gobierno. No es una etapa más del proceso que iniciamos en Guadalajara, México, en 1991 y que se afirmó en Madrid al año siguiente, cuando recordábamos el aniversario número quinientos del encuentro entre España y América.”

⁶⁰ Referência ao ano da primeira expedição do navegador Cristóvão Colombo ao continente americano.

⁶¹ Os números referentes ao tamanho das comunidades lingüísticas de fala espanhola e portuguesa foram extraídos do site: www.ppplusofonia.blogspot.com. Acesso em: 13/01/09

introdução do prefixo “ibérico” ao atual modelo de integração ibero-americano de que tratam os documentos integrantes do *corpus* de nossa investigação, repetimos, sugerem o “trabalho” de um discurso fundacional capaz de inaugurar novas memórias para o acontecimento.

Um discurso fundacional tem esta capacidade de inventar um passado inequívoco e empurrar um futuro pela frente (ORLANDI, 2003, p. 12). Como resume Zoppi-Fontana, “o grande paradoxo de um discurso que se diz ‘fundacional’ é que ele se inscreve na história, negando-a.” (2003, p. 133). Esta negação se revitaliza no uso de “nunca” e “ninguém” presentes na seqüência:

SD30: *Nossa língua [espanhola] nunca foi língua de imposição, senão de encontro; nunca se obrigou ninguém a falar em castelhano: foram os mais diversos povos que fizeram seu, por libérrima vontade, o idioma de Cervantes.* (Rei espanhol Juan Carlos, 23/04/2001, Madri, tradução e grifos nossos)

Os marcadores “nunca” e “ninguém”, grifados na SD30, visam a construção de verdades inequívocas e cumprem importante papel no jogo de forças do processo discursivo. Em se tratando da fala do rei, evidenciam-se certas particularidades. Palavras que, quando emitidas pelo rei, assumem tom de verdades e profecias, mesmo no séc. XXI. Os reis são entidades que se sucedem. Assim como os Papas, há uma espécie de seqüência, de sucessão, que faz com que pareçam eternos. Esta espécie de onisciência e de onipresença afeta, segundo nossa avaliação, a construção de sentidos a partir da fala destes. O rei (a figura do rei) é a única testemunha, a única personagem que subsiste a esta história (do século XV ao XXI). O enunciador fala desde uma posição discursiva. O valor simbólico do sujeito confere, neste particular, maior *legitimidade* ao discurso que quer estabelecer o sentido da língua espanhola como língua de encontro para o século XXI.

Voltando ao discurso do ministro Moratinos, transcrevemos:

SD34: *As reuniões de chefes de Estado [ibero-americanos] não são um processo de integração, nem sequer um espaço de livre comércio. São simplesmente (o que, por certo, não é pouco) um exercício coletivo e um foro de encontro de povos unidos por uma identidade comum, uma história compartilhada e uma certa visão de mundo baseada em valores que*

todos reconhecemos como próprios. (Ángel Moratinos, ministro de Assuntos Exteriores da Espanha) (tradução nossa⁶²)

Os silenciamentos no discurso do ministro apontam todos para a construção desta nova memória, a qual se propõe a ocupar o “espaço” de uma outra, historicamente construída, que sugere diferenças em lugar de pontos comuns entre o elemento ibérico e os povos “encontrados” na “nova terra”. SD34 trata de apresentar o povo espanhol e os demais povos americanos como elementos “unidos por uma identidade comum, uma história compartilhada e uma certa visão de mundo baseada em valores que todos reconhecemos como próprios”.

Esta “nova memória”, em que colonizador e colonizado aparecem unidos por “uma certa visão de mundo”, faz-se necessária à assimilação de um discurso de integração ibero-americana. Este processo de desautorização de sentido(s) anterior(es) referentes ao âmbito das relações entre o conquistador ibérico e suas colônias da América passa, segundo sustentamos em nosso trabalho, pela construção de novos (efeitos de) sentidos, os quais “passam a funcionar” a partir da ação de discursos fundacionais.

A instalação da memória discursiva do “encontro”, da “identidade comum”, encontra nos discursos analisados, múltiplas apresentações. Dentro do artigo do ministro ao jornal espanhol, a união ibero-americana reapresenta-se ainda de diferentes maneiras:

SD35: “*Aspiramos, (...), que o evento de Salamanca abra um novo horizonte e suponha um salto qualitativo para nossa comunidade transatlântica.*” (Ministro Moratinos, *El País*, 12-10-2005) (tradução e grifos nossos⁶³)

SD36: “*Nesses quinze anos muito se fez em matéria de construção de tecido comum, de tecido iberoamericano.*” (Ministro Moratinos, *El País*, 12-10-2005) (tradução e grifos nossos⁶⁴)

SD37: “*É hora de utilizar nossa identidade comum e o espaço que criamos a partir dela para que as reuniões de Chefes de Estado [ibero-americanos] se comprometam mais*

⁶² No original: “Las cumbres no son un proceso de integración, ni siquiera un espacio de libre comercio. Son simplemente (lo que, por cierto, no es poco) un ejercicio colectivo y un foro de encuentro de pueblos a los que une una identidad común, una historia compartida y una cierta visión del mundo basada en valores que todos reclamamos como propios.”

⁶³ No original: “Aspiramos, (...), a que la cita de Salamanca abra un nuevo horizonte y suponga un salto cualitativo para nuestra comunidad transatlántica.”

⁶⁴ No original: “En estos quince años mucho se ha hecho en materia de construcción de tejido común, de tejido iberoamericano.”

decididamente na busca de soluções para os problemas de nossa comunidade.” (Ministro Moratinos, *El País*, 12-10-2005) (tradução e grifos nossos⁶⁵)

A partir das seqüências, identificamos significativas retomadas parafrásticas para a integração ibero-americana: “nossa comunidade transatlântica”; “tecido comum”; “tecido ibero-americano”; “comunidade ibero-americana”, “identidade comum”.

Discurso da identidade comum que encontra continuidade em:

SD38: *A partir [da reunião] de Salamanca inicia-se o caminho para construirmos juntos uma cidadania ibero-americana.* (Ángel Moratinos, ministro de Assuntos Exteriores da Espanha) (Tradução nossa⁶⁶)

A inclusão de “cidadania” no discurso de construção de uma identidade ibero-americana toma parte no mesmo processo de instalação de uma “nova memória” para o “encontro” do colonizador e do colonizado⁶⁷. A “pátria comum” sugere a existência de concidadãos. Uma cidadania que não existe, mas que “será construída” (SD35). Retomando algumas reflexões do capítulo sobre o processo de globalização/mundialização e sua tendência “desterritorializante”, verifica-se uma vez mais um movimento paradoxal. Uma cidadania ibero-americana implica o reconhecimento de um pertencimento a uma organização comum, delimitada, central e centralizadora o que, na perspectiva do trabalho ideológico de um discurso fundacional, passa a ser reconhecida como conseqüência *natural* de uma *legítima* re-aproximação de *povos unidos por uma identidade comum* (SD34).

3.1 Integração ibero-americana: política lingüística para o século XXI

A partir do reconhecimento do trabalho ideológico de discursos fundacionais na construção de novos sentidos para a introdução do ensino da língua espanhola no Brasil, neste

⁶⁵ No original: “ Es hora de utilizar nuestra identidad común y el espacio que hemos creado a partir de ella para que las Cumbres se comprometan más decididamente en la búsqueda de soluciones a los problemas de nuestra comunidad.”

⁶⁶ No original: “A partir de Salamanca se inicia el camino para construir juntos una ciudadanía iberoamericana.”

⁶⁷ Preferimos tratar de “colonizador” e “colonizado” no singular porque aqui não nos parece necessário e nem interessante separar os movimentos/momentos distintos de colonizadores espanhóis e portugueses no continente americano. Contrariamente, tratamos da figura e da voz do colonizador frente à figura e à voz do colonizado de modo indistinto, como duas posições antagônicas e conflitantes.

início do dec. XXI, passa-se a considerar a função destes discursos dentro da implantação de políticas lingüísticas da Espanha, específicas para o Brasil, no que se refere à língua espanhola. A investigação nos leva, inevitavelmente, ao reconhecimento do papel da Espanha e de suas políticas de expansão da língua espanhola.

Atualmente, a Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, o que constitui parte importante das condições mediatas e imediatas dos acontecimentos em torno da votação e aprovação da Lei 11161/05.

O aumento do interesse das agências espanholas de política lingüística no Brasil, resume del Valle e Villa (2007, p. 97), deve-se ao contexto gerado pelo crescimento econômico da Espanha a partir dos anos oitenta; à liberalização das economias americanas dos anos noventa e a chegada das empresas espanholas nos setores: energético, financeiro, de telecomunicações e editorial. A chegada das multinacionais espanholas ao país, em certa medida, também aparece no imaginário em torno da oferta de espanhol em nosso país, conjuntamente com o Mercosul. Sobre isso, assim se expressa Avogadro, 2001:

Hoje, companhias como Endesa, BBVA, Iberdrola, BSCH, Unión Fenosa, Telefónica, Dragados, ThyssenKrupp, Repsol e muitas outras menores, são gigantescas geradoras de empregos no Brasil, e o traslado de seus executivos e gerentes torna inescusável a necessidade de conhecer o idioma. (Citado por DEL VALLE e VILLA, 2007, p. 103) (tradução nossa⁶⁸)

Segundo Otero⁶⁹, a língua é um dos fatores que atraem investidores espanhóis para os países que “falam espanhol”, como explica o autor:

(...) um idioma comum é uma vantagem competitiva para os empresários hispânicos que pretendam negociar em outros países hispânicos. Na década de 90, Espanha se converteu no primeiro investidor estrangeiro na América Latina, e segundo algumas pesquisas muitos executivos das empresas investidoras perceberam que a língua e a cultura comuns, unidos a certos valores compartilhados e experiências políticas similares, ofereciam

⁶⁸ No original: “ Hoy, compañías como Endesa, BBVA, Iberdrola, BSCH, Unión FENOSA, Telefónica, Dragados, ThyssenKrupp, Repsol y muchas otras más pequeñas, son gigantes generadoras de empleos en Brasil, y el traslado de sus ejecutivos y gerentes ha hecho inexcusable la necesidad de conocer el idioma.”

⁶⁹ OTERO, Jaime. *Los argumentos económicos de la lengua española* (ARI), disponible em: www.realinstitutoelcano.org. No original: “Se ha señalado también que la existencia de un idioma común es una ventaja competitiva para los empresarios hispanohablantes que pretenden negociar en otros países hispanohablantes. En la década de 1990, España se convirtió en el primer inversor extranjero en América Latina, y según algunas encuestas, muchos ejecutivos de las empresas inversoras percibieron que la lengua y cultura comunes, unidas a ciertos valores compartidos y experiencias políticas similares, ofrecían excelentes oportunidades a los inversores peninsulares. Conociendo la impermeabilidad de los españoles a las lenguas extranjeras, puede ser que el idioma y la cultura fueran, más que incentivos para invertir em Hispanoamérica, factores disuasorios em otros escenarios, que habrían empujado los españoles a concentrar su actividad exterior allí donde se podían hacer entender com menor esfuerzo.”

excelentes oportunidades aos investidores peninsulares. Conhecendo a impermeabilidade dos espanhóis às línguas estrangeiras, pode ser que o idioma e a cultura fossem, mais que incentivos para investir na América hispânica, fatores de desestímulo para investir em outros cenários, o que teria levado os espanhóis a concentrarem sua atividade exterior onde poderiam fazer-se entender com menor esforço. (5/5/2005, Tradução nossa)

Essa preferência por investir nos países que falam o idioma espanhol pode ser considerada, segundo entendemos, integrante do contexto de aprovação da lei 11.161/05, uma vez que o crescente investimento da Espanha no Brasil criaria uma certa “pressão” para que a “língua e cultura comuns”, de que fala Otero em seu artigo, passasse a caracterizar a relação dos investidores espanhóis com o Brasil.

Este interesse estratégico pelo Brasil, resumido pela presença de investidores espanhóis no país e a possibilidade de expansão dos investimentos com a implementação da oferta obrigatória de língua espanhola, são motivos suficientes para o desenho de uma política lingüística espanhola para o Brasil.

As atuais políticas lingüísticas da Espanha, segundo del Valle (2007, p. 93), concentram-se principalmente sobre dois eixos: a defesa da unidade, sobretudo conceitual, da língua e a sua promoção internacional. Dentro desta perspectiva, procederemos à análise de alguns documentos/discursos que consideramos relacionados e representativos deste duplo enfoque constitutivo da atual política lingüística espanhola para a língua espanhola no mundo e seus desdobramentos dentro de nosso objeto de estudo.

Dentro do objetivo da defesa conceitual da língua, cita-se como exemplar o trabalho da Real Academia Espanhola (RAE) que, juntamente com as 21 academias espalhadas pelas ex-colônias espanholas na América e Filipinas, conformam a Associação de Academias de Língua Espanhola no mundo. Seu lema atual “unidade na diversidade” revela precisamente a preocupação com uma unidade conceitual da língua, tal como refere del Valle (op. cit.). Objetivo que assim se expressa nas palavras da própria RAE :

A missão principal da Real Academia Espanhola, segundo os estatutos que regulam seu funcionamento, é evitar que as mudanças que experimente a língua espanhola em sua constante adaptação às necessidades de seus falantes quebrem a unidade que mantém em todo o âmbito hispânico. Para tal finalidade, a Academia deve estabelecer os critérios de propriedade e correção da língua, assim como contribuir para seu esplendor. No cumprimento deste mandato desenvolvem-se os projetos acadêmicos⁷⁰. (tradução nossa⁷¹)

⁷⁰As informações e dados sobre a Real Academia Espanhola estão disponíveis para acesso no *site* www.rae.es

⁷¹No original: “La misión principal de la Real Academia Española, según los Estatutos que regulan su funcionamiento, es evitar que los cambios que experimente la lengua española en su constante adaptación a las necesidades de sus hablantes quiebren la unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico. A tal fin, la

Seu lema “unidade na diversidade” substitui aquele que, por séculos, caracterizou o trabalho da RAE: “limpa, fixa e dá esplendor”. Este último, revela o propósito inicial de “fixar as vozes e vocábulos da língua castelhana em sua maior propriedade, elegância e pureza (...) fixá-lo em seu estado de plenitude alcançado no século XVI”⁷². Um certo temor pela “quebra de unidade” é encontrada na fala do rei Juan Carlos, em palavras de seu pronunciamento durante a abertura do IV Congresso Internacional da Língua Espanhola:

SD27: *A língua espanhola que chegou à América era um idioma variado nas vozes daqueles que, nas sucessivas expedições, vinham de distintas partes da Espanha. E em pouco tempo, no mútuo contato entre todos, e no contato também com as línguas indígenas, se fez um espanhol fundido, sem que por isso nas distintas regiões deixassem de conservar-se e de acentuar-se variedades de realização que são sentidas como próprias.* (Rei Juan Carlos, 2007) (tradução nossa)

SD28 : *Com o tempo, o crescimento das variedades dialetais e os aportes de outras línguas suscitaram, nos espíritos mais atentos, o temor de uma possível fragmentação da unidade do espanhol. Tivemos oportunidade de conhecer em Medelím a eficaz tarefa que nossas vinte e duas Academias da Língua Espanhola desenvolveram, velando por esta unidade.* (Rei Juan Carlos, 2007) (Tradução nossa)

As variedades dialetais e os aportes de outras línguas costumam ser classificados, dentro dos estudos lingüísticos contemporâneos, como componentes naturais e inevitáveis do processo de evolução e enriquecimento das línguas, as quais são tomadas como “seres vivos”. Na seqüência 28, entretanto, estes mesmos fatores aparecem como “fragmentadores da unidade” do espanhol. Esta (criação de uma) ameaça à unidade se faz necessária para justificar “a eficaz tarefa de velar pela unidade do espanhol” (SD28) e reitera os sentidos para a presença espanhola (RAE, Instituto Cervantes) nos processos de condução das políticas lingüísticas que visam a expansão do idioma de Cervantes no continente americano.

Como ação desenvolvida dentro de sua política lingüística, as 22 academias, segundo informações da RAE, trabalham unidas “em pé de igualdade e como exercício de uma

Academia debe establecer los criterios de propiedad y corrección de la lengua, así como contribuir a su esplendor. En cumplimiento de este mandato se desarrollan los proyectos académicos.”

⁷² www.rae.es

responsabilidade comum, nas obras que sustentam e devem expressar a unidade de nosso idioma em sua rica variedade: o Dicionário, a Gramática e a Ortografia.”⁷³ (tradução nossa⁷⁴)

Este esforço de unidade encontra apoio também no trabalho desenvolvido pelos centros do Instituto Cervantes espalhados por vários países do mundo. Somente no Brasil, o Instituto Cervantes contará, até 2009, com nove centros, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Florianópolis. Será a maior concentração de Institutos Cervantes em um só país.

O Instituto Cervantes é uma instituição criada pelo governo espanhol para a promoção, ensino e difusão da língua e da cultura espanholas (e dos países hispânicos). Entre suas atribuições encontramos: organizar os exames para o Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira (DELE)⁷⁵; organizar cursos de espanhol; organizar cursos de formação para professores de espanhol; apoiar as atividades dos hispanistas e estimular atividades culturais em colaboração com outras organizações.⁷⁶

3.1.1 A promoção internacional da língua espanhola

A promoção internacional da língua espanhola está relacionada, além do labor das Reais Academias, ao trabalho das agências de cooperação e educação espanholas espalhadas por vários países. Dentre estes, está o Instituto Cervantes, criado em 1991. Para del Valle (2007, p. 109), a criação destes centros contribui para conferir uma imagem de modernidade ao espanhol e à Espanha. Segundo del Valle (op.cit.), todas estas iniciativas estão inseridas na construção de uma “hispanofonia”, assim definida pelo mesmo autor:

hispanofonia é uma comunidade imaginária (...) sobre a base de uma língua comum – também imaginária – uma língua comum que une, formando vínculo afetivo, a todos aqueles que sentem que a possuem e que compartilham um sentimento de lealdade em relação a ela. A hispanofonia é, portanto, uma ideologia lingüística (...), um sistema de idéias, ou melhor, de ideologemas, em torno do espanhol historicamente localizado que concebe o idioma como

⁷³ www.rae.es

⁷⁴ No original: “(...) en pie de igualdad y como ejercicio de una responsabilidad común, en las obras que sustentan y deben expresar la unidad de nuestro idioma en su rica variedad: el *Diccionario, la Gramática y la Ortografía*.”

⁷⁵ Cf. cartaz publicitário do DELE integrante de análise no tópico 2.3.3 desta dissertação.

⁷⁶ Informações atualizadas sobre o Instituto Cervantes podem ser encontradas em www.saopaulo.cervantes.es

materialização de uma ordem coletiva na qual Espanha desempenha um papel central. (p.37) (tradução nossa)⁷⁷

Entretanto, para consolidar uma nova imagem internacional para a Espanha e a língua espanhola, faz-se necessário alienar eventuais imagens ligadas ao passado colonial e suas práticas e, em seu lugar, construir imagens que reforcem o caráter “universal” do idioma, seu potencial como “lugar de encontro” ou “pátria comum”. Esforços bem presentes na fala do rei Juan Carlos I, durante cerimônia de entrega do Premio Cervantes, em 23 de abril de 2001, já analisados a partir da seqüência:

SD30: *Nossa língua [espanhola] nunca foi língua de imposição, senão de encontro; nunca se obrigou ninguém a falar em castelhano: foram os mais diversos povos que fizeram seu, por libérrima vontade, o idioma de Cervantes.* (Rei Juan Carlos, 23/04/2001, Madri) (tradução nossa)

É fundamental, dentro da atual política lingüística externa da Espanha, fazer com que o crescimento da presença espanhola na América, neste início de século, não pareça pertencer a uma versão pós-moderna do “neocolonialismo”, mas se converta em fato “natural” e “legítimo” (DEL VALLE, 2007,p. 39).

Nesse sentido, vejamos algumas citações selecionadas por del Valle (op. cit, p.40) em que aparecem estes aspectos em contextos diversos. Palavras do economista Ramón Casilda Béjar durante o II Congresso Internacional da Língua Espanhola de Valladolid (2001):

Um século depois da retirada definitiva da Espanha depois de perder Cuba, volta-se a um continente que de modo algum nos é alheio: Iberoamérica. Agora com outras idéias, perspectivas e ilusões que nos conferem as novas armas: as empresas espanholas, que se expandiram com os novos ventos da globalização. (tradução nossa)⁷⁸

Nesse recorte, aparece muito sugestivamente a memória do colonizador e sua Formação Discursiva. Mostra também um certo saudosismo com a perda de sua colônia do Caribe e o uso de expressões relativas às expedições dos séculos XV e XVI: “voltar ao

⁷⁷ No original: “Hispanofonía es una comunidad imaginada, (...) sobre la base de una lengua común – imaginada también-; una lengua compón que une, formando un vínculo afectivo, a todos aquellos que se sienten en posesión de la misma y que comparten un sentimiento de lealtad hacia ella. La hispanofonía es, por lo tanto, una ideología lingüística (...) un sistema de ideas, o mejor, de ideologemas, en torno al español históricamente localizado que concibe el idioma como la materialización de un orden colectivo en el cual España desempeña un papel central.”

⁷⁸ No original: “Un siglo después del repliegue definitivo de España al perder Cuba, se vuelve a un continente que de ninguna manera a nadie nos es ajeno: Iberoamérica. Ahora con otras ideas, perspectivas e ilusiones que nos confieren las nuevas armas: las empresas españolas, que se han expandido con los nuevos vientos de la globalización.”

continente”; “novas armas”; “novos ventos”. Sem desvincular-se da comparação entre os moldes e as perspectivas das expedições do passado, deixa claro que outra expedição está em marcha e, por conseguinte, outro processo comparável até mesmo a uma “colonização impulsionada pelos ventos da globalização”. O mesmo Béjar (2001), consciente do perigo desta interpretação, pondera:

(...) a transferência da propriedade de empresas importantes de mãos nacionais a mãos estrangeiras pode ser vista como um fato que fere a soberania nacional e comparável a uma “recolonização”. (...) advirta-se que a extraordinária posição alcançada [pela Espanha] neste continente, foi possível graças a nosso extraordinário aliado: o idioma, causa e efeito de nossa afinidade cultural, psicológica e afetiva.

(...) Ibero-américa é uma área de expansão natural para as entidades e empresas espanholas, porque as raízes culturais e o idioma comum facilitam o acesso aos mercados e à clientela . (citado por DEL VALLE, 2007, p.40) (tradução nossa⁷⁹)

Críticas e suspeitas sobre o teor das políticas de expansão da língua espanhola no continente americano, muito especialmente no Brasil, tem surgido de dentro da própria Espanha, como evidenciam as palavras do artigo publicado pela Associação Galega da Língua⁸⁰:

Uma onda de nacionalismo chauvinista e doentio afeta atualmente o Estado Espanhol. Não é um nacionalismo do tipo emancipatório ou de libertação nacional, como é o caso dos movimentos nacionalistas democráticos existentes no País Vasco, na Catalunha ou na Galícia, mas de um nacionalismo reacionário do tipo centralizador e espanholista. Uma viva mostra desse irracional neo-imperialismo, ou nacionalismo de Estado, herdeiro em linha direta da ideologia franquista, é o discurso e as reações geradas em torno da possibilidade do idioma espanhol ver-se promovido no Brasil. (SOUTULHO, 25/06/2003) (Tradução nossa⁸¹)

O artigo de Soutulho pretende denunciar o que chama de “comportamento tendencioso” da imprensa espanhola (jornal *El País*) durante a cobertura de um pronunciamento de Lula. Naquela ocasião, Lula teria dito:

⁷⁹ No original: “La transferencia de la propiedad de empresas importantes de manos nacionales a manos extranjeras puede verse como un hecho que socava la soberanía nacional y que es equiparable a una ‘recolonización’ (...) adviértase que la extraordinaria posición alcanzada [por España] en este continente, ha sido posible gracias a nuestro extraordinario aliado: el idioma, causa y efecto de nuestra afinidad cultural, psicológica y afectiva. (...) Iberoamérica es un área de expansión *natural* para las entidades y empresas españolas, porque las raíces culturales y el idioma común facilitan el acceso a los mercados y la clientela.”

⁸⁰ SOUTULHO, Joám . “Lula censurado pelo nacionalismo espanhol?”, disponível em <http://www.agal-gz.org>

⁸¹ No original: “Umha onda de nacionalismo chauvinista e doentio afecta actualmente o Estado Espanhol. Nom é um nacionalismo de tipo emancipador ou de libertaçom nacional, como é o caso dos movimentos nacionalistas democráticos existentes no País Basco, na Catalunha ou na Galiza, mas dum nacionalismo reaccionário de tipo centralista e espanholista. Umha viva amostra desse irracional neo-imperialismo, ou nacionalismo de estado, continuador em linha directa da ideologia franquista, é o discurso e as reacções geradas em torno à possibilidade de o idioma espanhol ver-se promovido no Brasil.”

“Nós pegamos o país quando ele não tinha um dólar para financiar a nossa exportação. E havia quem dissesse: ‘O Lula não pode governar porque, imaginem, ele não fala inglês. Como é que ele vai governar?’ Pois bem, bastaram cinco meses para a gente provar que a respeitabilidade de um país não se consegue falando inglês ou espanhol, mas com caráter, com ética e com projetos concretos que nós queremos para o nosso país. E, hoje, eu duvido que, em algum momento da História do Brasil, este país já gozou da respeitabilidade que ele goza hoje em todos os países do mundo.” (Pelotas, RS, 16/06/03)

O artigo do escritor galego transcreve, por sua vez, a “versão” do *El País* para o mesmo pronunciamento do presidente brasileiro:

O mesmo presidente afirmou rotundamente em seu discurso de Pelotas, ao comentar seus seis primeiros meses de governo: “Nós recebemos este país quebrado, sem um dólar para financiar nossas exportações, e havia quem dissesse: ‘Lula não pode governar porque não sabe inglês’. Pois bem, hoje duvido que em algum momento este país tenha gozado da respeitabilidade que hoje goza em todo o mundo” (*El País*, 19/06/03) (Tradução nossa⁸²)

A não transcrição, por parte da imprensa espanhola, do trecho “a respeitabilidade de um país não se consegue falando inglês ou espanhol” chama a atenção do articulista e significa dentro de nossa investigação. Dentro da política de promoção da língua espanhola no Brasil não caberia, sob qualquer hipótese, os sentidos que a fala do presidente brasileiro produziriam a partir do recorte excluído da transcrição jornalística. É função e efeito deste silenciamento que determinados sentidos passem a significar no discurso, apesar de sua “ausência”.

A voz que Lula evoca com “Como é que ele vai governar?” é a voz de seus opositores, daqueles que, como inferimos através dos reiterados pronunciamentos do candidato e presidente Lula, não acreditavam na “capacidade” de um homem sem instrução (que não fala inglês). Ainda parece bem presente a interlocução entre “eles” (os que sabem inglês, os da classe dominante) e “nós” (que não sabemos inglês, os operários que chegaram ao poder). Para o *El País*, os sentidos que se constroem com “o domínio da língua inglesa não é imprescindível para um país que quer crescer” ou “o Brasil (através de seu presidente) descobre que é possível gozar de respeito internacional sem privilegiar o inglês” servem aos propósitos de promoção da língua espanhola no Brasil porque ofuscam, em certa medida, o destaque unanimemente atribuído ao domínio da língua inglesa.

⁸² No original: “El mismo presidente había afirmado con rotundidad en el discurso de Pelotas, al comentar sus primeros seis meses de gobierno: “Nosotros recibimos este país roto, sin un dólar para financiar nuestras exportaciones, y había quien decía: ‘Lula no puede gobernar porque no sabe inglés. Pues bien, hoy dudo que en algún momento este país haya gozado de la respetabilidad que hoy goza en todo el mundo.’”

Por outro lado, ao nivelar “inglês ou espanhol” dentro de sua fala, Lula relaciona a um mesmo nível, as duas línguas imperialistas, quando consideradas em seu passado colonial e/ou suas práticas de conquista e ocupação do continente americano. Lula, em sua fala original, minimiza a importância das duas línguas estrangeiras, o que provocou a exclusão de um conteúdo proibido dentro do contexto do novo enunciador: a voz ibérica. Trata-se, como afirma Foucault (2006, p. 9), de buscar os meios para controlar, selecionar, organizar e distribuir a produção do discurso de forma a “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Para que a língua espanhola adquira *status* diferenciado no Brasil, quebrando, pela força da lei, a hegemonia da língua inglesa, faz-se necessário que o discurso fundante produza novos sentidos para a presença do “idioma de Cervantes”. Faz-se necessário, entre outras coisas, que este se reapresente em uma nova roupagem, natural e legitimamente construída.

Recortes selecionados por del Valle, oriundos de jornais espanhóis, tocam na questão da “naturalidade” e “legitimidade” para a presença “renovada” da Espanha no Continente:

Ocupando o quinto lugar do *ranking* do setor editorial em todo o mundo, depois dos EUA, Reino Unido, Alemanha e China, as [editoras] espanholas, terceiro lugar na Europa- antes da França – são líderes em quase todos os países da Iberoamérica, sua via natural de expansão, pelo que, segundo especialistas, urge sair em conquista de novos mercados. (ABC, 31/12/2006) Iberoamérica é um objetivo político, econômico e empresarial legítimo para os espanhóis (...) Estamos muito mais perto da América do alguém possa supor. (Jesús de Polanco, presidente de PRISA, cit. no *El País*, 24/07/1995) (Tradução e grifos nossos⁸³)

Estas idéias evidenciam a construção de um novo imaginário para a presença e expansão da língua espanhola no Brasil. São os discursos que visam construir um princípio de legitimidade e naturalidade à presença e expansão do idioma espanhol e suas indústrias no Brasil, ao mesmo tempo em que sugerem legitimidade e naturalidade à presença da Espanha no Brasil. Tais esforços, como temos dito, encontram-se, por sua vez, condizentes com os princípios da hispanofonia e da nova imagem internacional que se quer dar à Espanha e seus produtos culturais, incluindo a língua. Imaginário este que, segundo análise preliminar, ainda se encontra em construção entre nós, uma vez que ainda prevalece a explicação do MERCOSUL para o avanço da língua espanhola no Brasil.

⁸³ No original: “En el quinto lugar del ‘ranking’ del sector de las editoriales en todo el mundo, después de Estados Unidos, Reino Unido, Alemania y China, las españolas, terceras en Europa por delante de Francia, son líderes en casi todos los países de *Iberoamérica*, su *vía natural de expansión*, por lo que, según los expertos, apremia salir a la conquista de nuevos mercados. (...) Iberoamérica es un objetivo político, económico y empresarial *legítimo* para los españoles (...) Estamos mucho menos lejos de América Latina de lo que nadie puede pensar.”

Segundo defendemos, é precisamente a conjuntura da política lingüística espanhola para o Brasil que nos fornece importantes pautas para compreensão do processo de aprovação da Lei 11161 de 2005.

3.1.2 O valor econômico da língua espanhola: “nosso petróleo”

Assim se referiu , no Congresso de Rosário, Argentina, José Miguel Abad (diretor geral da Corporação Editorial Planeta) à língua espanhola: “A língua é nosso petróleo particular, mas de caudal ilimitado” (citado por DEL VALLE e VILLA, 2007, p. 101). Em artigo do *El País*, intitulado “Español, S.A.”, assim se expressa o professor da Universidade Autônoma de Madri, Juan Ramón Lodares :

Não se surpreenderão se lhes digo que o turismo é uma de nossas primeiras indústrias. Mas, adivinhem que setor produz na Espanha um percentual de riquezas similar ao turístico? Pois, nosso idioma comum. Sim, isso mesmo, a língua espanhola. Não é difícil entender o porquê: o idioma é um recurso aparentemente imaterial, não obstante, não há atividade econômica ou mercantil que não seja intermediada por ele... Um interessante produto, enfim, associado a essa precisa marca e a essa precisa imagem: *espanhol* (...) Temos, finalmente, a responsabilidade de propormos estratégias inteligentes para aproveitar o peso econômico de nosso idioma comum, assim como as enormes vantagens que para nossa imagem exterior pode acarretar a gestão dessa empresa que chamei “Espanhol S.A.”. (*El País*, 19/7/2004, citado por DEL VALLE e VILLA, 2007, p.101) (tradução nossa⁸⁴)

Espanhol como marca, como imagem “vendável” e “consumível”. São várias as esferas de atividades que se encontram relacionadas aos negócios em torno da língua. No caso do Brasil, especificamente, que pode representar, em termos comerciais, a abertura de um novo mercado de 170 milhões de consumidores? Que ramos da economia nacional se aquecem com a obrigatoriedade da oferta de língua espanhola em todas as escolas da rede pública de ensino do país? Que investidores estrangeiros ganham com a nova lei?

Em primeiro lugar, no caso específico do Brasil, o impacto se dará na indústria lingüística, diretamente envolvida na elaboração e venda de materiais didáticos e

⁸⁴ No original: “No se sorprenderán si les digo que el turismo es una de nuestras primeras industrias. Pero, ¿adivinan qué sector hay cuyos servicios producen en España un porcentaje de riqueza similar al turístico? Pues nuestro idioma común. Sí, eso mismo, la lengua española. No es difícil entender el porqué: el idioma es un recurso aparentemente inmaterial, sin embargo, no hay actividad económica o mercantil donde no promedie (...) Un interesante producto, en fin, asociado a esa precisa imagen: *español*.”

paradidáticos associados ao ensino da nova língua. Por extensão, espera-se um aumento no consumo dos produtos da “indústria cultural”: música, cinema, literatura, turismo,...

Sobre isso, assim se pronunciou em 1999 (6 anos antes da aprovação da lei 11161) o então diretor do Instituto Cervantes no Brasil, Fernando Rodríguez Lafuente: “O Brasil tem 165 milhões de habitantes, dos quais 50 milhões são estudantes, e será necessário preparar cerca de 200 mil professores de espanhol. Detrás irão a indústria do livro, do cinema e da música.” (*El País*, 4/10/99).

Segundo dados apresentados por Otero (2005), Espanha é o quinto produtor mundial de livros (por número de títulos) e o oitavo consumidor de cinema. Um estudo da *Price Waterhouse Coopers* (citado por Otero)⁸⁵ revela que o mercado do ócio e do entretenimento crescerá na América Latina a um ritmo anual médio de 6,6% entre 2004-2008 e que já são 300 semanários e 40 diários em língua espanhola nos Estados Unidos; além de 3 canais nacionais de televisão e centenas de emissoras de rádio que usam o espanhol como idioma principal. O Brasil é considerado o segundo mercado para o espanhol como língua estrangeira (depois dos Estados Unidos).⁸⁶

3.2 A grande guinada: aprovação da Lei 11161/2005

Ainda que não esteja contemplada dentro deste trabalho uma análise pormenorizada dos projetos de lei anteriores a 2005, que tinham por objetivo a introdução do ensino da língua espanhola em caráter obrigatório para toda a rede pública de ensino, julgamos oportuno relacioná-los cronologicamente junto a seus protagonistas e históricos de tramitações que nos foram dados a conhecer. As informações a seguir foram divulgadas pela Câmara dos Deputados dentro de um estudo de 2001 sobre a Língua Espanhola no Brasil, assinado pela consultora Helena Heller Domingues de Barros.

Barros (2001, p. 6), ao mencionar o projeto apresentado por Kubitschek ao Congresso Nacional em 1958, assim se expressa:

⁸⁵ OTERO, Jaime. *Los argumentos económicos de la lengua española* (ARI), disponible em www.realinstitutoelcano.org

⁸⁶ OTERO, Jaime. *Los argumentos económicos de la lengua española* (ARI), disponible em www.realinstitutoelcano.org

SD21: [na mensagem de Juscelino Kubitschek de 1958] *havia, como hoje, quarenta e três anos depois, uma forte preocupação regional: antes era o pan-americanismo, hoje é o MERCOSUL* (Documento da Câmara dos Deputados – fevereiro de 2001)

Esta fala confirma o que desde o início sustentamos: o Mercosul constitui, no imaginário de amplos segmentos da população, explicação suficiente para a introdução do espanhol no Brasil. Os mesmos moldes integracionistas que caracterizaram a política pan-americanista do período JK são, por extensão, aplicados à conjuntura atual que culminou com a aprovação da Lei 11161/05.

Após o projeto de 1958, outros projetos foram rechaçados pelo Congresso, entre eles: em 1983, tivemos o PL 867 do Deputado Israel Dias Novais; em 1990, o PL 5791, do Deputado Omar Sabino; em 1991, foram apresentados o PL 200 do Senador Márcio Lacerda e o PL 408 do Deputado Nelson Wedekin; em 1993 é a vez do PL 3998 do Deputado Jones Santos Neves e, finalmente, mais dois Projetos de Lei em 1995, um do Deputado Franco Montoro e outro do Deputado Agnelo Queiroz. Em comum, todos têm o fato de requerem para o idioma espanhol um lugar de destaque no currículo da rede oficial de ensino em todo o país e o de terem sido reprovados em suas respectivas sessões do Congresso⁸⁷. Finalmente, em 2005, é sancionada a Lei 11.161 que estabelece:

Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio⁸⁸.

As sucessivas rejeições, por parte do Legislativo, dos projetos de lei que visavam dar um destaque à língua espanhola dentro do currículo da escola pública brasileira, sugerem algumas questões: por que o discurso da integração lingüística, regionalizador, irmanador entre os povos vizinhos não sensibilizava seus interlocutores? Por que todos os argumentos respaldados em valores tão nobres como o são a “integração de povos irmãos” e o “re-encontro de povos de origem comum” não conseguiram aprovar as modificações ?

⁸⁷ Tentamos, sem sucesso, obter acesso às atas de votação de projetos de lei encaminhados à Câmara. Interessava-nos, muito especialmente, conhecer detalhes da votação do PL 4.606 de 1958 encaminhado por Juscelino Kubitschek ao Congresso.

⁸⁸ A Lei 11161/05 encontra-se anexada a esta dissertação.

Estas questões nos remetem a hipóteses levantadas no início de nossa investigação: a aprovação da lei em 2005 tem em seus bastidores motivos outros que o re-encontro dos povos de “herança histórica e cultural comuns” reunidos em torno do Mercosul.

Por esta razão, introduzimos no seio desta investigação um elemento novo, até então periférico dentro do conjunto de forças que integram as condições de produção dos projetos de lei que tentaram implementar a oferta obrigatória da língua espanhola em nosso país: aspectos relacionados à política lingüística espanhola para o século XXI. Trata-se de lançar um olhar particularizado sobre alguns aspectos da política externa da Espanha diretamente relacionados à apresentação e aprovação da Lei 11161/2005.

Pouco se conhece, por outro lado, sobre as movimentações ocorridas em segmentos culturais e econômicos dos países membros do Mercosul sobre as propostas de lei tratadas neste trabalho. Muito especificamente, não temos muito a narrar sobre a repercussão midiática nos países do cone sul ante a aprovação da Lei de 2005. Por outro lado, abundam artigos da imprensa espanhola que tratam da temática.

Relacionamos a seguir, ampliando a lista apresentada por del Valle (op. cit, p.107) e Soutulho (2003), algumas manchetes dos principais jornais espanhóis nos anos que antecederam a aprovação da lei 11161/05, incluindo titulares que se seguiram à aprovação da lei, organizadas numérica e cronologicamente por títulos (T1, T2,...):

T1: “Espanhol abre espaço no Brasil” (*El País* – 19/08/1998)

T2: “Espanha prepara um desembarque cultural no Brasil para propagar o castelhano” (*El Mundo*- 30/09/1999)

T3: “ O rei agradece ao Brasil a inclusão do ensino do espanhol em seu sistema educativo” (*ABC* – 14/10/1999)

T4: “A febre do espanhol chega ao Brasil” (*El País* - 09/12/1999)

T5: “O espanhol conquista o Brasil” (*El País* - 9/05/2000)

T6: “Brasil decide se quer falar espanhol” (*El País* - 18/06/2000)

T7: “Brasil adia para agosto a votação sobre a obrigatoriedade do espanhol no ensino médio” (*El País* - 22/06/2000)

T8: “Brasil, um país bilíngüe?” (*El País* - 27/06/2000)

T9: “Brasil reabre o debate do espanhol como segunda língua para o ensino: o Congresso decidirá em novembro, depois de que FHC receba o *Príncipe de Asturias*.” (*El País* - 9/08/2000)

T10: “Se tivesse professores, o espanhol seria língua obrigatória” (*El País* - 20/08/2000)

T11: “O difícil caminho de uma lei” (*El País* - 10/11/2000)

- T12: “Um projeto obriga os colégios do Brasil a oferecerem a disciplina de espanhol” (*El País* - 10/11/2000)
- T13: “Próxima batalha no Brasil” (*ABC*- 13/04/2000)
- T14: “A visita dos reis ao Brasil impulsiona o avanço imparável do espanhol” (*ABC* – 15/07/2000)
- T15: “ Um país forçado a entender-se com seus vizinhos que falam espanhol” (*ABC* – 10/11/2000)
- T16: “Os docentes brasileiros se voltam à difusão do espanhol” (*El País* - 24/09/ 2001)
- T17: “O Rei conclama aos empresários da Espanha e Ibero-américa a que difundam o espanhol no mundo” (16/12/2002)
- T18: “Cervantes vive nas salas de aula brasileiras” (*El País* - 28/06/2004)
- T19: “Brasil desbloqueia a lei que obriga às escolas a oferecerem espanhol no ensino médio” (*El País* - 28/08/2004)
- T20: “Escolas do Brasil vão ter espanhol obrigatório” (*El País* - 1/09/2004)
- T21: “Escolas do Brasil vão oferecer curso de espanhol” (*El País* – 08/2005)
- T22: “Brasil entra na órbita do espanhol” (*El País* – 18/07/2007)

Analisados em conjunto, os títulos jornalísticos “falam” da relação entre Espanha – língua espanhola – Brasil . Trata-se de um olhar ibérico sobre o acontecimento que se construía em torno dos “esforços” de aprovação da lei de implantação da língua espanhola no sistema de ensino brasileiro e que só se materializaria em agosto de 2005, com a aprovação final da lei 11161/05.

Um primeiro olhar de-superficializador sobre o conjunto de enunciados, revela o inequívoco atravessamento da memória discursiva do processo de colonização da América, o qual nos remete às grandes expedições dos colonizadores ibéricos e suas incursões sobre o “novo mundo”. As escolhas léxicas, sobretudo a presença de determinados verbos, evocam discursivamente a Espanha das conquistas, da propagação e difusão dos valores ibéricos aos recém anexados territórios e povos do “novo mundo”, como o revelam os fragmentos: “Abre espaço no Brasil” (T1); “preparar um desembarque cultural”(T2); “propagar o castelhano” (T2); “chega ao Brasil” (T4); “conquista o Brasil” (T5); “próxima batalha no Brasil” (T13); “o avanço imparável do espanhol” (T14); “um país forçado” (T15); “difusão do espanhol” (T16); “o Rei conclama” (T17); “que difundam o espanhol no mundo”(T17).

Dentre os títulos relacionados acima, são vários os que também enfatizam a obrigatoriedade que marcará a implantação do ensino de língua espanhola no Brasil:

“obrigatoriedade do espanhol” (T7); “o espanhol seria língua obrigatória” (T10); “um projeto obriga os colégios” (T12); “lei que obriga às escolas” (T19); “vão ter espanhol obrigatório” (T20).

Uma outra seqüência, central dentro do *corpus* de nossa dissertação, também se refere ao caráter obrigatório da língua espanhola:

SD30: *Nossa língua [espanhola] nunca foi língua de imposição, senão de encontro; nunca se obrigou ninguém a falar em castelhano: foram os mais diversos povos que fizeram seu, por libérrima vontade, o idioma de Cervantes. (23/04/2001, Rei Juan Carlos, Madri) (tradução e grifo nossos)*

O “nunca” da seqüência 30 contrasta com o caráter obrigatório que se aplica aos moldes de introdução do ensino de língua espanhola nos currículos escolares de todo o Brasil, os quais implicam, segundo sugerem os recortes jornalísticos, obrigatoriedade instituída por lei. O efeito de sentido pretendido pela fala do Rei Juan Carlos se desfaz nos recortes jornalísticos. A língua espanhola que, no período colonial, se impôs a todas as colônias conquistadas, retorna dentro dos mesmos moldes, respeitadas as diferenças estilísticas. Antes, a imposição; hoje, a implantação e a “inclusão” (T3).

Outro aspecto relevante a ser analisado no conjunto de títulos, vem a ser o protagonismo do “Brasil”: Nos recortes selecionados, o Brasil assume papel agente e aparece personificado em alguns recortes:

“Brasil decide” (T6); “Brasil adia” (T7); “Brasil reabre” (T9); “Brasil desbloqueia” (T19); “o Rei agradece ao Brasil” (T3); “Brasil entra na órbita” (T22)

O “Brasil”, tal qual sugerem as escolhas léxicas, aparece como um ente dotado de decisão e ação. Problematizando a identidade deste personagem, poder-se-ia questionar quem, de fato, é o Brasil que decide, que adia, que reabre? Silenciam-se os processos de tomada de decisões que subjazem a aprovação de leis; a ação de “lobistas”; os interesses políticos, econômicos e as políticas lingüísticas que “falam” nos discursos. No caso específico da introdução da oferta obrigatória de língua espanhola no Brasil, atentemos para as seguintes seqüências discursivas:

SD39 : *Franceses e ingleses, por exemplo, eram contrários a que somente o espanhol fosse um idioma obrigatório nas escolas brasileiras, mas pouco a pouco os deputados e senadores*

perceberam a importância de que o país falasse espanhol para a integração do Brasil não só no Mercosul como no restante da América Latina e na Europa, por intermédio da Espanha.
(*El País* – agosto de 2005)

SD40 : *Se , em princípio, a lei de obrigatoriedade do espanhol foi pensada sobretudo para as relações entre Brasil e Mercosul, pouco a pouco os dirigentes políticos do país viram também a importância de que o Brasil falasse espanhol para suas relações com a Europa, as quais, como afirmou o ministro de Educação, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores, “passam necessariamente pela Espanha”. (El País – agosto de 2005)*

SD41 : *A aprovação da obrigatoriedade de oferecer o ensino de espanhol nas escolas foi uma grande vitória da diplomacia espanhola e latino-americana, as quais, ao longo dos últimos dez anos, fizeram ver aos dirigentes deste país a importância de falar espanhol com vistas a uma integração cada vez maior do Brasil com a América Latina, com a idéia de criar no futuro algo parecido com a União Européia na região. Para isso também é importante a integração idiomática. (El País – agosto de 2005)*

Percebe-se que, uma vez aprovada a lei 11161/05, revela-se “parcialmente” o trabalho de lobistas pelos corredores e sessões da Câmara e do Senado brasileiros no intuito de aprovar (ou rechaçar) a lei. Além disso, algumas novas leituras se oferecem ao nosso olhar. Os recortes: “mas pouco a pouco os deputados e senadores perceberam a importância” (SD39); “pouco a pouco os dirigentes políticos do país viram também a importância” (SD40); “ao longo dos últimos dez anos, fizeram ver aos dirigentes deste país a importância” (SD41); revelam a construção, a partir de iniciativa externa (estrangeira, como se revela à continuação) da “importância de falar espanhol” no Brasil. Este processo de “fazer com que deputados, senadores e dirigentes vissem a importância de o Brasil falar espanhol” aparece em SD41 como fruto do trabalho da “diplomacia espanhola e latino-americana”.

As seqüências trazem alguns implícitos relevantes para análise. Quando lemos em SD39: “Franceses e ingleses, por exemplo, eram contrários a que somente o espanhol fosse um idioma obrigatório nas escolas brasileiras, mas pouco a pouco os deputados e senadores (...)”, fica implícito que antes do trabalho da “diplomacia espanhola e latino-americana” (SD41), os deputados e senadores “seguiam” a orientação de franceses e ingleses. Em outras palavras, a hegemonia que estas línguas estrangeiras gozavam no Brasil (em diferentes épocas), já era determinada pela “pressão” dos interesses dos referidos grupos. Portanto, os

discursos apontam para uma mudança na conjuntura geopolítica no tocante à língua estrangeira hegemônica no currículo escolar brasileiro.

A partir das SDs que compõem o *corpus* da investigação, sugerimos que a oferta de língua espanhola ressignifica-se nos diferentes momentos de apresentação de projetos de lei (do pan-americanismo de Juscelino ao Mercosul, dentro da chamada globalização). E que, os sentidos que veicula incorporam sentidos “novos” a partir da aprovação definitiva da lei 11161/05. O Mercosul, antes principal justificativa para a mudança de *status* do espanhol no país, agora passa à coadjuvante no cenário, enquanto a Espanha (e, em outros recortes, ibero-américa), assume “um novo papel”: “(...) integração do Brasil não só no Mercosul como no restante da América Latina e na Europa, por intermédio da Espanha.” (SD39) O “meio” de integração não é mais a língua espanhola, mas a Espanha. O que também é sugerido pela seqüência :

SD40 : *Se , em princípio, a lei de obrigatoriedade do espanhol foi pensada sobretudo para as relações entre Brasil e Mercosul, pouco a pouco os dirigentes políticos do país viram também a importância de que o Brasil falasse espanhol para suas relações com a Europa, as quais, como afirmou o ministro de Educação, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores, “passam necessariamente pela Espanha”. (El País – agosto de 2005) (grifos nossos)*

Quando a seqüência traz que “a importância de que o Brasil falasse espanhol para suas relações com a Europa”, sugerimos que há a tentativa de suplantação de uma outra memória. Antes, era o inglês que facilitava as relações com a Europa. Agora, o idioma espanhol cumprirá esta função. Silenciam-se, a partir de nosso olhar, dois aspectos: que o espanhol não é a língua hegemônica de comunicação na Europa (o inglês continua a língua franca) e que as relações, a que se refere a seqüência 40, são relações comerciais/políticas com a *Espanha*. Reconhecemos como implícito o papel da Espanha, a partir das palavras do ministro Genro, de intermediador diplomático (e econômico) nas relações do Brasil com a Europa: “suas [do Brasil] relações com a Europa (...) ‘passam necessariamente pela Espanha’” (SD40).

O Mercosul, dentro da SD 40, aparece ligado à concepção da idéia inicial de introdução da língua espanhola (“a princípio..”). A “integração idiomática” (SD41) que antes visava a integração do Brasil com seus vizinhos (seja no período JK ou em referencia ao Mercosul), agora, oferece-se como meio para “criar no futuro algo parecido com a União Européia na região” (SD41). A união (integração) com a Europa (via Espanha) surge como

um avanço da idéia inicial: “Se, em princípio (...)” era o Mercosul; depois “viram também a importância” de ampliação deste horizonte para a Europa (via Espanha).

O “também” de SD40 merece uma análise mais detida:

SD40 : *Se , em princípio, a lei de obrigatoriedade do espanhol foi pensada sobretudo para as relações entre Brasil e Mercosul, pouco a pouco os dirigentes políticos do país viram também a importância de que o Brasil falasse espanhol para suas relações com a Europa, as quais, como afirmou o ministro de Educação, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores, “passam necessariamente pela Espanha”. (El País – agosto de 2005) (grifo nosso)*

Há ambigüidade neste “também”, a qual acarreta a produção de diferentes (efeitos de) sentido: i) que os dirigentes ampliaram a utilidade do idioma espanhol: serviria para a comunicação no Mercosul e fora dele (Espanha e Europa); ii) que só agora, depois de que outros já se haviam dado conta desta realidade, é que os dirigentes do país perceberam a importância de falar espanhol. Esta última leitura remete a outra seqüência:

SD41 : *A aprovação da obrigatoriedade de oferecer o ensino de espanhol nas escolas foi uma grande vitória da diplomacia espanhola e latino-americana, as quais, ao longo dos últimos dez anos, fizeram ver aos dirigentes deste país a importância de falar espanhol com vistas a uma integração cada vez maior do Brasil com a América Latina, com a idéia de criar no futuro algo parecido com a União Européia na região. Para isso também é importante a integração idiomática. (El País – agosto de 2005) (grifo nosso)*

Em SD41, o “pouco a pouco” de SD40, revela-se um trabalho de “dez anos” (SD41). Como agentes deste trabalho surge a diplomacia espanhola e latino-americana (SD41). As condições imediatas em que as seqüências se produziram (aprovação pelo Congresso da Lei 11161/05) nos ajudam a recompor o contexto de enunciação. As palavras do ministro Tarso Genro (SD40) redimensionam a importância política da Espanha para o Brasil e sugerem a existência de negociações políticas e econômicas anteriores à aprovação da lei.

Os atravessamentos ao discurso da integração, subjacente ao acontecimento da Lei 11161/05, sugerem o teor dos interesses políticos e econômicos associados à implantação da língua espanhola no currículo educacional brasileiro. Como explicar a introdução crescente do elemento ibérico (Espanha) nos discursos em torno da oferta obrigatória de língua espanhola no sistema educativo brasileiro?

As explicações e as razões não são discursivas, mas econômicas e políticas. Entretanto, aspiramos compreender como os sentidos são modelados a partir da materialidade das palavras e, para isso, seguimos as pistas discursivas deixadas pelo trabalho ideológico em seu trabalho de criação de (efeitos de) sentidos.

Atentemos para a seguinte seqüência:

SD42: *Uma das grandes dificuldades e resistências para aprovar essa medida [a lei 11.161/05] era que sua implantação custaria caro aos cofres do Estado, já que haveria necessidade de cerca de 200 mil professores e do material escolar correspondente. Esse gasto se deve ao fato de que no Brasil os alunos das escolas públicas não podem custear os livros, e por isso eles são fornecidos pelo Ministério de Educação. (El País, 08/2005) (grifos nossos)*

Os verbos “era” (SD42) e “custaria” (SD42) trazem implícita a idéia de que “já não custará caro aos cofres públicos”. Considerando que os enunciados foram proferidos pouco depois da votação que aprovou a lei de implantação da oferta obrigatória do espanhol no Brasil, supomos pertinente a pergunta: o que está silenciado neste discurso? Por um lado, sugere que o Estado, como apontam as pistas discursivas, “já não” arcará com a totalidade do ônus do material didático na rede pública e, por outro lado, cala-se por completo o processo político e os interesses econômicos que, por muitos anos, trataram de conduzir as discussões sobre a aprovação da lei. Outras seqüências do *corpus* tratam de endossar nossas suposições:

SD41: *A aprovação da obrigatoriedade de oferecer o ensino de espanhol nas escolas foi uma grande vitória da diplomacia espanhola e latino-americana, as quais, ao longo dos últimos dez anos, fizeram ver aos dirigentes deste país a importância de falar espanhol (...)(El País, 08/2005)*

SD43: *A partir de agora também se verá o papel que, depois da aprovação dessa lei, decidirá ter o Ministério de Educação da Espanha em apoio à iniciativa, segundo manifestaram vários especialistas do ensino de espanhol no Brasil. (El País, 08/2005) (grifo nosso)*

Há uma contradição entre o “fazer ver” (SD41) e “apoiar a iniciativa” (SD43). Em realidade, são duas formações discursivas diferentes. Na SD41, o elemento exterior assume o controle ao convencer (persistentemente) o outro daquilo que “a diplomacia espanhola e

latino-americana” (SD41) quer ver acontecer; há uma imposição da vontade do elemento exterior sobre “os que não viam” (os dirigentes deste país). Em SD43, por sua vez, o elemento ibérico parece ter sido surpreendido pela iniciativa: ainda irá decidir seu papel. Esta última seqüência silencia, por completo, o papel que o Estado espanhol já vinha tendo em todo o processo. E silencia, por outro lado, que já havia acordos preliminares entre as duas partes: Estado brasileiro e Estado espanhol, como sugerem as seqüências:

SD44: *Ele (o ministro da Educação Tarso Genro) afirmou que, com a aprovação da lei, as negociações de conversão de parte da dívida em investimentos em educação, com a Espanha, podem ser facilitadas.* (Portal do MEC, 8/7/2005, um mês antes da aprovação da Lei 11161/05)

SD45: *Em 2004 [um ano antes da aprovação da Lei 11161/05], o governo brasileiro enviou uma carta à Espanha descrevendo o projeto [da troca da dívida por educação]. Questionado de quem era a autoria do programa, se do Brasil ou da Espanha, o ministro da Educação, Fernando Haddad, que acompanha o presidente em Salamanca, disse que ninguém disputa que a idéia – que também foi recentemente incluída no documento final de uma conferência da Unesco – tenha sido brasileira.* (BBC Brasil.com, 10/10/2005)

SD46: *“O país rico que anular a dívida pode ter algum grau de participação na condução dos recursos no país devedor”, afirma [Haddad]. Ele cita um exemplo: “ O Brasil tem agora uma lei obrigando a oferta de ensino de espanhol nas escolas onde há demanda. E poderia, por exemplo, receber o apoio de países interessados na expansão da cultura espanhola, tendo parte de sua dívida perdoadada para realizar o objetivo de difundir o ensino da língua e da cultura no Brasil.”* (BBC Brasil.com, 10/10/2005)

Aquilo que, em algumas seqüências, constituíam implícitos, ressurgem dentro de um processo de reorganização discursiva, sob novas afiliações. É o caso do discurso econômico que assume marcado protagonismo na produção de sentidos em torno da oferta obrigatória da língua espanhola nas escolas do Brasil a partir do acontecimento de aprovação da lei.

O discurso integrador, que a partir das seqüências analisadas possibilitou a construção (do efeito) de sentido *espanhol-língua-de-encontro-da-família-ibero-americana*, sugere a existência de uma (nova) re-significação para a oferta de língua espanhola nas escolas brasileiras: *espanhol-moeda-de-troca-da-dívida-externa*.

A análise das SDs 44 a 46 sugere que a proposta de troca da dívida por investimentos em educação é anterior à aprovação da lei de 2005. As seqüências sinalizam que a idéia (da troca da dívida por educação) foi do Brasil (SD45) e que, com a aprovação da Lei 11161/05, as negociações “podem ser facilitadas”(SD44).

As seqüências referem-se à “conversão de parte da dívida” (SD44), o que não significa o perdão da dívida. A dívida deverá ser paga e o credor continuará sendo a Espanha. Em outras palavras, a Espanha deverá receber por seu investimento. Desfazem-se discursivamente, nas seqüências em análise, os sentidos de “língua de re-encontro”, “de família ibero-americana” e o terreno discursivo é atravessado por termos econômicos: dívida; investimentos; país rico; país devedor; recursos (SDs 44, 45, 46)

No caso específico da língua espanhola no Brasil, a proposta de conversão de parte da dívida com a Espanha representa a abertura de um gigantesco mercado consumidor. Um crescimento de mercado que, em alguns discursos adquire o sentido de consequência natural de uma, assim chamada, comunidade ibero-americana (Béjar, 2001, tradução nossa): “ (...) Ibero-américa é uma área de expansão natural para as entidades e empresas espanholas, porque as raízes culturais e o idioma comum facilitam o acesso aos mercados e à clientela . (citado por DEL VALLE, 2007, p.40). Em outros discursos, entretanto, são as leis de mercado (como a formação de blocos econômicos e as negociações da dívida externa) que ressignificam discursivamente a oferta de língua espanhola no Brasil.

Um olhar retrospectivo sobre as análises dos recortes oriundos de textos contemporâneos à aprovação da lei de 2005, por sua vez, permite-nos vislumbrar uma progressiva ausência, nos discursos em torno da introdução do espanhol no currículo escolar brasileiro, dos (efeitos de) sentidos produzidos a partir dos primeiros recortes do *corpus*. Os desejos de (re)aproximação com os povos vizinhos do continente, representados pelos países reunidos no Mercosul, passam a ocupar um ínfimo espaço dentro das últimas seqüências analisadas. Em outras palavras, o processo de análise sinaliza para o distanciamento existente entre os (efeitos de) sentidos naturalizados e cristalizados em torno da oferta obrigatória da língua espanhola no âmbito do Mercosul (e do Pan-americanismo) e aqueles que emergem do trabalho ideológico dos discursos que giram em torno da integração ibero-americana. É precisamente este “comportamento discursivo” que nos permite lançar alguns ensaios conclusivos. Tentativas de finalização a que nos propomos dentro da última parte de nossa dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminada (interrompida) a etapa de teorizações e análises de recortes do vasto *corpus* de nossa investigação, lançamo-nos a não mais simples tarefa de “fechar” esta dissertação. Na procura por conclusões, deparamo-nos com processos inconclusos e discursos que clamam por “novas buscas”. Ainda assim, trataremos de retomar parte destes resultados, pese a sua incompletude intrínseca, a partir dos objetivos e hipóteses inicialmente propostos.

Durante o trabalho de análise, re-visitamos, por assim dizer, os efeitos de sentidos naturalizados em torno da oferta, obrigatória por lei, da língua espanhola no Brasil. A série de repetições formais e paráfrases que, de maneira quase hegemônica apontavam o Mercosul como causa bastante para o acontecimento da lei 11161/05, paulatinamente foram sinalizando para uma certa desorganização da memória e derivas necessárias à instalação de “uma nova memória” capaz de legitimar novos efeitos de sentido para o acontecimento.

Além de apontar para esta “nova memória”, o trabalho sugere re-significações que acompanham o “discurso da integração” desde suas primeiras manifestações, ainda no período das lutas pela independência das ex-colônias ibéricas, até a contemporânea fase da chamada globalização. O discurso da integração, portanto, muitas vezes apresentado em sua forma singular, só o é lexicalmente. Discursivamente, os discursos da integração (ou mesmo os discursos das integrações) compartilham efeitos de sentido que, em seu escopo, incluem desde interesses de (re)aproximação entre povos “irmãos”, com apelos ao resgate do sentimento de “família” e de “intimidade” entre os povos colonizados; signo de força que se contrapõe ao inglês/americano; até a união de colonizador e colonizado, sob a bandeira de um “legítimo e natural” re-encontro entre povos a partir de uma origem e cultura comuns: a “pátria ibero-americana”, como sugerem os últimos recortes analisados. Esta última, por sua vez, revela a existência de um trabalho ideológico específico: o efeito de um discurso de caráter fundacional.

O reconhecimento de “um” discurso de caráter fundacional, seguindo a caracterização de Orlandi e Zoppi-Fontana, que estaria na base de uma importante resignificação para o discurso da integração, dita novos rumos ao trabalho de análise. A introdução, principalmente nas seqüências discursivas oriundas de documentos contemporâneos à aprovação da Lei 11161/05, da chamada “integração ibero-americana” se processa mediante a instalação de novos (efeitos) de sentido para a presença da língua espanhola no currículo escolar brasileiro. Sentidos estes produzidos pelo trabalho (ideológico) de um discurso de caráter fundacional.

O que passamos, dentro da dissertação, a denominar discurso fundacional funciona como uma matriz de novos sentidos ou, como refere Orlandi, o discurso que “cria uma nova tradição, (...) resignifica o que veio antes e institui aí uma nova memória.” (2003, p.13). A sequência que melhor representa o trabalho de instalação de uma nova memória para a língua espanhola no contexto de nossa investigação vem a ser a fala do rei espanhol Juan Carlos (SD30)⁸⁹. Esta trata de introduzir discursivamente novos sentidos para a língua do colonizador/dominador e, metaforicamente, novos sentidos para a relação colonizador /colonizado. Processa-se uma substituição, no discurso, de (efeitos de) sentidos “negativos” para a língua de Cervantes – presentes em memórias anteriores - por outros necessários à construção de uma nova memória para o elemento ibérico e a língua espanhola: uma memória que autorize novos sentidos para a constituição de uma *natural e legítima* integração ibero-americana.

Esta nova memória vem a desautorizar sentido(s) anterior(es), o que explica o funcionamento do discurso da integração ibero-americana que está na base da construção de sentidos para a mudança de *status* da língua espanhola a partir do acontecimento da lei 11161/2005. Há um rompimento com outros possíveis (efeitos) de sentidos em torno da língua espanhola, a qual deixa de ser língua do colonizador; língua imposta; língua estrangeira; língua dos vizinhos latino-americanos; língua da resistência; língua de oposição à hegemonia norte-americana, entre outras possíveis designações, para converter-se em língua da comunidade ibero-americana, legítima e naturalmente constituída a partir de uma identidade comum.

Estas leituras vêm a ratificar os objetivos iniciais de nossa investigação que se propunham, entre outros aspectos, a desnaturalizar os sentidos criados em torno da oferta obrigatória de língua espanhola na rede de ensino brasileira a partir da aprovação da Lei 11161/05. Naturalização esta que se presentifica no discurso da integração lingüística dos países vizinhos do Mercosul via disseminação do estudo da língua espanhola no Brasil (e português nos demais países do bloco); ou ainda que trata o conjunto de iniciativas de mudança de *status* para a língua espanhola como signo de um imperioso interesse de (re)aproximação com os povos vizinhos do continente, no âmbito de implantação de políticas regionalizantes.

⁸⁹ **SD30:** *Nossa língua [espanhola] nunca foi língua de imposição, senão de encontro; nunca se obrigou ninguém a falar em castelhano: foram os mais diversos povos que fizeram seu, por libérrima vontade, o idioma de Cervantes.* (Rei espanhol Juan Carlos, 23/04/2001, Madri, tradução nossa)

O Mercosul como razão suficiente para a aprovação da Lei 11161/05 constitui, no interior de nossas hipóteses, o (efeito de) sentido cristalizado/naturalizado em torno da oferta obrigatória de Língua Espanhola na rede pública de ensino brasileira.

A construção do sentido de língua espanhola como elemento que vem contribuir para uma integração regional atravessa todo o *corpus*, como já sugere o título de nosso segundo capítulo “Integração: o discurso ‘nosso’ de todas as épocas”. Diferem, contudo, os sentidos de “integração” e a própria significação de “regionalidade”. Ainda que não nos lancemos aqui a revisitar todos os sentidos desvelados pelo trabalho de análise, chamamos a atenção para o contraste significativo que se estabelece entre a proposta de implantação da língua espanhola no contexto dos anos 50 e no âmbito da aprovação da lei 11161 de 2005. No primeiro cenário, a língua espanhola apresenta-se como signo de identidade comum das ex-colônias ibéricas frente à hegemonia norte-americana no continente, dentro de um discurso da resistência.

As seqüências discursivas de documentos do período Juscelino Kubitschek trazem um discurso da integração cujo funcionamento encontra-se intimamente relacionado ao discurso da integração pan-americanista. Ou melhor, de uma nova leitura proposta por Juscelino Kubitschek ao pan-americanismo já em marcha no Continente. No jogo de forças que caracterizou o período, a língua espanhola significava diferentemente daquilo que viria a significar em fases ulteriores do *corpus*: a instalação do Mercosul e a aprovação da lei 11161/05. Com Juscelino, os sentidos pretendidos para a língua espanhola incluem: meio de “fortalecimento da América Latina” e “maior estreitamento dos povos do continente americano”; “instrumento de aproximação estratégica entre os povos irmãos”, sobretudo para fazer frente ao subdesenvolvimento dos países do hemisfério sul.

Dentro do pan-americanismo proposto por Juscelino Kubitschek, o ensino de língua espanhola emerge discursivamente como metáfora da equiparação de forças com os Estados Unidos: o espanhol equiparado ao inglês no currículo como uma reorganização de forças no continente americano. A rejeição do projeto de lei 4606/58, apresentado por Juscelino Kubitschek ao Congresso para tal finalidade, sinaliza o jogo de forças presente no processo de configuração da chamada “guerra fria”, quando os Estados Unidos assumem um protagonismo destacado frente às forças políticas opostas.

O contexto da aprovação da lei de 2005, por sua vez, sugere uma maior heterogeneidade de discursos e sentidos em torno da língua espanhola. Ainda que, muito certamente, não tenhamos esgotado as possibilidades de leituras, dois principais (efeitos) de sentido se sobressaem a partir de análises. Temos o sentido que denominamos “cristalizado, naturalizado” e a partir do qual nos lançamos a problematizar o objeto: a língua espanhola

como demanda imperativa para a comunicação com os demais países do Mercosul. E há um sentido silenciado, contemporâneo à aprovação da Lei 11161/05. Sentido construído a partir do trabalho ideológico do discurso que passamos a denominar discurso fundacional e que visa a re-introdução do elemento ibérico espanhol nos moldes de uma integração ibero-americana, de uma comunidade “legítima” e “naturalmente” constituída por povos dos dois lados do Atlântico, em um esforço para redimensionar discursiva (e pragmaticamente) a relação colonizador/colonizado.

Ao introduzir discursivamente as noções de “legitimidade” e “naturalidade” à crescente presença espanhola no cenário econômico e educacional brasileiro, o discurso da integração ibero-americana silencia os demais sentidos que a presença do colonizador ibérico no continente possa produzir. Por outro lado, lança importantes questões sobre o caráter polissêmico de “integração”, bem como dos adjetivos “regional” e “comum” que tipificam discursivamente as comunidades de qualquer índole (lingüística; econômica;...). Na Formação Discursiva da colonização, a presença ibérica na América se dá pelo viés da “dominação e imposição econômica, religiosa, lingüística e cultural” (cf. Galeano; Todorov), enquanto a integração ibero-americana trata de re-inserir o mesmo elemento ibérico a partir do “desejo de aproximação” do colonizado em relação ao colonizador, dentro do âmbito do reencontro de povos unidos por valores comuns. Uma mudança que, em realidade, instala um simulacro de transformação. Esta inversão, este deslize de sentidos para a relação colonizador/colonizado, não seria possível sem o trabalho ideológico de um novo discurso que visasse à construção de uma nova memória capaz de redimensionar discursivamente a relação colonizador/colonizado em torno de um projeto “comum” revelado através de uma integração ibero-americana. Paralelamente, e de maneira paradoxal, é função deste “novo” discurso (fundacional) produzir os sentidos de “desejo de re-aproximação”, “de pátria comum”, com matizes de “naturalidade” e “legitimidade” historicamente (discursivamente) construídos, em uma tentativa de minimizar os interesses econômicos que se encontram na base das políticas lingüísticas em questão.

Do ponto de vista pragmático, as leituras proporcionadas por nossa investigação trazem conseqüências que classificamos como impactantes. Referimo-nos, prioritariamente, às reflexões que, de agora em diante, poderão/deverão ser incorporadas à prática docente e discente no âmbito do ensino/aprendizagem da língua espanhola nas escolas brasileiras. As leituras reveladas ao longo da dissertação aportam, e disso estamos convictos, elementos crítico-reflexivos suficientes para suscitar/embarasar discussões referentes às políticas lingüísticas orientadas à implantação do ensino da língua espanhola no atual sistema

educacional brasileiro. E nisto, provavelmente, resida a principal contribuição deste trabalho acadêmico: sua relevância pragmática e a contemporaneidade de seu enfoque.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et al..*Papel da Memória*. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 11-17
- AMARAL, Maria Virginia B.. *Discurso e relações de trabalho*. Maceió: EDUFAL, 2005
- BARROS, Helena Heller Domingues de. *Língua Espanhola*. Estudo da Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Brasília, DF, fevereiro, 2001.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. *Ensino de qualidade e cidadania nos Parâmetros Curriculares Nacionais: o simulacro de um discurso modernizador*. 2002. Tese.(Doutorado em Lingüística) – UFAL, Maceió, Alagoas, 2002.
- COURTINE, Jean-Jacques. Del Discurso Político: el discurso comunista dirigido a los cristianos. Tradução ao español: María del Carmen Saint-Pierre. *Langages*, França, nº 62, jun. 1981
- DOZER, Donaldo Marquand. *América Latina, uma perspectiva histórica*. Tradução: Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1966.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. Tradução: Frederico Pessoa de Barros et al. São Paulo: Cultrix, 2007
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. São Paulo: Pontes, 1987
- FANJUL, Adrián Pablo. *Português-Espanhol: línguas próximas sob o olhar discursivo*. São Carlos: Claraluz, 2002.
- FLORES, Maria Candida Galvão. *O Mercosul nos discursos do governo brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2005
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 13 ed. Tradução: Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*.
- HAMEL, Rainer Enrique. La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. In: ORLANDI, Eni (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988
- HOUAISS, minidicionário da Língua Portuguesa. 2 ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2004
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- _____. *Teorias da globalização*. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

LACERDA, Gustavo Biscaia de. *Modelos de relacionamentos interamericanos*. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Associação Nacional de História –ANPUH, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org> . Acesso: 21/11/2008

LAPESA, Rafael. *El español moderno y contemporáneo*. Barcelona: Crítica, 1996. 504 p.

_____. *Historia de la lengua española*. 9ed. Madrid: Gredos, 1980

LIPSKI, John M. *El español de América*. Madrid: Cátedra, 1994

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1994.

MOITA LOPES, Luis Paulo da. *Oficina de lingüística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. 5 ed. Campinas: Mercado de letras, 2005.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro: Barsa Consultoria Editorial, 2001. ver. at V. VIII, p. 419; V. XIII, p. 81.

ORLANDI, Eni. (org.) *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed.. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. (org.) *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

_____.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes. 2006

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6 ed.. Campinas: Pontes, 2005

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004

_____. (org.) *Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. 3ª ed.. Campinas: Pontes, 2003.

_____. (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Cortez. 1990

_____. (org.) *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PÊCHEUX, Michel ; GADET, Françoise. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Tradução Bethânia Mariani; Maria Elisabeth C. de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Orlandi. 3 ed.. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al..*Papel da Memória*. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-56

_____ ; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1988.

PEÑA, Félix. (ARI n. 80-2005) El Mercosur y su futuro: una visión argentina. *Real Instituto Elcano*. 22 jun. 2005. Disponible em: <http://www.realinstitutoelcano.org>. Acesso em: 11 mar 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix. 25ed. 2003

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1992

SERRANI, Silvana M. Por una política plurilingüista y una perspectiva pragmático-discursiva en la pedagogía de lenguas. In: ORLANDI, Eni (org.). *Política Lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993

TREVISAN, Leonardo. *Estado & Educação na história brasileira (1750/1900)*. São Paulo: Moraes, 1987.

VALLE, José del. *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2007

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Sonhando a Pátria: os fundamentos de repetidas fundações. In: ORLANDI, Eni (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Unicamp. 1997

REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

Instituto de Políticas Lingüísticas – IPOL: www.ipol.org.br

Portal Oficial do Mercosul: www.mercosur.int

Casa Real Espanhola (Discursos do rei Juan Carlos I): www.casareal.es

ARTIGOS JORNALÍSTICOS

Imprensa Internacional

ARIAS, Juan. Se Brasil tivesse professores, Espanhol seria língua obrigatória. *El País*, Madri, 20 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0007.html>. Acesso em: 1/09/2007

ARIAS, Juan. Escolas do Brasil vão ter espanhol obrigatório. *El País*, Madri, 1 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.abrelivros.org.br>. Acesso em: 8/01/2008

ARIAS, Juan. Escolas do Brasil vão oferecer curso de espanhol. *El País*, Madri, julho de 2005

ARIAS, Juan. Brasil entra na órbita do espanhol. *El País*, Madri, 18 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.elpais.es>. Acesso em: 8/01/2008.

MORATINOS, Angel Miguel. Más que la Commonwealth o la francofonía. *El País*, 12 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www.elpais.es>.

SOUTULHO, Joám. Lula censurado pelo nacionalismo espanhol? *Associação Galega da Língua –AGAL*. Galícia, Espanha, 25 de junho de 2003. Disponível em: <http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=print&sid=762>. Acesso em: 14/04/2008

STOCK, Adriana. Lula vai reforçar “troca de dívida por educação”. *BBC Brasil.com*, 15 de outubro de 2005. Disponível em: <http://bbc.co.uk>. Acesso em: 10/09/2008.

FERNANDES, Daniela. Brasil consegue vitória em reunião da Unesco, diz Haddad. *BBC Brasil.com*, 10 de outubro de 2005. Disponível em: <http://bbc.co.uk>. Acesso em: 10/09/2008.

Imprensa Nacional

COSTA, Alexandre. Câmara aprova projeto que obriga o ensino do espanhol nas escolas. *Portal MEC*, Brasília, 8 de julho de 2005. Disponível em: <http://www.abrelivros.org.br>. Acesso em: 1/9/2007

NERY, Flávia. Lula falará de troca da dívida por educação na Espanha. *Portal MEC*, Brasília, 13 de outubro de 2005. Disponível em : <http://www.abrelivros.org.br> . Acesso em: 10/09/2005

DOCUMENTOS e PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS

- Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942**
- Projeto de Lei 4.606 de 1958***
- Mensagem do Poder Executivo n 337 de 1958***
- Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek sobre a Operação Pan-Americana, Rio de Janeiro, 1958***
- Exposição do Presidente Juscelino Kubitschek às Forças Armadas sobre a “Operação Pan-Americana”, Palácio Itamaraty, em 17 de julho de 1958***
- Tratado de Assunção, Montevideu , Uruguai, 26 de março de 1991**
- Protocolo de Intenções dos Ministros de Educação do MERCOSUL, Brasília, em 13 de dezembro de 1991**
- Protocolo de Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994**
- Declaração de Salamanca, Espanha, outubro de 2005 (XV Cumbre Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo)**
- Discurso do rei espanhol Juan Carlos I, abertura do IV Congresso Internacional da Língua Espanhola, Cartagena de Índias, 26 de março de 2007**
- _ Palavras do Rei Juan Carlos I, Ato de Entrega do Prêmio “Miguel de Cervantes” a Francisco Umbral, Madri, 23 de abril de 2001**
- Parâmetros Curriculares Nacionais –PCNs- 1998**
- Lei 11.161, de 5 de agosto de 2005***

* Documento em anexo.

ANEXOS

JUSCELINO KUBITSCHER DE OLIVEIRA

DISCURSO
SÔBRE A
OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

RIO DE JANEIRO
1958

CREIO chegada a hora de um pronunciamento claro e sincero do Brasil em relação a alguns assuntos de política internacional. É a hora de o nosso país dizer, com maior calor e objetividade do que o tem feito até aqui, o que pensa no debate que se vem travando entre as forças que, dividindo o mundo, se defrontam e se ameaçam, e ora se aproximam, ora se afastam, transformando a época em que vivemos num tecido de inquietações e sobressaltos. Não é admissível que uma nação como esta não tenha que opinar com maior autoridade naquilo que põe em permanente perigo a existência das sociedades humanas, uma vez que estão em jogo, necessariamente, também os nossos interesses mais vitais.

Já não nos é possível continuarmos em atitude próxima ao alheamento, mais como assistentes do que participantes do desenrolar de um drama em cujas conseqüências estaremos envolvidos, como se nele tivéssemos atuado de forma ativa. O não compartilharmos, senão simbolicamente, da direção de uma política, o não sermos muitas vezes ouvidos nem consultados — mas ao mesmo tempo estarmos sujeitos aos riscos dela decorrentes, tudo isso já não é conveniente ao Brasil. Apesar das dificuldades de caráter econômico ligadas ao nosso processo de crescimento, já atingiu este País um grau, no plano espiritual e material, que é forçoso reconhecer-se-lhe, não apenas o direito, mas a obrigação de fazer-se ouvido. Não pode ele continuar

aceitando passivamente as orientações e os passos de uma política com a qual não é cabível esteja apenas solidário de modo quase automático, solidário por hábito ou simples conseqüência de posição geográfica. Reclamamos o direito de opinar e colaborar efetivamente — o que é um imperativo de nação que se sabe adulta e deseja assumir a plenitude de suas responsabilidades numa política que é a sua própria.

3 Verifico que no Brasil — e creio que nos demais países do Continente — amadureceu a consciência de que não convém mais formarmos um mero conjunto coral, uma retaguarda incharacterística, um simples fundo de quadro. Este tipo de representação no drama do mundo não interessa a ninguém, menos ainda à grande democracia norte-americana.

4 Uma participação dinâmica nos problemas de âmbito mundial — é este pelo menos o pensamento do meu Governo — deve ser precedida de uma rigorosa análise da política continental. Foi este o exato sentido de minha intervenção junto ao Presidente Eisenhower.

5 Quanto à Operação Pan-Americana em vista, desejo ressaltar o que já foi por todos compreendido: o Brasil pretende apenas colaborar, na medida de suas forças, para um entendimento geral e efetivo entre os países irmãos do Continente. Nada pleiteia para si, isoladamente, nem haverá, nas gestões específicas da Operação iniciada, cabimento para conversações bilaterais. Não há, nesta comunidade de nações livres, pretensão a liderança que logre resultados fecundos e duradouros.

6 Um dos fatores mais auspiciosos das possibilidades de êxito desta campanha — cuja idéia não é minha, nem de meu

país, mas de todos os povos da América — está em que não medram entre nós competições de prestígio. Pelo que depreendo, tanto das reações que agora tenho observado, como da experiência que recolhi dos contatos com personalidades de relêvo, visamos todos a um esforço conjunto para o fim exclusivo de transformar o pan-americanismo em realidade viva, numa política de ardente fraternidade e de indestrutível unidade continental. E estou certo de que o realizaremos. Sei bem — e não necessito de nenhum novo elemento de convicção — que a força e, mesmo, a possibilidade de êxito de uma empresa tão grande como esta, que pretende a revisão de toda uma política — se concentra na energia pertinaz e no desprendimento dos egoísmos. A indagação, amiga e oportuna, que dirigi ao Presidente Eisenhower, foi um grito de alerta contra a guerra fria que já começa a apresentar os seus primeiros sintomas em nosso Continente: — que fizemos, de real, pela causa do pan-americanismo? Não será bom procedermos a um exame de consciência coletivo? Tem êsse sentido minha mensagem ao Presidente Eisenhower, homem provado em lutas e responsável pela defesa e preservação de valores caros à civilização ocidental.

7 Nas duas grandes guerras que o nosso tumultuado século conheceu, sofreram os Estados Unidos a imolação de incontáveis existências da sua preciosa juventude. Êste foi o investimento supremo feito voluntariamente em favor do direito e da dignidade da pessoa humana.

8 Deus sabe, porém, que, apesar de muitos sacrifícios e muito sangue derramado, os Estados Unidos, hoje mais do que

nunca, necessitam e têm sede de justiça, pela sua contribuição em favor da liberdade no mundo.

9 Procurar-se-iam, em vão, nas páginas da história universal, exemplos de assistência tão desinteressada quanto a do Plano Marshall e a dos programas de ajuda e de empréstimo executados pelo Governo dos Estados Unidos, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. É oportuno ressaltar, entretanto, que quase toda a ênfase foi posta na reconstrução, sem que suscitasse igual interesse o seriíssimo problema do desenvolvimento dos países de economia ainda rudimentar.

10 Nesses treze anos que se seguiram ao fim da luta contra o totalitarismo, os Estados Unidos voltaram o melhor da sua atenção e recursos para os pontos do globo onde mais acesa se apresentava a disputa Leste-Oeste.

11 Assim, a América Latina, que também contribuíra para a vitória democrática, viu-se, em pouco, em situação econômica mais precária e aflitiva do que a das nações devastadas pela guerra, e passou a constituir o ponto mais vulnerável da grande coligação ocidental.

12 Essas observações decorrem apenas do dever de advertir os nossos aliados e amigos dos graves riscos em que incidiriam, no caso de persistirem em não se dar conta de uma crise de existência inegável e conseqüências imprevisíveis. É oportuno assinalar, entretanto, que o pensamento do Presidente Eisenhower, expresso na carta que me remeteu, vem ao encontro das nossas preocupações no que toca aos problemas do subdesenvolvimento.

13

Não se poderá, em conseqüência, prestar maior serviço ao ideal pan-americano do que o de tentar eliminar a sua grande chaga: — o subdesenvolvimento. Não se trata de resolver uma simples situação econômica nem unicamente de colocar a questão em termos de reclamação de auxílios, a pretexto de uma determinada política para as zonas desamparadas do continente. O que representa o estado de miséria e de ausência de um mínimo de conforto para seres humanos não é um fenômeno apreciável somente em termos econômicos. Há uma definição política, e ética também, para o subdesenvolvimento. Difícil é difundir o ideal democrático e proclamar a excelência da iniciativa privada no mundo, quando em nosso Hemisfério predominam condições econômico-sociais, reflexos do subdesenvolvimento, conducentes ao estatismo. E também não é justo nem concebível que nos intitulemos defensores e nos declaremos dispostos a lutar pela moral cristã — se não fizermos um esforço conjunto no sentido de erradicar o sofrimento que pesa sobre tantas vidas.

14

Não creio que haja alguma possibilidade de êxito em fundarmos uma sólida união, se diversos elos da cadeia continuarem tão desigualmente resistentes.

15

Não há tempo a perder, nem gastos irreprodutivos no combate à doença do subdesenvolvimento. Se precedentes alguns cálculos que apresentam índices impressionantes de um crescente desenvolvimento dos países opostos ao nosso sistema democrático, não há de fato imprudência maior do que a de não atacar de frente a anemia econômica que debilita zonas inteiras deste lado do mundo. Sanear essas zonas, revigorá-

investimento
assist. técn.
defesa por
produtos base
atualizar o
organismos fi-
nanciários
recursos.
recursos
de alto ni-
vel político

las, torná-las mais prósperas, equivale a usar medidas preventivas e estratégicas de grande sabedoria, alcance e segurança. Para atingirmos esse alto objetivo poderíamos valer-nos de corretivos há muito preconizados, mas cuja aplicação plena não deve ser mais retardada.

Assim, deveria ser intensificado o investimento pioneiro em áreas economicamente atrasadas do Continente, a fim de contrabalançar a carência de recursos financeiros internos, e a escassez do capital privado. Simultaneamente, para melhorar a produtividade e, por conseguinte, a rentabilidade desse investimento, desdobrar-se-iam os programas de assistência técnica. De igual significação e de grande urgência seria a adoção de medidas capazes de proteger o preço dos produtos de base das excessivas e danosas flutuações que o caracterizam. Finalmente, deveríamos atualizar os organismos financeiros internacionais, mediante ampliação de seus recursos e liberalização de seus estatutos, com o objetivo de facultar-lhes maior amplitude de ação. Esses assuntos, e outros que mereçam ser propostos, deveriam encontrar o seu fóro próprio em reunião do mais alto nível político do Continente, na qual, ao contrário do que tem acontecido, fossem dadas soluções práticas, eficazes e positivas.

A luta contra o subdesenvolvimento, sem excluir a justiça e a lei moral, que condenam como impiedosa a coexistência da miséria e do excesso de riquezas, representa investimento a longo prazo, de rentabilidade segura, para a defesa das Américas.

Consentir que se alastre o empobrecimento neste hemisfério é enfraquecer a causa ocidental. Não recuperar, para um

x

18

nível de vida compatível com os foros da dignidade humana, criaturas que englobamos na denominação de povos irmãos — é semear males em terreno propício para as mais perigosas germinações.

19 Mas se é preciso que os mais favorecidos se dediquem a essa causa de fundamentos políticos, éticos e econômicos, força é que se forme um ambiente continental receptivo, uma atmosfera de compreensão capaz de suprimir resistências negativas provocadas por longa intimidade com a desesperança.

20 Não há missão mais elevada do que essa. Não há mais nobre cruzada para os que se tornaram poderosos e fortes graças ao espírito de iniciativa e ao trabalho criador.

21 Ninguém duvida de que as nações deste continente saberão encontrar um dia a sua redenção econômica, mesmo que não se efetive a operação de unidade e colaboração mútua como a que se tenta planejar. Mas longo é o caminho e muitas gerações serão sacrificadas numa penosa espera. A Causa Ocidental sofrerá inelutavelmente se lhe faltar apoio no próprio hemisfério em que o avanço do sistema materialista encontra resistências morais mais decididas.

22 Ninguém se iluda: é impossível empenharem-se numa mesma campanha, integrarem-se no mesmo combate, povos de condições de vida tão díspares, e fazê-los adotar os mesmos valores, e experimentar as mesmas reações diante de certas ocorrências e doutrinas.

23 Esta é uma verdade que necessita ser reconhecida e proclamada enquanto é tempo. A união das Américas, além de um ideal, é um imperativo da nossa sobrevivência.

Cont. de Portugal
em 17

EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ÀS FÓRCAS ARMADAS SOBRE
A "OPERAÇÃO PAN-AMERICANA", FEITA NO PALÁCIO ITANABETTY, EM 17
DE JULHO DE 1958

"Encontra-se o Brasil empenhado, como todos o sabem, em uma ação internacional, que repete de maior relevância e à qual tenho dedicado o melhor de meus esforços. Os primeiros resultados dessa cruzada constituem pronúncios encorajadores e não há negar que conseguimos colocar na ordem do dia dos regimes problemas internacionais e debate sobre a revisão da política continental nos quadros de uma Operação Pan-Americana.

Julguei agora de meu dever congregar-vos, como ilustres representantes das Forças Armadas nacionais, para proporcionar-vos um conhecimento mais direto e mais preciso a respeito da gênese e finalidades dessa iniciativa. As Forças Armadas constituem o cimento da unidade nacional e o sólido baluarte da nossa segurança. Em seus quadros de terra, mar e ar, em seus oficiais e soldados, vemos representadas todas as classes que compõem a nossa nacionalidade. Seu esforço, nobre e diuturno, não se limita aos objetivos próprios da defesa do país. Dirige-se, também, ao estudo dos nossos grandes problemas e à valorização do homem brasileiro, mercê de uma ação formadora e educativa que se difunde proveitosamente por todo o nosso território. Eis porque me parece oportuno dar-vos conhecimento pleno da obra continental que estamos encetando, no sentido de fazer confluírem as energias da América para uma revitalização do pan-americanismo, em face das exigências da presente conjuntura mundial.

Neste conturbado após-guerra, encontra-se o mundo sob o signo do gigantesco conflito ideológico, político e econômico travado entre as nações democráticas, defensoras dos princípios de liberdade e respeito à pessoa humana, e as oligarquias que se servem de uma concepção pseudo-científica da vida em sociedade para subjugar

subjugar gerações inteiras a uma organização coletivista.

O estudo das relações internacionais, nesta fase da história, nos mostra que, se, por várias vezes, esteve iminente o risco de uma conflagração armada geral, sempre puderam os focos de propagação ser localizados, graças a uma ação firme e paciente, que, sem sacrifício de princípios inalienáveis, jamais se tem recusado aos esforços de negociação.

Parece, assim, afastado, de imediato, o perigo da guerra total, não só graças à tenacidade das democracias unidas em uma organização defensiva e coesas em sua ação política em prol da paz, mas também pela convicção geral de que, dum contenda onde se empreguem todos os formidáveis recursos da técnica moderna, só resultariam vitórias de ferro, a unir no sofrimento e na destruição vencidos e vencedores.

Seja que, por um momento sequer, possam ser abandonados os aspectos propriamente estratégicos da situação atual, também se voltam agora as atenções para uma ameaça mais sutil, porque menos espetacular e mais difusa. Refiro-me à tomada de posições com o aproveitamento das fraquezas estruturais, quer políticas, quer econômicas, que se notam em certos pontos sensíveis de atrito entre as forças antagônicas. A técnica da insídia e da penetração lenta, os ardis de conquista das opiniões públicas, a manipulação hábil das legítimas aspirações nacionalistas, o cultivo dos germes de insatisfação e revolta, a cuidadosa sondagem dos pontos vulneráveis, o aproveitamento dos ódios raciais e de classe não constituem novidade no arsenal das forças desagregadoras. Tornam-se, agora, porém, atividades de eleição, que cada vez mais tendem a substituir a agressão direta.

É velha a lição da história. Se Tróia - para usarmos de exemplo clássico - resistiu impávida a dez anos de cerco, verdade é que se entregou num átimo por ter aceite e recebido dentro de seus muros o cavalo e o que trazia em seu bojo. A imagem vetusta e tão usada, vale ainda hoje em dia, convidando à reflexão. Os gis

Os sistemas defensivos mais perfeitos não conseguirão proteger fortalezas interiormente seladas. A unidade de ação política, em conjugação com o mais cuidadoso preparo da defesa militar, constitui fatores imprescindíveis, mas não bastam para eliminar o perigo.

Sabemos que a antiga tática vem sendo usada repetidamente, surtindo efeitos por vezes maiores que a ofensiva dos exércitos. Em nossos dias, temos visto, como precursor do ataque frontal, o trabalho sobre os espíritos, com a criação de estados de ânimo coletivos que servem às finalidades do agressor externo e que brantam as energias indispensáveis à defesa. A estratégia ideológica, a elaboração e execução de grandes planos de campanha, em que a propaganda clandestina e aberta, a persuasão individual e a obra de proselitismo são empregadas sistematicamente, demonstraram sua eficácia e muita vez alcançaram êxito integral. Nas comunidades modernas, o isolamento cedeu lugar a intercâmbios intensos e multiformes com o mundo exterior, tornando-se permeáveis as barreiras entre os povos. Se isso veio multiplicar as possibilidades de compreensão entre os homens, trouxe igualmente um processo de nivelamento psicológico das coletividades diversas, uma tendência à criação de um denominador comum das aspirações sociais. Na era da técnica, a preocupação com o bem-estar social, a procura de formas de organização menos imperfeitas, o desejo de igualamento aos mais favorecidos, são constantes que aparecem em cada povo. Daí a facilidade da introdução de ideologias e da sua utilização com propósitos bem definidos de enfraquecimento dos organismos nacionais. Aprendemos na última guerra mundial que, graças a tais processos de infiltração, pode um país estar vencido antes de iniciar a luta. Não preciso insistir convosco neste ponto, versados que sois na conceituação ampla da segurança nacional.

Para que logre resistir à infiltração lenta e persistente que o conduziria à impetência final, deve o Ocidente apresentar-se como um conjunto de nações sólidamente estruturadas, que ag

que assentem em firmes bases de sã organização política e próspera atividade econômica.

Não é este, infelizmente, o quadro que se nos defronta. Não que faltam os meios. A ciência colocou ao alcance do homem, em poucas décadas, recursos incontáveis e poderosos. Em aceleração geométrica progressiva, a tecnologia moderna, em todos os campos, veio possibilitar realizações nunca dantes sonhadas. Os meios de produção em massa tornaram possível uma vida mais confortável, mais liberta dos servidões que nos impunha a natureza. Os sistemas de transmissão de idéias e imagens tornam fácil a difusão dos conhecimentos e aprazível a utilização do laser. Os progressos da química e da medicina são hoje de ordem a afastar do homem um sem-número de males que o afligiam. As fontes de energia podem ser mais bem aproveitadas e novas fontes foram postas à nossa disposição. Em teoria, está o homem aparelhado para viver mais e melhor.

Na prática, contudo, os avanços tecnológicos não aproveitam igualmente a toda a humanidade. Antes, acentuam-se de modo alarmante os abismos que separam os povos mais providos daqueles mais carecedores de riquezas e recursos técnicos. Os que levam a dianteira, cada vez mais se distanciam dos que não chegaram ainda a mobilizar os seus recursos naturais e seu potencial econômico e demográfico. Formam-se assim, progressivamente, no mundo, comunidades cujos problemas econômicos e sociais se resolveram harmoniosamente, ao lado de populações impedidas de satisfazer suas necessidades mais vitais, incapazes de dar combate eficiente à miséria e à doença. Nações economicamente poderosas e subdesenvolvidas convivem no globo. Trata-se de um fenômeno que decorre de causas múltiplas e complexas, que demandam análise cuidadosa. Quero apenas deixar aqui assinalado um aspecto dos mais importantes o que tanto deve preocupar-nos: para os países do Ocidente, a solução do problema do subdesenvolvimento interessa vitalmente à segurança coletiva.

coletiva.

Em face dessas considerações, cabe situar certos fatos recentes, que vieram pôr à mostra um elo vulnerável na cadeia ocidental e patentearam a necessidade de que algo se faça para reforçar a nossa capacidade de resistência. Tais fatos tiveram lugar em nosso próprio continente. Constituíram a eclâsão de um latente estado de coisas. Foram sintomas, signos aparentes de uma situação larvada. Ninguém ignora as manifestações agressivas de que foi alvo um estadista do nosso hemisfério em visita a países sul-americanos. Ninguém ignora que êsses incidentes foram provocados e canalizados por uma minoria interessada em fomentar discórdias na família continental. Ninguém de boa fé lhes poderá atribuir a importância de verdadeiras e espontâneas manifestações populares dirigidas contra uma nação na pessoa de um dos seus mais altos representantes. Que ninguém, no entanto, pretenda fechar os olhos à realidade e considere possível continuarmos serenos o nosso caminho, sem atentar para sinais precursoros de tanta monta. Seria erro profundo, de conseqüências certas e funestas. Se aos agitadores foi dado deslustrarem as cerimônias de acolhida ao ilustre visitante, se conseguiram achar quem lhes desse ouvidos e apoio, certo é que a má semente começa a encontrar terreno propício. Nem isso escapou à clarividência daquele estadista que, regressando ao seu país, deu alta demonstração do seu objetivismo e espírito público, não se deixando dominar por compreensível indignação, mas, ao contrário, ressaltando que cumpria interpretar de maneira construtiva a desagradável experiência. Coube-lhe, dêsse modo, a primazia no procurar ensinamentos face ao acontecido. Confortadora foi a reação de todos os setores responsáveis nos países em foco e em todo o continente. A agressão injustificada mereceu geral repulsa e não se fizeram esperar os desagravos. Não se fez, contudo, a penosa impressão de estretecimento nas relações interamericanas.

A reflexão sobre essas ocorrências, que repercutiram desfavoravelmente na opinião pública mundial, conduziu-me à convicção de que cumpria às nações americanas não mais que dissipar um

dissipar um simples malentendido. Pareceu-me necessário um esforço no sentido de preservarmos e reforçarmos a unidade do continente. Impunha-se para tanto, a meu ver, nada menos que um reexame das bases em que assentam as relações entre os países desta região, um estudo acurado da fisiologia do sistema pan-americano.

Levado por essas considerações e de conformidade com os dispositivos constitucionais que me atribuem a direção da política externa do país, tomei a iniciativa de dirigir ao Presidente dos Estados Unidos da América a carta de todos conhecida e na qual se contém a idéia de um exame de consciência coletivo sobre o que se tem feito e o que caberia fazer em prol do pan-americanismo, com vistas ao fortalecimento da unidade continental. No discurso que pronunciei em 20 de junho, perante os Embaixadores de todas as Repúblicas americanas, acreditadas junto ao meu Governo, procurei definir melhor as idéias que inspiraram essa missiva.

Ao assumir essa posição, ao lançar êsse brado de alarme, não teve o Brasil qualquer pretensão de assumir liderança no continente. Animou-nos tão somente a idéia de dar uma expressão atuante a um sentimento que pertence a toda a América.

Pareceu-nos também que o Brasil tinha, como todas e cada uma das nações irmãs, o direito de exprimir sua opinião sobre o esforço comum em que estamos envolvidos. Nesse país já atingiu um grau de maturidade política e de importância demográfica, econômica e cultural que lhe permite assumir, no concerto das nações, o papel afirmativo que lhe compete. As determinantes geográficas, a nossa formação histórica, os imperativos econômicos e as tradições políticas, religiosas e culturais que nos cumpre resguardar, os próprios interesses da nossa segurança delimitam o nosso campo de ação na esfera internacional e indicam o caminho a seguir. Partecemos à grande comunidade americana e estamos ligados aos demais países do hemisfério por laços indestrutíveis. Na luta comum pela defesa do Ocidente, reconhecemos aos Estados Unidos a pesada

incumbência que lhe foi confiada pelo destino e que essa grande nação tomou a si com plena consciência dos altos valores morais da nossa civilização. Sempre estivemos dispostos - como o estão os outros países do continente - a trazer nossa colaboração à grande tarefa de preservar a paz e a segurança internacionais. Sentimo-nos integrados em uma só atitude fundamental face aos perigos com que se defronta a humanidade nesta hora. Por isso mesmo, e porque está em jogo um patrimônio comum de civilização, não desejamos ser simples elementos secundários. Nossa contribuição só terá valor na medida em que refletir o nosso desejo de analisar com franqueza os grandes problemas de interesse comum, de manifestar livremente os nossos pontos-de-vista, de buscar de modo ativo as soluções mais adequadas às exigências de cada momento. Queremos levar a cabo um trabalho em conjunto, e não permanecer indefinidamente confinados em passiva adesão.

Desejo, porém, reafirmar que nossa iniciativa só terá significado e ganhará momento, só conseguirá dar os frutos almejados, se compreendida como uma resultante da opinião unânime do continente. Em minha mensagem ao Presidente norte-americano, resaltei que não tinha planos rígidos para apresentar. Meu propósito era chamar atenção para uma atmosfera de insatisfação e propiciar um amplo debate sobre o fortalecimento das relações interamericanas.

Esse propósito deve considerar-se alcançado, em vista das reações encorajadoras de numerosos países que compõem a família americana. Posso hoje afirmar, sem sombra de dúvida, que estamos todos convictos da necessidade e da urgência de um detido exame da conjuntura pan-americana. Mais ainda, encontramos-nos de acordo sobre um ponto essencial: a obra de revisão que vamos empreender deve necessariamente dirigir-se a um objetivo central da mais alta importância, qual seja o combate ao subdesenvolvimento econômico que

que assola a América Latina. Consideramos ser esse o cerne da questão. Os países latino-americanos têm feito tudo a seu alcance para cooperar na tarefa de defesa do Ocidente, mas não estarão em condições de atuar com a necessária eficácia enquanto frações consideráveis de suas populações não forem libertadas do espectro da fome e da miséria. O problema não é de caridade ou de filantropia. Não se trata de mendigar precários auxílios, tendentes ao alívio momentâneo de situações insuportáveis. Trata-se de encarar de frente o problema do subdesenvolvimento em todos os seus aspectos, de caracterizá-lo perfeitamente, de apontar-lhe as causas e de dar-lhe remédio graças a providências concretas, cuidadosamente assentadas de comum acordo. Esse esforço deverá processar-se num alto plano de cooperação continental, não devendo confundir-se com as negociações bilaterais ligadas aos interesses específicos de cada país.

É preciso que nos compenetrarmos da idéia de que a luta contra o subdesenvolvimento na América Latina importa em promover a segurança do continente e, nessas condições, deve inserir-se no programa estratégico da defesa ocidental. Algo de concreto e positivo deve ser feito para minorar os sofrimentos de milhões de homens, para elevar o nível de vida de nossas populações e facultar ao maior número o acesso a uma existência material condigna, sem a qual ninguém encontrará alento para dedicar-se de corpo e alma às grandes causas morais e espirituais. O necessitado e o abandonado não podem resignar-se à injustiça de sua sorte, nem ligar-se fraternalmente ao que vive na fartura. As excessivas desigualdades econômicas são geradoras de ressentimento e inquietação. Incontentadas, as massas procuram explicação para seus males em raciocínios simplistas e tornam-se receptivas às propagandas ilusórias. A existência do subdesenvolvimento equivale à "própria presença do adversário em nossa casa". Não podemos por mais tempo permitir que se instale esse inimigo, sob pena de consequências irremediáveis.

queremos marchar na retaguarda incharacterística em matéria de política internacional. Dizendo isto, repito o que, aliás, já afirmei em declarações feitas e discursos preferidos recentemente. Não pretendo que o Brasil assumira posição descabida, pretensiosa ou excessiva em relação às suas reais possibilidades, mas que use de um direito próprio aos países soberanos - o de revelar o seu pensamento, o de fazer ouvir a sua opinião. Se a nossa solidariedade tem um valor positivo, a nossa opinião deverá ter forçosamente esse mesmo valor. Podemos divergir de processos, considerar que uma certa política não ofereça a segurança operacional necessária, sem que isso quebre a solidariedade ao amigo. Nenhum dever é maior que o da fidelidade ao nosso país, ao nosso povo, aos nossos interesses vitais. Antes de mais nada, temos que velar pela nossa segurança. Este é um princípio sagrado. Se a política de nossos aliados importar em prejuízo à nossa segurança, é de nosso dever discordar e pôr em prática o que se apresentar como mais conveniente.

Não necessitamos agitar palavras proclamando continuamente a nossa independência, mas devemos de agir sempre como país independente que desejamos ser.

Já tinha sido redigida esta exposição em que procurei resumir de forma sumária o espírito da operação pan-americana quando se verificaram os acontecimentos do Iraque pondo novamente em perigo a segurança dos povos. Só Deus poderá dizer se o temor de uma destruição parcial do mundo será capaz de conter as duas forças que se ameaçam e se observam atentamente.

À luz do que está ocorrendo neste momento - a simples perspectiva de passarmos a considerar que de uma hora para outra a guerra fria poderá transformar-se em guerra efetiva - com o emprego de todo potencial técnico aplicado à destruição, este momento, enfim, extremamente crítico, em que há poucas horas acabamos de penetrar, valoriza a ideia da Operação Pan-Americana. Somos talvez uma das poucas áreas do mundo em que se pode organizar uma resistência ativa à desordem que está procurando envolver a humanidade.

Somos quasi que a única região do mundo em que ainda é cabível pensar em termos de precaução, de prudência e de defesa. É que a conjuntura se tornou inexoravelmente severa e nada mais resta à grande maioria da humanidade senão esperar que mais uma vez a violência seja detida, que a própria hesitação, diante de uma tragédia de conseqüências imprevisíveis, impeça o deflagrar de uma nova tormenta, que não é certa mas pode se verificar, pois elementos vitais aos países democráticos europeus estão ameaçados. Não nos iludamos, porém, com o muro de proteção que a distância coloca entre nós e os acontecimentos gravíssimos que tanto preocupam os homens em quem razão e os sentimentos de equilíbrio continuam predominando sobre os instintos depredatórios. Todos sabemos que o mundo se intercomunica hoje com uma rapidez fulminante; que as zonas de conflito se aproximam cada vez mais das zonas supostamente protegidas pela distância. Sabeis perfeitamente que se o momento não é de alarme é pelo menos de alerta. Nunca foi tão gravemente de alerta. Temos - muito embora sem perder a esperança de que mais uma vez se encontrará forma de fugir à catástrofe - de agir dentro de um rigoroso espírito de prudência e decisão.

Nossa posição é de expectativa serena - mas temos de convir que estamos vivendo num mundo interdependente, como também temos princípios e sentimentos em jogo e na dependência da decisão de uma luta que infelizmente pode travar-se de forma violenta e que já se está processando sob a forma denominada de guerra fria. Estamos numa posição nítida, embora extremamente delicada. Somos um país de formação cristã, e queremos viver livres de tutelas, no regime que escolhemos, que é o da liberdade e da democracia. Somos, outrossim, um país americano e isto tem implicações em que é preciso pensar com atenção conscienciosa.

O que vos quero dizer neste momento de alerta e que amanhã poderá se modificar consivelmente, apresentando novas esperanças - é que se impõe um estado de espírito novo ao nosso país, uma atenção mais acurada para os problemas internacionais, certos de

certos de que estes repercutirão em nós de maneira fatal e decisiva. Não estamos sôzinhos no mundo, vivemos dentro de um sistema, seremos de uma forma ou de outra comprometidos. No discurso que pronunciei em 20 de junho reclamei maior audiência para a opinião brasileira na elaboração de uma política internacional que acabará nos comprometendo. Não podemos e não queremos, disse eu, então, continuar como componentes de um fundo coral. Temos o que perder, temos o que preservar, temos medidas acautelatórias e defensivas a tomar. Nação de mais de sessenta milhões de habitantes, em pleno desenvolvimento e, por isso mesmo, cheia de problemas, é nosso direito e nosso dever seguir e estar na plena confiança de que se pensa e do que vai ser feito. Nada seria tão pouco à altura das nossas responsabilidades como sermos surpreendidos ou postos em face de fatos consumados.

Falando aos ilustres representantes das nossas forças armadas não preciso ressaltar que a hora suscita um trabalho mais particularmente intenso por parte dos que são os responsáveis diretos pela segurança do país. Conheço a capacidade de trabalho, o senso de responsabilidade, o valor profissional dos militares brasileiros e sei que neste instante a preocupação da conjuntura mundial é que está inspirando os trabalhos dos nossos estados-majores.

Nunca se tornou tão necessária a unidade de pensamento, de sentimento e de ação do povo brasileiro. Em face da gravidade da hora, divergências e dissensões privatistas perderam qualquer significado relevante e os que quiserem aprofundar crises internas, terminarão monologando. O problema da segurança do povo brasileiro é, mais do que nunca, prioritário. O nosso dever indeclinável é o de não apenas aprofundar todos os conhecimentos relativos ao que se está verificando no mundo, notadamente no caso agudo do Oriente médio, como também estudar e prevêr tôdas as repercussões possíveis e de qualquer espécie na economia nas importações de produtos essenciais, tudo enfim o que se enquadra no capítulo da segu-

capítulo da segurança.

A Operação Pan-Americana é mais do que uma palavra oportuna e certa, é um caminho. A tese de que a luta contra o subdesenvolvimento é uma medida estratégica indispensável, de capital importância, tornou-se clara, evidente, inegável. Não há outro caminho a seguir senão a união continental para fortificação desta parte do mundo livre. Não podem as forças da democracia se apresentarem ao mundo para propor uma fórmula seja lá qual fôr, quando no reduto mais importante da resistência democrática se apresentam índices tão impressionantes de subdesenvolvimento. Nossa tese tornou-se indiscutível, mais atual do que nunca, e será temerário não a transformar numa política segura e certa.

Sabremos, Deus querendo, extrair ensinamentos preciosos deste novo momento de tensão que a humanidade atravessa. Era isto o que achei que devia acrescentar à minha exposição.

Ao agradecer a vossa presença nesta ocasião, estou seguro de que me secundareis com vosso entusiasmo e vossa experiência, para que seja coroada de êxito esta arrancada das Américas para um futuro melhor, na união, na prosperidade e na paz."



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.161, DE 5 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre o ensino da língua espanhola.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio.

§ 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei.

§ 2º É facultada a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries.

Art. 2º A oferta da língua espanhola pelas redes públicas de ensino deverá ser feita no horário regular de aula dos alunos.

Art. 3º Os sistemas públicos de ensino implantarão Centros de Ensino de Língua Estrangeira, cuja programação incluirá, necessariamente, a oferta de língua espanhola.

Art. 4º A rede privada poderá tornar disponível esta oferta por meio de diferentes estratégias que incluam desde aulas convencionais no horário normal dos alunos até a matrícula em cursos e Centro de Estudos de Língua Moderna.

Art. 5º Os Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução desta Lei, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade federada.

Art. 6º A União, no âmbito da política nacional de educação, estimulará e apoiará os sistemas estaduais e do Distrito Federal na execução desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 5 de agosto de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.8.2005.